

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Trabalho, Técnica e Tecnologia: Uma análise das produções do Serviço Social
sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação**

Alice Albano Coelho Marques Silva
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

ALICE ALBANO COELHO MARQUES SILVA

Trabalho, Técnica e Tecnologia: Uma análise das produções do Serviço Social sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Virgínia Alves Carrara

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586t
2026
Silva, Alice Albano Coelho Marques, 2000-
Trabalho, técnica e tecnologia: uma análise das produções
do Serviço Social sobre as Tecnologias da Informação e
Comunicação / Alice Albano Coelho Marques Silva. – Viçosa,
MG, 2026.

1 dissertação eletrônica (169 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Virgínia Alves Carrara.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2026.

Referências bibliográficas: f. 157-169.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.373>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. 2. Serviço
social. I. Carrara, Virgínia Alves, 1964-. II. Universidade Federal
de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de
Pós-Graduação em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. 303.4834

ALICE ALBANO COELHO MARQUES SILVA

Trabalho, Técnica e Tecnologia: Uma análise das produções do Serviço Social sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1 de junho de 2026.

Assentimento:

Alice Albano Coelho Marques Silva
Autora

Virgínia Alves Carrara
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 24/06/2026 às 10:32:36 e pela orientadora em 24/06/2026 às 11:01:08. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **9MJQ.ER2B.JWLQ** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico às assistentes sociais,
que, no cotidiano, sustentam a luta para além dos próprios interesses.
Que, mesmo diante dos limites, insistem na defesa da vida em sua forma mais
concreta.

Este trabalho também é atravessado por vocês — pela prática,
pela resistência e pelo compromisso que não se negocia.

Com admiração e respeito.

AGRADECIMENTOS

"A dor do fim vem para purificar. Recomeçar". Nesta estrofe, Tim Bernardes conduz os sentidos de um processo emocional que não se encerra em si. Aqui, revela um percurso solitário na escrita, tecido por dores, incertezas e mergulhos no desconhecido que persistem mesmo quando se anuncia o fim. Essa dissertação atravessou o caminho sustentado por uma jornada profundamente coletiva, tecida pelo afeto e pela companhia daqueles que não me deixaram só, mesmo sozinha. Minha gratidão aos autores que me acompanharam nesse trajeto agri-doce, entre o saber coletivo e a complexa tarefa de conhecer a mim mesma. Diante de tantas contribuições, pessoas e lugares, temo os lapsos da memória — e agradeço também a quem não nomeio, mas guardo no campo sensível dos afetos. Agradeço, com carinho, à Prof^a. Dr^a. Virginia Carrara, pela orientação deste trabalho e pelas trocas essenciais ao longo do processo. Às professoras Cristiane Natalício, Janaina Bilate, Maria Alcina Lins, Yolanda Guerra, e ao professor Rodrigo Teixeira, por aceitarem o convite, pela leitura generosa e pelas contribuições que fortaleceram este percurso, conduzindo-o a um desfecho com rigor e excelência. Aos meus amados pais, Priscilla e Claudio, exemplos em constante transformação, por permitirem que aquela criança — diabolicamente curiosa — fizesse perguntas “cabeludas” e explorasse o mundo sem medo, com medo. À minha irmãzinha, minha musa inspiradora, por tudo que me ensina — sempre. Ao João, irmão genial que a Manu me presenteou. Ao meu companheiro de vida, Samuel, por todo amor que me ensina, compartilha e sustenta, pelo cuidado que acolhe, pela presença que permanece. Aos meus sogros e à Juju, por todo apoio e carinho. Aos meus padrinhos, Rodrigo e Danielle, pelo incentivo, orientação e generosidade. Agradeço por serem presenças que não se medem pela distância, mas pela consistência. Mesmo longe, vocês estiveram aqui. Aos meus avós, Claudio, Vera, Fabilce (*in memoriam*) e Kid, pelos caminhos que abriram, pelas possibilidades que construíram e por tudo que tornou minha trajetória possível. Agradeço todo afeto e orações. Às minhas tias avós, Denise, Mônica e Ziza. À minha família e amigas: para cada um que, à sua maneira, contribuiu para que eu chegasse até aqui. Mesmo os que não compreendem exatamente o que faço, o que significa ser assistente social ou mestranda, buscam estar presentes. Aos que compartilham, aos que apenas acompanham, aos que amo nas diferenças. Com profunda gratidão, olho para trás e reconheço aqueles que me formaram para além dos limites institucionais: Claudio, Vivian, Cris, Leo, Sheilinha, Raquel, Jussara, Sara, Roberto, Késia, Rodrigo e tantos outros com quem tive o

privilégio de aprender. No presente, acolho com entusiasmo aqueles que seguem somando a esta caminhada: ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), em especial Cris, Ana Louise, Dani, Angelita e Evandro Faria (PPGADM), meu sincero agradecimento. À Secretaria do PPGPS, especialmente Rita, Cecília e Débora, por toda dedicação e suporte. Por fim, agradeço a todas as orações, de diferentes crenças, a todos que compartilharam as dores e as delícias deste processo. À UFV, pela oportunidade de realizar a pós-graduação, e aos colegas com quem partilhei saberes e experiências. Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“A única luta que se perde é que se abandona
E nós, nunca
Nunca abandonamos luta
Nunca, nunca
Há quem endureça sem nunca perder a ternura
[...]

As tecnologias ancestrais nós temos
Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo
Entre um traçante e outro
Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo.”
— Primavera, Don L

RESUMO

SILVA, Alice Albano Coelho Marques, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2026. **Trabalho, Técnica e Tecnologia: Uma análise das produções do Serviço Social sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação.** Orientadora: Virgínia Alves Carrara.

Sob a égide da crise estrutural do capital e das marcas do capitalismo dependente, a vida contemporânea assiste à colonização do ócio e da subjetividade pela mediação digital no cotidiano. Diante desse cenário, o debate sobre a “tecnologia” assume protagonismo em diferentes áreas do conhecimento, seja com foco em ferramentas e dispositivos digitais ou no uso da Inteligência Artificial (IA) Generativa. Nesta dissertação, investiga-se quais perspectivas teórico-metodológicas subjazem e orientam o debate sobre a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na produção de conhecimento do Serviço Social, veiculada nos periódicos da área. Contrapondo-se ao fetiche da técnica — expresso no debate da tecnologia como entidade autônoma, o estudo apropria-se da dimensão ontológica e teleológica do trabalho para perfurar a “retórica facilitadora” e as mutações no léxico do capital, que operam como expressão da racionalidade reacionária vigente. Sob a orientação do método materialista histórico-dialético, a pesquisa articulou uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) à análise de conteúdo categorial, analisando com base no arcabouço teórico, composto pela amostra de 22 artigos publicados em periódicos de Serviço Social (Qualis A1) entre 2019 e 2024. Os achados revelam que a plataformização dos serviços públicos engendra a datificação da vida, a sobrecarga laboral e o adoecimento psíquico dos profissionais. Evidencia-se que a construção desse debate está adensada por meio de categorias como subsunção do trabalho ao capital, reestruturação produtiva e nova morfologia do trabalho. Conclui-se que a discussão na área, embora em construção, assenta-se em bases críticas sólidas, cruciais para romper a aparência fenomenal do “progresso técnico” e alertam a profissão para o desafio ético-político na disputa pelos sentidos da tecnologia no horizonte do projeto profissional e da vida coletiva.

Palavras-chave: tecnologia ; serviço social; capitalismo dependente; filosofia da técnica.

ABSTRACT

SILVA, Alice Albano Coelho Marques, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2026. **Labor, Technique, and Technology: An analysis of Social Work productions on Information and Communication Technologies.** Adviser: Virgínia Alves Carrara.

Under the aegis of the structural crisis of capital and the marks of dependent capitalism, contemporary life witnesses the colonization of leisure and subjectivity by digital mediation in daily life. Given this scenario, the debate on "technology" takes center stage across different fields of knowledge, focusing either on digital tools and devices or on the use of Generative Artificial Intelligence (AI). This dissertation investigates which theoretical-methodological perspectives underlie and guide the debate on the insertion of Information and Communication Technologies (ICTs) within Social Work's production of knowledge, as published in the area's reference journals. Countering the fetishism of technique — expressed in the debate on technology as an autonomous entity — the study appropriates the ontological and teleological dimension of labor to pierce through the "facilitating rhetoric" and the mutations in the lexicon of capital, which operate as an expression of the current reactionary rationality. Guided by the historical-materialist dialectical method, the research articulated a Systematic Literature Review (SLR) with categorical content analysis, analyzing, based on the theoretical framework, 22 articles published in Social Work journals (Qualis A1) between 2019 and 2024. The findings reveal that the platformization of public services engenders the datafication of life, labor overload, and the psychological illness of professionals. It is evident that the construction of this debate is deepened through categories such as the subsumption of labor to capital, productive restructuring, and the new morphology of labor. It is concluded that the discussion in the field, although still under construction, is grounded on solid critical foundations, which are crucial to rupture the phenomenal appearance of "technical progress" and alert the profession to the ethical-political challenge in the dispute over the meanings of technology within the horizon of the professional project and collective life.

Keywords: technology; social work; dependent capitalism; philosophy of technology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Fluxograma PRISMA (2020)..... p.41
- Figura 2 – Distribuição dos artigos por referencial teórico-metodológico.....p.141
- Figura 3 – Apropriação da tecnologia pela categoria trabalho.....p.142
- Figura 4 – Principais interlocutores teóricos citados nos 22 artigos.....p.144
- Figura 5 – Incorporação de referenciais específicos..... p.145
- Figura 6 – Tratamento da tecnologia com caráter dualista.....p.146

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Resultados da RSL na seleção dos periódicos.....p. 39
- Quadro 2 – Artigos selecionados para análise das TICs no Serviço Social.....p. 41
- Quadro 3 – Mapa categorial da análise de conteúdo (Livro de Códigos).....p. 69
- Quadro 4 – Síntese dos achados nos eixos analisados.....p. 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- COVID-19 – *Corona Virus Disease* (2019) (Doença do Coronavírus de 2019)
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência
- DATASUS – Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
- DRU – Desvinculação de Receitas da União
- EC – Emenda Constitucional
- Enap – Escola Nacional de Administração Pública
- e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
- Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GPS – *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)
- IA – Inteligência Artificial
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MGI – Ministério da Gestão e da Inovação

MPC – Modo de Produção Capitalista

NAF – Novo Arcabouço Fiscal

NGP – Nova Gestão Pública

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PAS – Política de Assistência Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIX – Sistema de Pagamentos Instantâneos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

RSL – Revisão Sistemática de Literatura

SIGBPF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<i>a. O que essa pesquisa pretende?.....</i>	<i>25</i>
<i>b. Estrutura da dissertação.....</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO I	
O PERCURSO METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	29
<i>1.1. Método materialista histórico-dialético.....</i>	<i>30</i>
<i>1.2. Revisão sistemática de literatura nas ciências sociais e aplicadas.....</i>	<i>35</i>
<i>1.1.2. Análise de conteúdo categorial.....</i>	<i>42</i>
CAPÍTULO II	
O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DE SERVIÇO SOCIAL?: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	44
<i>2.1. Caracterização geral dos artigos selecionados.....</i>	<i>47</i>
<i>2.1.1. Eixo I: Racionalização tecnológica e governança algorítmica.....</i>	<i>49</i>
<i>2.1.2. Eixo II: Relações de trabalho, TICs e assistentes sociais.....</i>	<i>53</i>
<i>2.1.3. Eixo III: Lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais.....</i>	<i>61</i>
<i>2.1.4. Eixo IV: Precarização do Trabalho e Saúde Mental dos Assistentes Sociais.....</i>	<i>66</i>
CAPÍTULO III	
TECNOLOGIA, TRABALHO E DEPENDÊNCIA.....	70
<i>3. 1. De qual tecnologia estamos falando?.....</i>	<i>77</i>
<i>3.1.1. TICs: Maquinaria e trabalho como categorias ontológicas de análise.....</i>	<i>97</i>
<i>3.1.2. Afinal, o que é a maquinaria e como ela implica no conceito das TICs?.....</i>	<i>98</i>
<i>3.1.3. Quando as TICs encontram o capitalismo dependente.....</i>	<i>108</i>
<i>3.1.4. Sobre Razão, Racionalidade e a Técnica.....</i>	<i>117</i>
<i>3.1.5. Considerações sobre o Serviço social e a racionalidade gerencialista na administração pública.....</i>	<i>122</i>
CAPÍTULO IV	
COMO O SERVIÇO SOCIAL ESTÁ DISCUTINDO “TECNOLOGIA”?.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

As promessas de “modernização digital” na administração pública colidem, diariamente, com as barreiras estruturais do capitalismo dependente. No contexto sócio-ocupacional da Assistência Social, a incorporação de *softwares* de gestão e prontuários eletrônicos contrasta agudamente com a ausência de infraestrutura para operacionalizar novas demandas institucionais. Este quadro de contradições revela os interesses que orientam a reorganização capitalista contemporânea e suas repercussões no exercício profissional das assistentes sociais¹, expondo determinações para a atuação intrinsecamente vinculada à reprodução dos interesses do gerencialismo público e à sua divisão sócio-sexual e racial do trabalho. Sob essa ótica, o exercício profissional das assistentes sociais exige uma base teórico-reflexiva crítica para intervir nas distintas expressões da questão social. Foi a partir desse entendimento que manifestamos interesse pela temática, dando início à investigação aqui proposta.

O presente trabalho busca apreender como o Serviço Social está discutindo a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano do trabalho profissional, identificando a concepção teórico-filosófica atribuída às tecnologias digitais que subjaz à produção de conhecimento na área, considerando o contexto da crise estrutural do capital e as particularidades do capitalismo dependente e periférico. Parte-se, inicialmente, do debate sobre TICs, tecnologias digitais ou dispositivos tecnológicos, tomando a materialidade das condições de trabalho das assistentes sociais como ponto de partida para abstrair as contradições e as concepções que estruturam a discussão. Tais contradições, entretanto, inscrevem-se historicamente em um determinado quadrante geopolítico.

Nesse contexto, os direitos sociais no Brasil — como saúde, educação e assistência social, tornam-se progressivamente limitados e, não raramente, inacessíveis à classe trabalhadora, situação agravada pela contrarreforma gerencial do Estado, intensificada a partir da década de 1990 e aprofundada pelos ajustes fiscais decorrentes da consolidação da agenda neoliberal no país. A partir deste período, a gestão pública brasileira atribuiu às TICs um papel estruturante na operacionalização das políticas sociais no Brasil, notadamente com a informatização de sistemas públicos como a Previdência Social, por meio da Empresa de

¹ Consoante ao “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil”, traçado pelo Conjunto CFESS-CRESS em 2005, finalizada e publicado em 2022, a pesquisa indica que mais de 90% do exercício profissional é realizado por mulheres, com isso posicionamos a profissão no feminino. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), e do Sistema Único de Saúde (SUS), com o Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (Lopes *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, as TICs são compreendidas por meio de uma racionalidade que as lê como instrumentos baseados em recursos computadorizados que potencializam a eficiência e a eficácia das atividades realizadas, refletindo a lógica gerencial (Lopes *et al.*, 2024). Essa trajetória de incorporação digital estendeu-se posteriormente à Assistência Social, com a implementação de sistemas centralizados como o Cadastro Único (CadÚnico) e o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGBPF), os quais reconfiguraram a gestão, o controle e o acesso a benefícios socioassistenciais.

A crise social-sanitária da COVID-19² acelerou a incorporação das TICs no trabalho profissional, processo que já estava em curso na administração pública brasileira, conforme aponta o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020). Essas intensas mudanças institucionais e novas demandas para as assistentes sociais, as áreas de saúde e assistência social destacam a realidade da sobrecarga de trabalho, a tensão psicológica e a necessidade de uma adaptação rápida dos profissionais para garantir acesso aos serviços em contextos de “alta vulnerabilidade” (Rosário, 2023; Silva; Araujo; Pereira, 2024; Félix, 2023).

As especificidades dessa incorporação manifestaram-se de modo distinto nos diferentes níveis de atuação profissional, a atuação da assistente social se desdobrou em diversas frentes, sobre as quais a pandemia incidiu de forma heterogênea (Rosário, 2023). No âmbito da saúde, a experiência profissional em um hospital de alta complexidade do SUS revela alterações significativas vivenciadas nesses espaços sócio-ocupacionais. Conforme analisado por Rosário (2023), o impacto recaiu diretamente na organização do trabalho, para além do sofrimento psíquico intensificado, o cenário exigiu a criação de estratégias para lidar com restrições institucionais, supressão de garantias historicamente instituídas e complexos desafios ético-políticos.

Já nos serviços de assistência social, como no caso da proteção social especial de média complexidade, o CREAS de Porto Velho–RO, os desafios incluíram o teleatendimento,

² Conforme Lima *et al.*, (2022) a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, de alta transmissibilidade e potencial para causar síndrome respiratória aguda grave. No contexto social brasileiro, porém, sua trajetória foi definida pelas desigualdades estruturais, transformando a emergência sanitária em uma crise social-sanitária. A eficácia das respostas de saúde pública foi sistematicamente minada pela precariedade do trabalho, pela habitação inadequada e pelo projeto histórico de desmantelamento dos sistemas universais, realidade agravada precisamente pelas políticas de contra reforma e ajuste fiscal discutidas no corpo do texto.

o acompanhamento de famílias em isolamento e a ampliação de orientações sobre benefícios e direitos trabalhistas. Esse contexto demandou, ainda, a readequação de projetos sociais e uma atuação específica em parceria com empresas do setor privado, exigindo dos profissionais atualização constante sobre protocolos sanitários para conciliar os desafios éticos com as novas formas de trabalho.

No SUAS, especialmente na proteção básica, nos CRAS³, as práticas também foram tensionadas. Faleiro *et al.* (2025) demonstram que as equipes no CRAS reformularam o acompanhamento de famílias e indivíduos, usuários da proteção social básica, ao adotar o atendimento remoto via telefone, *WhatsApp* e outras plataformas. As autoras afirmam que neste contexto houve a intensificação do suporte à distância, assistentes sociais e psicólogas registraram um aumento superior a 60% na procura pelas escutas qualificadas e na busca por suporte emocional, realizados por meio de telefonemas, mensagens e videochamadas. Em contrapartida, as atividades coletivas foram suspensas, priorizando-se os atendimentos individuais e “situações de urgência”, como a violência doméstica, mantendo as visitas domiciliares restritas a “emergências”. Somado a isso, as autoras citam que as parcerias institucionais revelaram-se cruciais para a distribuição de recursos. Tais adaptações foram, portanto, fundamentais para assegurar o acesso aos serviços socioassistenciais durante a crise sanitária.

Outras estratégias apontadas como fundamentais na pandemia, incluíram a formação de parcerias intersetoriais, campanhas de orientação sobre saúde mental e a criação de grupos de apoio *online* para públicos específicos, como mulheres vítimas de violência, adolescentes e idosos, durante o isolamento social em busca de promover algum debate sobre saúde mental (Santos *et al.*, 2020). Segundo Pires (2023) os efeitos das dismorfias no mundo do trabalho, incluindo a continuidade das contrarreformas, intensificadas durante o governo Bolsonaro, como a terceirização e a expansão da informalidade, vêm gerando um crescimento significativo na demanda por políticas de assistência social, especialmente aquelas voltadas à transferência de renda.

³ Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), o trabalho socioassistencial é direcionado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à prevenção de situações de “risco social”. O CRAS conforma-se como um aparelho de Estado responsável pela oferta de serviços, benefícios, programas e projetos que visam administrar a “questão social”, operando a mediação entre necessidades vitais da classe trabalhadora e os limites impostos pela sociabilidade capitalista. Ao ampliar o acesso a determinados direitos de cidadania, o CRAS atua simultaneamente como mecanismo de proteção parcial frente às expressões mais agudas da exploração e da pobreza e como instância de regulação e controle social, contribuindo para a reprodução das relações de classe nos marcos do capitalismo dependente brasileiro. Já o CREAS entra em ação após a violação de direitos ocorrida, oferecendo acompanhamento especializado a vítimas de violência ou abandono. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009).

Essa tendência de alta demanda por serviços da proteção social básica, projetava-se antes da crise sanitária, intensificou e se manteve relevante nos anos subsequentes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 — após dois anos de pandemia e oscilação dos auxílios, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza chegou a 62,5 milhões (29,4% da população), com 17,9 milhões em extrema pobreza, o maior registro da série histórica iniciada em 2012. Entre 2020 e 2021, o total de pobres aumentou 22,7% e o de extremamente pobres, 48,2%, evidenciando o agravamento do cenário durante a crise sanitária.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018 revelam que próximo à metade das crianças menores de 14 anos vivia abaixo da linha de pobreza, assim como mais de um terço dos jovens de 15 a 29 anos. Percebe-se que o ciclo de desproteção incide com maior força justamente sobre as gerações em idade de formação, socialização e ingresso no mundo do trabalho, comprometendo de antemão suas possibilidades de escolarização, qualificação e autonomia. Além disso, é importante destacar da PNAD Contínua (2018) a concentração da pobreza em domicílios chefiados por mães solo, assim como o fato de que a taxa de pobreza entre pretos e pardos é quase o dobro da verificada entre brancos, o que reafirma o caráter histórico e estrutural das expressões racializadas e de gênero da questão social.

Nesse contexto, a posição de classe, articulada à divisão sexual e racial do trabalho, reproduz um padrão de superexploração e responsabilização privada das mulheres, sobretudo negras, pela sobrevivência cotidiana. Tal conjuntura, na dimensão objetiva das políticas sociais na América Latina, opera para a consolidação de um modelo de desenvolvimento reacionário, assentado na precarização do trabalho, na erosão dos direitos sociais e na naturalização da desigualdade. Contudo, na perspectiva das possibilidades, esse cenário posiciona a política de assistência social e de transferência de renda como espaço de intervenção estratégico na luta política em torno da organização da vida social, do trabalho e da distribuição da riqueza. Isso impõe que tal política seja pensada para além da compensação residual: ela deve ser compreendida como arena de disputa em torno do próprio padrão de reprodução social (Souza Filho; Gurgel, 2016).

No âmbito institucional, Pires (2023) identificou o aumento da procura por benefícios eventuais, como cestas básicas, auxílio-funeral e auxílio-natalidade. Profissionais de equipamentos como os CRAS relatam não apenas a intensificação dessa demanda, mas também o ingresso de famílias que anteriormente não dependiam da proteção social básica

(Pires, 2023). É relevante destacar que esse fenômeno não se restringiu à assistência social, refletindo de maneira mais ampla nas demandas profissionais do setor. Ademais, a intensificação das necessidades vitais sob o Estado burguês abrange tanto questões materiais de sobrevivência — a exemplo da fome e da violência doméstica — quanto agravos de ordem subjetiva, como transtornos mentais e sequelas emocionais decorrentes da pandemia. Refletindo a gravidade dessa dimensão material, dados da Fiocruz (2021) apontam que, durante a crise sanitária do coronavírus, oito mulheres foram agredidas por minuto no país.

O retorno híbrido nas atividades da assistência social, quando o trabalho presencial foi retomado em 2022, gerou reflexões que evidenciaram, para as profissionais, o processo de datificação da vida social, ampliando contradições próprias da sociabilidade capitalista. Segundo Lemos (2021), o fenômeno da datificação é central na cultura digital contemporânea e define-se pela conversão de experiências, relações, conhecimentos e elementos naturais em dados que podem ser quantificados, rastreados e analisados pelas plataformas. Diferente da mera digitalização, esse fenômeno opera uma transformação profunda, convertendo ações, intenções e comportamentos em insumos operacionalizáveis que alimentam o “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2015). Para Lemos (2021), essa lógica se manifesta em três dimensões interligadas: a vida social, por meio do rastreamento generalizado e da modelagem de comportamentos pelas plataformas; a natureza, por meio de uma dupla requisição material (extração de recursos e energia) e digital (tradução do mundo em bits); e o conhecimento, na qual emerge uma “algocracia epistocrática” — um sistema de gestão e produção do saber controlado por algoritmos opacos, e por uma superestimação da técnica (Lemos, 2021).

Dessa forma, a datificação atua de maneira transversal a todas as esferas da existência, reconfigurando-as sob a lógica da mercadoria e consolidando-se como a base infraestrutural e epistêmica das sociedades “plataformizadas” (Lemos, 2021). Tavares *et al.* (2023) demonstraram, por meio de dados e relatos dos profissionais dos CRAS, que o processo de datificação e digitalização dos serviços públicos, além de ampliar o controle e o registro de informações no âmbito institucional, expôs limitações e desigualdades do acesso dos usuários da política de assistência social — muitas famílias tiveram dificuldades por falta de acesso à internet, equipamentos adequados ou autonomia digital.

Pires (2023) analisa a incorporação das TICs no exercício profissional, ressaltando que estas devem ser compreendidas como instrumentos de trabalho — balizados pelo marco teórico, metodológico e ético-político — e não confundidas com a modalidade de trabalho remoto em si. A autora pondera que, ao mesmo tempo em que essas tecnologias viabilizam o

acesso aos debates da categoria, dinamizam a comunicação na rede de serviços e o contato com usuários à distância, elas apresentam contradições. Pires (2023) destaca a transferência dos custos de infraestrutura — como internet, energia e equipamentos — para o trabalhador, configurando uma redução indireta de salários. Além disso, observou que o uso dessas ferramentas tende a diluir os limites entre a vida profissional e privada, resultando na extensão não remunerada da jornada, no aumento da carga de trabalho e no desgaste físico e mental, com demandas que se estendem aos finais de semana e períodos de descanso.

O contexto apresentado insere-se em um cenário de subfinanciamento crônico da Política de Assistência Social (PAS), no qual se evidenciou a disputa pelo fundo público, expressão da dependência latino-americana (Magro; Faquin, 2023). Em um revelador contraponto, Magro e Faquin (2023) apontam que o Banco Central mobilizou R\$ 1,2 trilhão de recursos públicos para o capital financeiro; paralelamente, o serviço da dívida pública absorveu 26,85% do orçamento federal de 2020, ou seja, mais de um quarto de tudo que o governo gastou naquele ano destinou-se exclusivamente ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Em contrapartida, para a subsistência da classe trabalhadora, após pressão da sociedade e do Congresso para aprovação dos recursos, foram destinados à ação imediata por meio do Auxílio Emergencial — fruto de intensa luta e debate na disputa pela subsistência durante o período pandêmico. Esse volume de recursos públicos voltado ao combate da pandemia por meio da ação isolada em nome da “assistência social” atingiu cerca de R\$ 423 bilhões, valor três vezes menor do que o montante destinado a salvar o “mercado”, o que expõe as prioridades reais de proteção do governo brasileiro.

É nesse contexto que a digitalização avança, um contexto estrutural de concentração de renda. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), em 2023, 90% dos serviços públicos já estavam digitalizados na plataforma “*GOV.br*”. No mesmo ano, 29 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet e somente 22% da população dispunha de uma conexão de qualidade (Enap, 2024). Essa contradição dificulta o acesso a direitos para populações em situação de vulnerabilidade social, como idosos e pessoas com baixa familiaridade tecnológica. Jesus (2023) demonstrou que a expansão dos serviços digitais na assistência social, especialmente durante a implementação do auxílio emergencial, evidenciou a exclusão digital e o analfabetismo funcional entre a população usuária. A autora destaca os impactos dessas plataformas digitais nos sistemas de assistência social e previdência, e que a falta de acesso e o analfabetismo funcional criaram um mercado de intermediários para acessar serviços digitais, aumentando o risco de golpes, onde usuários pagam a terceiros para

acessarem serviços a que teriam direito.

Esse fenômeno da “exclusão digital” está inscrito em um contexto estrutural de precarização do trabalho e de crise cíclica que já vinha atingindo a classe trabalhadora. Como demonstram os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2020, em meio à pandemia, cerca de 90 milhões de indivíduos permaneceram ativos nos postos de trabalho. Desse total, aproximadamente 7,9 milhões atuavam em regime de *home office*, enquanto 879 mil haviam deixado de receber seus salários. É crucial ressaltar, conforme apontado por Oliveira e Pochmann (2020), que os indicadores macroeconômicos nacionais já anunciavam uma contração generalizada do PIB antes mesmo da disseminação do vírus, evidenciando uma crise estrutural pré existente na dinâmica de reprodução do capital, já sentidas pela classe trabalhadora em camadas mais subalternizadas. Trata-se da expressão direta das tendências da governamentalidade pela razão neoliberal na estrutura capitalista (Dardot; Laval, 2016).

Esta dimensão, caracterizada pelos meios digitais-informacionais de uma economia cognitivo-cultural sob a hegemonia das *big techs* tem gerado intenso debate acadêmico. *Big Techs* são denominadas as grandes corporações que concentram e ditam a racionalidade no uso das TICs por meio de algoritmos e da cultura do desempenho disseminada nas plataformas neoliberais. Nesse cenário, diversas teorias e conceitos vêm sendo formulados para desvendar o processo sociotécnico em configuração, tais como:

“cultura algorítmica” (Striphas, 2015), “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2015), “sociedade caixa-preta” (Pasquale, 2015), “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2016), “sociedade de plataforma” (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018), “capitalismo de dados” (Sadowski, 2019), “colonialismo de dados” (Couldry; Mejias, 2019) e “capitalismo da inteligência artificial” (Verdegem, 2022).

Embora não seja possível esgotar em poucas linhas as inúmeras dimensões, polêmicas e contradições da tecnologia, a questão central que nos interessa é: falamos tanto sobre a dimensão instrumental da “tecnologia”, mas a **qual a fundamentação teórica nos referimos?** Identificam-se tendências conceituais de tecnologia descoladas da realidade social e histórica, vagando num vazio teórico que reflete os fracassos da sociabilidade capitalista sob a ofensiva reacionária da razão neoliberal.

Observa-se que o cotidiano, cada vez mais normativo e submisso ao arsenal do capital digital-informacional, tem suas esferas de vida — do trabalho aos afetos, da cultura à política, impactadas de forma hegemônica. Com isso, parte-se do pressuposto de que a tecnologia, enquanto elemento integrante da categoria trabalho, é mobilizada pelos interesses da

racionalidade burocrática moderna.

De acordo com Cepik *et al.*, (2010) historicamente, a literatura especializada nas Políticas Públicas tendeu a tratar a Tecnologia da Informação reduzindo-a a uma ferramenta auxiliar ou a uma variável meramente interveniente na análise do desempenho estatal. Em decorrência, foram os acadêmicos e técnicos da área de sistemas de informações que construíram as bases para a análise teórica no âmbito da “burocracia pública”. Essa tendência contribui para explicar o por que, ainda hoje, identificam-se tendências conceituais de tecnologia descoladas da realidade social e histórica, vagando num vazio teórico que reflete os fracassos da sociabilidade capitalista sob a ofensiva reacionária da razão neoliberal. Observa-se que o cotidiano, cada vez mais normativo e submisso ao arsenal do capital digital-informacional, tem suas esferas de vida — seja do trabalho aos afetos, da cultura à política, impactadas de forma hegemônica. Com isso, parte-se do pressuposto de que a tecnologia, enquanto elemento integrante da categoria trabalho, é mobilizada pelos interesses da racionalidade burocrática moderna.

Conforme Santos (2015), sobre a concepção *weberiana*, a racionalidade burocrática surge como resposta ao desenvolvimento das sociedades modernas capitalistas, onde o gerenciamento das atividades passa a ser guiado por regras formais, cargos claramente definidos, hierarquia rígida e ênfase na competência técnica. Trata-se do tipo-ideal mais racional de dominação, sustentado pela autoridade legal e caracterizado pela separação entre meios e fins, impessoalidade nas relações e na tomada de decisões (Santos, 2015).

Argumenta-se que esta conjuntura dá origem a novas arquiteturas digitais que reconfiguram o trabalho no âmbito das políticas públicas e impactam profundamente o acesso da classe trabalhadora a direitos fundamentais, reforçando uma condição de refém das limitações inerentes à democracia burguesa. Nesse processo, o capitalismo encontra mecanismos para absorver, formar e controlar o sentido de realidade e possibilidade (Fisher, 2020). Considerando a transferência sistemática de excedentes econômicos das periferias para os centros capitalistas, as relações de dependência e subordinação dos modos de pensar estão associadas a novas modalidades de geração e apropriação de valor (Marini, 2018). Isto posiciona a digitalização dos modos de vida como tendência da dominação estrutural que persiste para além do colonialismo formal⁴, articulando mecanismos de exploração e

⁴O uso do termo “colonialismo formal”, para não incorrer em anacronismo, refere-se ao processo histórico de constituição de territórios coloniais, no qual um povo colonizador, por meio da força política e/ou militar, estabelece dominação direta sobre outro povo, subordinando sua soberania e organizando a exploração sistemática de suas riquezas e de seu trabalho em benefício da metrópole. Com as independências políticas

subordinação nas sociedades latino-americanas, onde a vida é tratada como “dados em uma planilha” para geração de lucros (Couldry; Mejias, 2019).

Dessa forma, a relevância desta investigação é corroborada pela “escassez de estudos críticos sobre a adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos serviços públicos” (Lins, 2024, p. 30). Essa lacuna analítica reflete-se na revisão de literatura internacional, que tende a desconsiderar especificidades, caracterizando o processo de implementação de forma simplista — seja como um fenômeno meramente evolutivo, seja reduzido a uma avaliação maniqueísta (Vieira Pinto, 2005). Sabendo que as TICs no trabalho do assistente social desafiam a categoria diante das metamorfoses do mundo do trabalho, **quais são as tendências acerca deste debate na profissão?** Encontra-se tendência que oferece uma compreensão para uma crítica fundada na dialética entre a tecnologia e o capitalismo dependente?

O problema que se busca investigar é: **“quais perspectivas teórico-metodológicas subjazem à discussão e orientam a inserção das TICs no Serviço Social, conforme evidenciado na produção intelectual veiculada nos periódicos de referência da área?”**. O objeto de estudo desta dissertação concentra-se na análise da produção de conhecimento no Serviço Social, publicada em periódicos (A1), com foco na temática das TICs no exercício profissional das assistentes sociais, especificamente no âmbito da política de assistência social. Mediante revisão sistemática, o corpus analítico foi selecionado e examinado à luz de categorias centrais que expressam elementos das relações de produção capitalistas na contemporaneidade.

Os conceitos e categorias que referenciam este debate, aprofundadas na revisão teórica, são: Trabalho; Tecnologia; Forças Produtivas; Relações de Produção; Propriedade; Mercadoria; Maquinaria; Dialética da Dependência; Estado; Instrumentalidade. O objetivo central é verificar conexões entre categorias marxianas que aprofundem a compreensão teórico-filosófica dos dilemas ético-políticos em jogo no fetiche da técnica.

Para este debate, buscamos superar análises do conceito de tecnologia descoladas da realidade social e histórica. Posicionando o conceito de tecnologia a medida em que conforma-se como eixo fundamental para o entendimento das transformações do trabalho e

latino-americanas, esse padrão de dominação não é superado, mas se reconfigura na forma de dependência, entendida pela TMD como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Duarte, 2021).

das políticas sociais na contemporaneidade. Entretanto, as interpretações sobre o que seja “tecnologia” oscilam entre leituras funcionalistas⁵, que a reduzem a mero instrumento, e análises ontológicas, que vinculam sua gênese e sentido à própria constituição do ser social. O aprofundamento dessas abordagens é crucial para evitar tanto o tecnofeticismo acrítico quanto a negação moralista do novo, promovendo análise rigorosa das TICs enquanto expressão das contradições do capitalismo dependente (Vieira Pinto, 2005; Marx, 2013).

Na tradição instrumental⁶, predominante no acriticismo e em setores das ciências sociais aplicadas —, a tecnologia é concebida de forma puramente técnica. Essa visão reverbera, por exemplo, nos materiais da política educacional federal “Rede e-Tec Brasil”, que a definem como um “conjunto de ferramentas, dispositivos ou procedimentos que viabilizam a realização de tarefas específicas, visando aumentar a eficiência, a produtividade ou a agilidade das ações humanas” (Rodrigues, 2016, p. 15). Essa definição, ao reduzir a tecnologia a um meio de incremento da eficiência e da produtividade, expressa a racionalidade da adoção da política estatal, permeada por uma lógica na qual as TICs são pensadas prioritariamente como dispositivos para elevar a eficiência/eficácia da gestão, e não como mediações de direitos, participação ou transformação das relações sociais no interior das políticas públicas, evidenciando a hegemonia de critérios de desempenho e produtividade sobre finalidades substantivas de proteção social (Lopes *et al.* 2024).

O discurso tecnocrático, sobretudo na administração pública, historicamente atribuiu às “inovações” técnicas um sentido evolutivo, naturalizando sua adoção como resposta necessária às demandas de gestão e desempenho (Souza Filho; Gurgel, 2018). Já o conceito instrumental tende a manter a análise no plano da mera facticidade, encobrando as mediações sociais e políticas subjacentes à origem, à distribuição e à finalidade das tecnologias e promovendo um fetichismo técnico que as trata como fenômenos dissociados das relações de

⁵As abordagens funcionalistas (Parsons, 1951; Merton, 1968), geralmente associadas à sociologia estrutural-funcionalista do pós-guerra, tendem a conceber o deslocamento do foco da luta de classe e relações de dominação para a adaptação “funcional” em partes, desconsiderando a totalidade. Deste modo, a tecnologia é tratada como um conjunto de artefatos e procedimentos orientados à adaptação “eficiente” de indivíduos e instituições às exigências de reprodução do sistema societal vigente. Nesse marco, a tecnologia é predominantemente interpretada como mecanismo de manutenção da ordem, incremento da produtividade e correção de “disfunções” do sistema, evitando problematizar as relações de classe, as formas de exploração do trabalho e a própria lógica de valorização do capital que condicionam histórica e estruturalmente o seu desenvolvimento (Feenberg, 2002).

⁶ Produz a lógica da avaliação de ferramentas em termos de utilidade e desempenho. Conforme Guerra (2014) é uma forma de racionalidade subordinada aos fins imediatos do capital, centrada na eficácia e na eficiência dos meios, sem interrogar a legitimidade ou o conteúdo histórico-social desses fins. Nesse registro, trata-se de uma racionalidade funcional às estruturas vigentes, que reduz a prática profissional a um conjunto de procedimentos e funções voltados à obtenção de resultados pontuais, fragmentados e adaptativos, esvaziando seu potencial crítico.

poder e dos interesses de classe (Mota Filho, 2024).

Como assinala Vieira Pinto (2005), esse “encantamento” reduz a tecnologia ao plano da utilidade, negligenciando o embate real de forças sociais na determinação de seu emprego e de seus resultados. Em oposição ao reducionismo funcionalista, a abordagem ontológica, fundamentada em Marx (1867; 1844), Lukács (2009), ao ser conceituada com foco na tecnologia por Vieira Pinto (2005), concebe a tecnologia como produção histórica, socialmente determinada, derivada das múltiplas relações entre trabalho, técnica e cultura (Vieira Pinto, 2005).

Tecnologia, nesta acepção, é mais do que artefato: é mediação material e simbólica da transformação do mundo pelo trabalho humano, inseparável da divisão social, da propriedade, do conhecimento e dos projetos societários (Marx, 2013). Ao analisar as TICs sob o prisma da instrumentalidade pura, há o risco de perpetuar o chamado “fetichismo tecnológico”, isto é, a crença de que o avanço técnico se impõe como força autônoma, descolada dos conflitos de classe e dos interesses hegemônicos do capital (Mueller, 2011). Essa leitura ignora que, no capitalismo, “a maquinaria, tal como as inovações digitais, reproduz sob nova roupagem antigas formas de exploração do trabalho, concentrando poder e reforçando desigualdades” (Marx, 2013, p. 423).

Acompanhando este cenário, duas abordagens sustentam o debate da tecnologia enquanto um conceito ideo-político. Na interface entre a tecnofilia e a tecnofobia (Lins, 2024), a dimensão tecnológica pode ser apropriada por estruturas de poder, transformando seu potencial emancipatório em instrumento de dominação. Desde o início do século XX, observa-se como a máquina, originalmente símbolo de progresso, transfigura-se em ferramenta de controle e subjugação. Essa transmutação ocorre mediante uma apropriação retórica que converte elementos estéticos e conceituais em narrativa política, consolidando ao final do século uma forma de “tecno-otimismo capitalista” em relação ao progresso científico (Faria, 2024) — fenômeno que ecoa diretamente o culto contemporâneo à técnica propagado pela comunicação hegemônica.

A racionalidade própria da burocracia moderna é reconfigurada e intensificada pelos novos arranjos digitais, produzindo impactos substantivos tanto sobre o trabalho do assistente social quanto sobre as formas de acesso a direitos pela população (Guerra, 2014). Nesse quadro, a presente pesquisa busca apreender como essa modalidade específica de acumulação capitalista se articula ao trabalho no capitalismo dependente, recorrendo a categorias da economia política capazes de evidenciar a intencionalidade sistemática na construção de uma

atmosfera de encantamento tecnológico (Vieira Pinto, 2005). Trata-se de um encantamento deliberadamente circunscrito à concepção de tecnologia como instrumento, objeto e dispositivo que, no sistema capitalista, medeia a exploração do trabalhador e se converte em alicerce fundamental da acumulação de lucros.

Para esse debate, esta dissertação analisará as expressões teóricas e ideológicas predominantes no Serviço Social em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Propomos um caminho analítico para além do valor moral. Não interessa se é “bom ou mau”, pois esta forma sustenta o discurso da eficiência. Analisamos a tecnologia por meio da ontologia do trabalho, isto é, enquanto composição da técnica inerente à atividade e relação humana com a transformação da natureza, buscando superar a relação do entusiasmo acrítico e de rejeição pessimista da tecnologia, ou conforme Lins (2024): “tecnofilia em relação à tecnofobia”, para não se perder do caminho real do interesse nas contradições de classe.

Esta dissertação concentra-se na análise da produção de conhecimento sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no exercício profissional do assistente social, especificamente no âmbito da política de assistência social. Mediante revisão sistemática em periódicos (A1) da área, procedeu-se à identificação e coleta do material bibliográfico, examinado à luz de categorias fundamentais da economia política crítica. Esse referencial permite problematizar o trabalho profissional, partindo do pressuposto de que a incorporação das TICs não é um processo neutro, mas reflexo das transformações no mundo do trabalho e nas políticas sociais, moldadas estruturalmente pelas relações de produção capitalistas.

a. O que essa pesquisa pretende?

Esta pesquisa justifica-se pela convergência de três dimensões inter-relacionadas que demarcam sua relevância para o Serviço Social. Em primeiro lugar, constata-se um vazio crítico na produção intelectual frente à acelerada mediação tecnológica do trabalho profissional no setor público. Conforme alerta Lins (2024, p. 30), persiste uma “escassez de estudos críticos sobre a adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos serviços públicos”, lacuna que se agrava pela predominância de abordagens que oscilam entre o tecnofetichismo e a reação tecnofóbica, sem avançar na compreensão das contradições de classe que permeiam esse processo, postos pela reestruturação produtiva do capital.

As profissionais enfrentam cotidianamente a contradição entre a retórica da eficiência digital e a precariedade da infraestrutura dos serviços, em um contexto onde a sofisticação da

alienação da realidade contrasta agudamente com as reais condições de vida da população usuária. Esta contradição, gera uma crise de sentido na atuação profissional, com riscos concretos de esvaziamento da dimensão ético-política em favor de lógicas gerenciais e de controle.

A relevância da pesquisa estende-se a múltiplas intenções do Serviço Social. Uma deles está em oferecer um arcabouço teórico-metodológico e ético-político que permite compreender e intervir criticamente no processo de digitalização das políticas sociais, tomando como referência seu projeto ético-político, o Código de Ética profissional e o papel do assistente social na defesa de direitos, na ampliação da cidadania e no enfrentamento das expressões da questão social mediadas pelas TICs. Para a população usuária do SUAS, o estudo auxilia na garantia de que a digitalização não signifique exclusão ou perda de direitos, fortalecendo a defesa de políticas públicas que considerem a diversidade de realidades sociais nos limites do capitalismo.

Conforme demonstram Tavares *et al.* (2023), o processo de datificação e digitalização dos serviços públicos expôs limitações e desigualdades no acesso dos usuários da política de assistência social, onde muitas famílias enfrentam dificuldades por falta de acesso à internet, equipamentos adequados ou autonomia digital. No contexto neoliberal, os limites das políticas sociais manifestam-se de forma condensada em alguns traços centrais. Observa-se a intensificação da focalização e da seletividade, com a substituição de políticas universais por intervenções voltadas a “públicos-alvo” restritos, legitimando a permanência de amplos contingentes populacionais fora da proteção social (Iamamoto, 2008; Behring; Boschetti, 2011). Soma-se a isso o subfinanciamento estrutural, por meio do qual direitos são formalmente reconhecidos, mas sem a correspondente garantia material de orçamento, equipes e infraestrutura, produzindo um “direito de papel” e precarizando o trabalho dos profissionais (Boschetti, 2016; Raichelis, 2011).

As políticas sociais são atravessadas por condicionalidades e mecanismos de responsabilização individual, que vinculam o acesso a benefícios e serviços a determinados comportamentos e “méritos” dos usuários, deslocando para as famílias a culpa pela pobreza, pelo desemprego e pelo não acesso, em detrimento da explicitação das determinações estruturais da sociabilidade capitalista (Laval; Dardot, 2016; Montano; Duriguetto, 2011). Esse quadro é reforçado por uma racionalidade gerencial e tecnocrática, centrada em indicadores, metas, *rankings* e *performance*, que tende a reduzir a política social à gestão de fluxos e cadastros, esvaziando sua dimensão de direito e de enfrentamento da questão social

(Pereira, 2013 Netto, 2012). Como também a ampliação de processos de privatização e parcerias com o chamado “terceiro setor” fragmenta a política, submete a lógica pública à lógica de mercado e fragiliza o controle democrático (Behring, 2003; Yazbek, 2009).

Para a produção acadêmica, esta investigação vai de encontro ao conjunto de trabalhos que identificam na literatura especializada, categorias de análise para pesquisas futuras na interface entre economia política marxista e estudos da tecnologia. Para a formulação de políticas públicas, alerta sobre os riscos da implementação tecnocrática das TICs e sugere diretrizes para políticas de inclusão digital sensíveis às particularidades do capitalismo dependente brasileiro, onde a digitalização avança em contexto de profunda desigualdade — enquanto 90% dos serviços públicos já se encontram digitalizados na plataforma GOV.br, 29 milhões de brasileiros permanecem excluídos digitalmente (Ministério da Gestão e Inovação, 2023; Enap, 2024).

A conjugação desses elementos — fortalecimento teórico, práxis e relevância social — configura o cenário que justifica esta investigação, situando-a como contribuição necessária para o fortalecimento do projeto ético-político profissional frente aos desafios da contemporaneidade. Portanto, esta dissertação concentra-se em investigar a relação entre o capitalismo dependente e o conceito da tecnologia, utilizando categorias da economia política que desvelam a intencionalidade sistemática na construção de uma atmosfera de encantamento com “a tecnologia”. Diante da acelerada digitalização dos serviços socioassistenciais, impulsionada por uma racionalidade neoliberal que prioriza eficiência, gestão e controle, persiste uma lacuna crítica na produção intelectual do Serviço Social.

b. Estrutura da dissertação

Os capítulos foram concebidos de modo a reconstruir, ao nível teórico, as múltiplas determinações econômicas-filosóficas que perpassam a relação entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o trabalho profissional da assistente social na política de assistência social. Partindo da ontologia do trabalho e da filosofia crítica da tecnologia, a dissertação avança da fundamentação teórica para a análise da produção de conhecimento da área, buscando apreender como a categoria profissional vem decifrando a mediação tecnológica no contexto do capitalismo dependente.

O Capítulo I, “O percurso metodológico e os procedimentos da pesquisa”, explicita o método materialista histórico-dialético que orienta a investigação, entendendo a teoria como reprodução ideal do movimento real do objeto (Netto, 2011). Nesse quadro, apresenta-se a

revisão sistemática de literatura em periódicos A1 do Serviço Social, detalhando critérios de inclusão e exclusão, bases consultadas, recorte temporal e procedimentos de sistematização, à luz do protocolo PRISMA (2020). O capítulo possui três subseções que indicam a escolha das técnicas de pesquisa e do método para realizar a investigação, as perguntas analíticas que guiam a leitura dos textos selecionados, aplicadas na concepção dos conceitos de trabalho, tecnologia, dependência para categorias de análise da produção intelectual sobre TICs.

No Capítulo II, “O que dizem as produções do Serviço Social? : Uma RSL”, é possível acessar os resultados da revisão sistemática de literatura (RSL), que expõe e organizar o *corpus*⁷ documental encontrado, caracterizando inicialmente os artigos selecionados quanto a período, abordagem metodológica, temas e espaços sócio-ocupacionais privilegiados. Em seguida, os resultados são apresentados em quatro eixos: (I) racionalização tecnológica e governança algorítmica; (II) relações de trabalho, TICs e exercício profissional de assistentes sociais; (III) lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais; e (IV) precarização do trabalho e saúde mental dos/as profissionais. Cada eixo recompõe, ao nível categorial, como a literatura da área tematiza a inserção das TICs nas políticas sociais, evidenciando tendências conceituais, silêncios e disputas interpretativas. A seção final do capítulo realiza uma síntese da análise categorial aplicada para as tendências nos artigos.

Capítulo III, intitulado “Tecnologia, trabalho e dependência”, realiza o movimento de determinação conceitual do objeto, discutindo como o debate da técnica se configura. Retoma o debate ontológico sobre trabalho, forças produtivas, maquinaria e tecnologia, articulando Marx (2013) e Vieira Pinto (2005), para delimitar as TICs como expressão histórica das contradições entre trabalho vivo e capital e a lógica dos instrumentos. Em seguida, aproxima a Teoria Marxista da Dependência (Marini, 1982; 2018) e a noção de colonialismo de dados (Coudry e Mejias, 2018; 2020) situando a datificação e a governança algorítmica (Deleuze, 2003) como formas contemporâneas de extração de valor e de subordinação periférica, preparando o terreno para compreender como as TICs são incorporadas às políticas sociais em forma dependente. Vale ressaltar que somente após este percurso teórico o debate se delinea nas considerações acerca da RSL e análise da relação TICs e Serviço Social.

O Capítulo IV, “Como os assistentes sociais estão discutindo TICs nas políticas sociais?”, retoma criticamente os eixos da meta-síntese no capítulo anterior para reunir respostas coletivas que fortaleçam a categoria na produção de conhecimento como expressão

⁷ Trata-se do conjunto de 22 artigos selecionados e analisados enquanto fonte de dados referentes ao debate sobre o uso das TICs e os assistentes sociais.

das tendências e disputas históricas no interior do Serviço Social. Nesse momento, o foco desloca-se da simples descrição de conteúdos para a análise das categorias mobilizadas pelas autoras: como definem tecnologia, e o contexto desta tecnologia no capitalismo dependente? Qual a racionalidade representada nas análises da amostra? O capítulo procura evidenciar em que termos a categoria profissional enfrenta o fetichismo tecnológico, os imperativos gerenciais e o colonialismo de dados, bem como quais pistas teóricas-políticas se abrem para uma crítica radical da digitalização na administração pública, no SUAS.

Por fim, as Considerações Finais, a dissertação retoma o problema de pesquisa e os objetivos propostos, sintetizando as principais determinações identificadas na relação entre TICs, capitalismo dependente e trabalho profissional na assistência social. São destacados os limites e potencialidades da produção intelectual analisada, as contribuições do estudo para o projeto ético-político do Serviço Social e para o debate sobre tecnologias no setor público. Além de serem indicadas agendas de pesquisa futuras, especialmente no que tange a investigações que articulem a tecnologia como trabalho e com a condição de dependência do capitalismo na América latina.

Os capítulos foram concebidos para desvelar as múltiplas determinações que se manifestam na relação entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o Serviço Social, com foco na política de assistência social. Cada capítulo, portanto, representa um passo na reconstrução do “concreto pensado”, as quais são a síntese das determinações do objeto em sua totalidade.

CAPÍTULO I

O PERCURSO METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Ao invés de um manual prescritivo para a prática, a compreensão da teoria marxiana exige o abandono da ideia de aplicação direta de teorias e métodos a uma realidade pré-existente, caracterizando-se por um enfoque essencialmente ontológico. Isso significa que os caminhos e procedimentos metodológicos descritos não representam uma receita ou orientações, mas sim o esforço teórico-intelectual de registrar e compartilhar técnicas e procedimentos que se justificaram na condução de um caminho teórico-metodológico coerente com os fundamentos e categorias sólidos da teoria do valor-trabalho. As escolhas metodológicas não foram construídas de forma aleatória ou consoante pretensas normativas

acadêmicas, mas conduzidas de modo a apreender a estrutura e a dinâmica do objeto de estudo, “reproduzindo-o idealmente no plano do pensamento” (Netto, 2011, p.5).

1.1. Método materialista histórico-dialético

Compreendendo os sentidos do método materialista histórico-dialético na teoria social, este trabalho foi realizado conforme proposto por Netto (2009), considerando que o método não consiste simplesmente em um conjunto de regras formais aplicáveis a um objeto de pesquisa, mas em uma relação intrínseca entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado (Netto, 2009). Desse modo, a teoria social, sob a perspectiva marxiana, transcende a mera aplicação de um conjunto estático de conhecimentos ou de um mero receituário científico. O universo teórico marxiano recusa-se a ocupar um nicho disciplinar nas ciências humanas e sociais ou a oferecer uma contribuição específica a um campo especializado e compartimentado.

Assim, a intencionalidade e a produção desta investigação orientaram-se pela busca de capturar a realidade social em sua totalidade, historicidade e complexidade. Segundo Netto (2011, p. 21), na visão de Marx, “a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto”. Tal premissa exige que a investigação da realidade social ultrapasse aspectos isolados, compreendendo-os necessariamente em conexão com a totalidade das relações sociais. Isso significa que o pesquisador deve partir da forma como as relações sociais e econômicas se manifestam na sociedade — onde as condições subjacentes e a realidade material aparecem sob uma aparência fenomênica — e ir além dela, a fim de alcançar a essência do objeto, compreendendo sua estrutura e dinâmica. Portanto, essa aparência deve ser tomada como ponto de partida, por ser a base da vida social. A teoria não se trata de um reflexo passivo da realidade, mas de um processo ativo de conhecimento que envolve a crítica e a transformação das categorias e conceitos (Netto, 2011).

Netto (2009) enfatiza três dimensões fundamentais no método de Marx: a ontológica, que reconhece a natureza objetiva do ser social; a epistemológica, que entende o conhecimento como aproximativo e processual; e a metodológica, que envolve a análise do objeto em sua aparência imediata, a busca das mediações e determinações constituintes e a reconstrução do objeto como “concreto pensado”.

Como processo necessário para a compreensão da realidade social em sua essência, a análise crítica deve revelar as contradições e determinações que não são imediatamente visíveis na superfície do cotidiano. Por meio da abordagem dialética e histórica, que busca

desvendar as relações sociais e econômicas em sua totalidade, explora-se a necessidade de contextualização histórica, análise das contradições sociais, busca das determinações essenciais, compreensão das mediações e indissociabilidade entre teoria e prática.

A relação transformadora entre teoria e prática, ou seja, a práxis, é crucial em sua proposta metodológica, na qual o conhecimento teórico deve estar necessariamente vinculado à prática social transformadora. A teoria não é vista como um fim em si, mas como uma ponte para a compreensão e transformação da realidade social. Além disso, a proposta de Netto (2009) ao recorrer ao método materialista histórico-dialético desafia os pesquisadores a reconsiderar seu papel enquanto acadêmicos. Essa postura ética e engajada é um convite à responsabilidade social e à promoção de uma ciência que dialogue com as necessidades e aspirações dos sujeitos envolvidos nas dimensões pesquisadas.

Ao utilizar técnicas, procedimentos e ferramentas de pesquisa, pretende-se recorrer ao método materialista histórico-dialético, cujos momentos, o método de pesquisa e método de exposição são indissociáveis. O método de exposição inicia-se a partir dos resultados da pesquisa, apresentando os conceitos de forma organizada e sintética, reconstruindo idealmente a lógica do objeto. Já o método de pesquisa tem início no concreto, o real histórico, e, por meio da análise, chega às abstrações e determinações mais simples, possibilitando o retorno ao concreto como “concreto pensado”, síntese das múltiplas determinações do objeto (Netto, 2011, p. 8).

Neste trabalho, conforme Chaves e Camargo (2023), os conceitos e categorias de análise são entendidos, em chave marxiana, como determinações que apreendem a essência de um objeto, isto é, o modo essencial de ser de algo tal como se reconstrói no plano do pensamento a partir da prática social. As categorias (como mercadoria, salário, Estado, classe social etc.) designam as formas de ser ou modos de existência socialmente produzidos, incluindo tanto as determinações essenciais quanto as formas fenomênicas e aparentes que esses mesmos objetos assumem historicamente. No interior do pensamento, as categorias que captam a essência, conceitos fundamentais, daquelas que se limitam à aparência imediata.

Ao analisar a realidade como uma totalidade composta por determinantes diversos, simultâneos, dependentes e condicionantes, a dialética materialista oferece uma perspectiva da totalidade que reconhece a interconexão entre as partes e o todo, bem como as contradições inerentes a essa relação. A interação entre estas três categorias: universalidade, particularidade e singularidade, permite capturar a compreensão da realidade concreta. Reconhece-se que, em um objeto de pesquisa, existe uma totalidade que se manifesta por meio de diversas esferas ou

totalidades internas. Estas, por sua vez, movem-se de forma contraditória, impulsionadas pela dinâmica inerente à realidade. A percepção e a diferenciação da interação entre o todo e a parte ocorrem por meio da mediação da particularidade, que possibilita a identificação das relações e tensões específicas que moldam a manifestação singular do fenômeno.

A totalidade é constituída por diferentes determinantes que compõem o seu inteiro. Esses determinantes, embora diversos, são simultâneos, dependentes e condicionantes nas relações entre as contradições postas na realidade concreta. O caráter da totalidade, na perspectiva dialética, não se configura como uma mera agregação de elementos independentes, mas como um sistema dinâmico cujas partes estão intrinsecamente interligadas e influenciam umas às outras.

De acordo com Andrade (2016), ao aprofundar os fundamentos ontológicos do valor segundo Lukács, a compreensão da totalidade exige um esforço analítico que vá além da simples decomposição do objeto de estudo em seus componentes isolados. É necessário, em vez disso, apreender a complexa rede de relações que une esses componentes, reconhecendo que a natureza de cada parte é moldada por sua inserção no contexto mais amplo da totalidade. Dessa maneira, a dialética materialista analisa a estrutura da realidade simultaneamente na totalidade e em suas partes. A singularidade é a especificidade do fenômeno; se analisada isoladamente, permanece no plano da aparência, e para aprendê-la é necessário buscar, além da aparência, a sua essência. É a expressão única e irrepetível de um determinado evento, objeto ou processo (Andrade, 2016). No entanto, a análise da singularidade isoladamente pode levar a interpretações superficiais e incompletas, limitando-se ao plano da aparência. Para apreender a essência da singularidade, é necessário transcender essa aparência e investigar as forças e relações que a moldam, buscando sua conexão com a totalidade (Andrade, 2016).

Neste contexto, a particularidade emerge como a categoria mediadora que conecta a universalidade e a singularidade, possibilitando a compreensão da relação dinâmica entre o todo e a parte. Por meio da análise da particularidade, é possível identificar as contradições que revelam tanto os aspectos singulares quanto as características gerais da totalidade. A particularidade permite, assim, o desvelamento das contradições postas na realidade concreta, revelando as tensões e forças que impulsionam a mudança e o desenvolvimento.

Essa mediação entre o universal e o singular — isto é, a interação entre o todo e a parte, por meio dessa categoria — possibilita o desvelamento das contradições postas pelos aspectos singulares e do todo. Portanto, compreendemos, por meio da relação das três

categorias, que em um objeto de pesquisa existe uma totalidade que possui diferentes totalidades parciais; contraditoriamente, essas partes se movem pela dinâmica da realidade. Dessa maneira, a percepção e a diferenciação da interação entre o todo e a parte ocorrem pela mediação.

Um breve exemplo dessa dinâmica: ao pensarmos o sistema capitalista como totalidade, ele se apresenta como um sistema econômico global-hegemônico. Contudo, suas consequências e características manifestam-se de forma singular em cada contexto nacional. Podemos tomar como exemplo uma parte específica do mundo — o continente latino-americano. Nele, o capitalismo assume características de dependência (como abordamos no primeiro capítulo), enquanto no continente europeu observa-se um capitalismo central e desenvolvido, que se mantém na relação com a superexploração da força de trabalho dos países capitalistas dependentes periféricos. Cada um desses contextos expressa as consequências do antagonismo de classes gerado por esse sistema, porém de maneira singular e interdependente.

Dessa forma, a particularidade possui a capacidade de explicar as diferenças e relações entre o capitalismo vivenciado nos países centrais e nos países subalternizados, por meio da mediação entre universalidade e singularidade. Neste caso, a particularidade reside em explicar as diferenças e relações entre as manifestações do capitalismo nos países centrais e dependentes. Na relação de mediação entre a universalidade (o sistema capitalista enquanto forma social universal) e a singularidade (a experiência específica do capitalismo em cada país), a particularidade permite identificar os fatores históricos, sociais e políticos fundantes que moldam a manifestação do sistema em cada contexto. Revela, assim, as contradições inerentes à divisão internacional do trabalho, à superexploração, ao colonialismo, à xenofobia, entre outros aspectos centrais da dinâmica da realidade capitalista.

Em suma, a dialética materialista, com seus fundamentos e categorias, oferece um arcabouço teórico e metodológico para compreender a complexidade da realidade, na qual a pesquisa constitui um processo de apropriação da matéria por meio da análise e da crítica (Netto, 2011). Ao analisar os fenômenos em sua totalidade, buscar a essência por trás da aparência e reconhecer a centralidade da mediação para compreender as relações entre o todo e a parte, a dialética materialista contribui para uma análise mais profunda, crítica e transformadora da sociedade. A exigência que recai sobre o sujeito pesquisador é a adoção de uma atitude ativa e minuciosa, capaz de mobilizar conhecimentos, criticá-los e revisá-los constantemente, visando alcançar a essência do objeto e capturar sua estrutura e dinâmica.

A presente investigação envolveu um movimento dialético de idas e vindas, de abstração e reconstrução da realidade, a fim de reproduzir o movimento aproximado do objeto real, tornando-o compreensível nas possibilidades e limitações da pesquisadora. Uma dessas limitações apresentou-se na lógica que rege os procedimentos considerados científicos, utilizados para selecionar os artigos que compuseram esta pesquisa. Por meio da construção com base nos referenciais citados, na perspectiva crítico-dialética adotada neste estudo, buscou-se fundamentar um modelo de revisão sistemática adequado às particularidades do objeto pesquisado nesta revisão sistemática de literatura (RSL) — ferramenta instrumentalizada por valores da tese positivista, como neutralidade científica, objetividade e replicabilidade dos resultados. Aplicada sob uma perspectiva dialética, foi possível extrair dados, identificando e selecionando o arcabouço teórico-metodológico analisado por meio das categorias da teoria social.

Vale ressaltar as tensões inerentes à técnica de pesquisa da RSL, originalmente elaborada para avaliar a eficácia de intervenções nas ciências naturais, da saúde e biomédicas, tradicionalmente fundamentada em princípios positivistas que valorizam a objetividade e a neutralidade científica. Essa ferramenta atribui valores distintos a objetos e objetivos de pesquisa diversos. Quando transposta para o campo das ciências sociais, essa metodologia explicita desafios epistemológicos significativos, exigindo uma abordagem mais crítica e reflexiva. Conforme já indicado, Netto (2009) enfatiza três dimensões fundamentais no método de Marx: a ontológica, a epistemológica e a metodológica.

Posteriormente, os modos de uso da revisão sistemática foram formalizados e padronizados com a criação de diretrizes que, ao longo do tempo, expandiram-se para outras disciplinas, incluindo as ciências sociais, onde pesquisadores passaram a explorar teorias, intervenções sociais e análises de políticas públicas (Fonseca, 2019). Ao ser apropriada para esta investigação, essa ferramenta de pesquisa problematiza a falácia da neutralidade e invariabilidade da vida social e considera a técnica de pesquisa como a captura sistemática da “reprodução ideal do movimento concreto da realidade” (Guerra, 2014). Busca-se, assim, capturar o objeto desta pesquisa à medida que ele emerge na amostra do arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social. Desse modo, a busca e a interpretação dos dados, entendidos como expressões antagônicas da sociabilidade na qual os sujeitos estão inseridos, rejeitam qualquer tipo de neutralidade do pesquisador.

Conforme argumenta Chagas (2015), é impossível ao pesquisador ignorar os conflitos ideológicos ou afastar suas próprias pré-noções, pois a solução positivista que deposita na boa

vontade e no esforço do cientista social a eliminação de suas ideologias não se materializa. Isso ocorre porque o que caracteriza as pré-noções ou preconceitos é justamente a negação de que o sejam – eles são tidos como evidentes. Para eliminá-los, o pesquisador precisaria primeiro admiti-los como tais. Nesse sentido, o próprio positivismo jamais admitiu eliminar suas próprias pré-noções, uma vez que sua concepção de mundo fundada nos interesses burgueses é pressuposta como óbvia, única, certa e inquestionável.

Esse entendimento atribui ao processo investigativo — que se orienta para o desvelamento da realidade social — a capacidade de explicitar a estrutura e a dinâmica que conformam as relações de trabalho do assistente social na política pública de assistência social e o uso das TICs em seu cotidiano de trabalho. A sistematização dos dados, nesse quadro, não se esgota em um exercício descritivo: ela se volta ao conhecimento das expressões historicamente determinadas, visto que, como assinala Guerra (2009, p. 8), os procedimentos de compreensão mobilizados não são apenas suficientes, mas adequados às exigências colocadas pelo objeto e pelo projeto ético-político que orienta a assistente social na investigação. Ou seja, são coerentes com uma perspectiva crítica que busca intervir na realidade, e não apenas descrevê-la.

Reconhecer as limitações intrínsecas ao pensamento positivista é fundamental para uma aplicação rigorosa e contextualizada da RSL no âmbito das ciências sociais. A premissa de uma neutralidade absoluta mostra-se insustentável, uma vez que todo processo de produção do conhecimento está intrinsecamente permeado por perspectivas ideológicas e contextos socioculturais específicos. Para este estudo, a RSL foi instrumentalizada sob uma perspectiva crítica. Propõe-se, assim, uma Revisão Sistemática de Literatura para os estudos em ciências sociais na qual os pesquisadores assumam uma posição consciente acerca dos pressupostos ideológicos que orientam sua investigação.

1.2. Revisão sistemática de literatura nas ciências sociais e aplicadas

Como situando anteriormente, a perspectiva dialética permite uma análise contextualizada dos objetos de pesquisa, tensionando a pretensa racionalidade científica burguesa, marcada pela retórica da neutralidade. Dessa forma, a sistematização dos dados — característica fundamental da RSL — mantém-se como elemento central, o esforço na apreensão das expressões historicamente situadas pelas determinações da sociabilidade capitalista: formas de trabalho, estado, política social, tecnologia, etc. Conforme as múltiplas

dimensões e interpretações possíveis dos fenômenos sociais investigados em sua totalidade concreta-abstrata, na sociedade de classes e na exploração do trabalho.

Reconhecendo os limites da objetividade científica na sociedade burguesa, empreendeu-se um esforço exaustivo para apreender as propriedades do conteúdo das categorias acadêmico-científicas. Atribuindo-se às contribuições sobre RSL nas ciências sociais de Diesen *et al.* (2025), Fonseca (2019) e Petticrew e Roberts (2006), foram estabelecidas as seguintes etapas: (i) definição de critérios de inclusão e exclusão; (ii) busca nas bases de dados *Web of Science* e *Google Scholar*; (iii) seleção de estudos; (iv) extração de dados; (v) avaliação do material coletado; (vi) análise de conteúdo; (vii) síntese das informações coletadas; (viii) discussão e conclusão; (ix) documentação e relatório PRISMA.

Os critérios de inclusão foram definidos da seguinte forma: quanto aos tipos de estudos, incluíram-se artigos quantitativos, qualitativos ou mistos que investigam o uso de TICs nas relações de trabalho nas políticas sociais, revisões de literatura com esse enfoque e documentos técnicos que discutem a integração de TICs no Serviço Social. O enfoque temático abrange estudos que exploram teorias e metodologias aplicadas às TICs na assistência social pública, além de pesquisas que analisam os impactos éticos, de gestão e a relação dos técnicos com os usuários decorrentes do uso dessas tecnologias. Foram selecionadas publicações entre 2019 e 2024 que apresentaram discussões alinhadas ao eixo da pesquisa.

Incluíram-se artigos, revisões e relatórios que investigam o uso de TICs nas relações de trabalho nas políticas sociais. Como enfoque temático, buscaram-se trabalhos que discutem os impactos éticos, na gestão do trabalho e na relação dos técnicos de referência da proteção social básica com os usuários, decorrentes do uso de TICs; estudos que exploram teorias e metodologias aplicadas ao uso de TICs nas políticas sociais; e pesquisas que abordam os desafios da incorporação de TICs nos processos de trabalho dos técnicos de referência.

As publicações foram selecionadas com base no período entre 2019 e 2024, para garantir a inclusão de estudos recentes e atualizados sobre o uso de TICs nas políticas sociais. As publicações foram selecionadas com base no período entre 2019 e 2024 para apreender uma fase de inflexão na relação entre tecnologia e política social, marcada pela intensificação da digitalização dos serviços públicos e pela reconfiguração do trabalho profissional durante e após a pandemia de Covid-19. Parte-se do entendimento, de que a pandemia não “cria” o problema, mas acelera tendências já em curso de subsunção do trabalho às mediações técnico-burocráticas e gerenciais, aprofundando a centralidade das TICs na organização e no

controle das políticas sociais, como parte afetada das medidas implementadas pela administração pública.

Ainda que o debate sobre TICs e política social seja anterior, trabalha-se com a hipótese de que esse intervalo concentra um incremento quantitativo e qualitativo de estudos empíricos e análises críticas, justamente porque a adoção acelerada de sistemas digitais, plataformas e cadastros eletrônicos tensiona a materialidade do trabalho social, a forma-Estado e os mecanismos de gestão da população. O recorte temporal, portanto, não é apenas cronológico, mas teórico: busca captar o modo como a literatura recente responde às formas de racionalização e controle, típicas do capitalismo contemporâneo, mediadas por hora pelas tecnologias de informação.

Este interesse não recai apenas sobre a presença das TICs, mas sobre o estatuto conceitual de tecnologia que esses estudos sustentam e “como” o vinculam ao debate sobre a administração pública no capitalismo dependente. Ao analisar trabalhos que debatem dispositivos técnicos — como sistemas de informação, plataformas e cadastros —, a pesquisa busca desvelar não as ferramentas em si, mas as tendências e percepções teóricas sobre o tema. Trata-se de apreender se a tecnologia é concebida como mediação concreta de processos de exploração, disciplinamento e responsabilização dos sujeitos, ou se permanece reduzida à ilusão de um mero recurso operacional.

Um dos critérios é que os textos deveriam estar publicados em periódicos revisados por pares da área de Serviço Social, com classificação Qualis-CAPES A1 no quadriênio 2017-2020, de acesso gratuito — fortalecendo estrategicamente o movimento “Ciência Aberta”, e nos idiomas inglês, espanhol e português, para garantir um alcance amplo de artigos e pesquisas científicas em periódicos indexados.

O objetivo consistiu em apreender o debate sobre o uso de TICs pela assistência social no setor público, no contexto de trabalho e interação com os usuários, buscando mapear as categorias estruturantes dos artigos selecionados e seu contexto, em especial o contexto do capitalismo dependente. Os critérios de exclusão estabelecidos desconsideravam artigos de opinião, resenhas, comentários e editoriais. Além disso, excluíram-se textos que abordassem as TICs tangencialmente ao contexto da assistência social ou em outros setores como educação, saúde e previdência — ou seja, pesquisas sem análise explícita da relação entre TICs e políticas sociais.

Um aspecto relevante do método foi a busca por periódicos indexados. Realizou-se uma consulta na Plataforma Sucupira, base de dados da CAPES, selecionando os periódicos

posteriormente buscados na SciELO, no Portal de Periódicos CAPES, no Google Scholar e, por fim, nas próprias revistas indexadas de Serviço Social. Verificou-se a indexação, edição, classificação Qualis, ano de publicação e a aplicabilidade das *strings*⁸ de busca nas bases de dados. Para os periódicos com delimitação de número de publicações, realizou-se uma busca ano a ano, por título, com as palavras-chave “tecnologia” e “política social” nos 13 periódicos identificados, para então selecionar os aptos para a revisão sistemática.

Os dados coletados foram exportados em formato *PDF* para o *Mendeley*⁹, assim os dados são convertidos para os formatos *BIBTEX* e *TXT*¹⁰ para depósito em outro *software* o *Rayyan*,¹¹ uma plataforma colaborativa que auxilia na triagem e análise de artigos. As pesquisas foram inicialmente filtradas com base nos critérios estabelecidos. A revisão incluiu detecção de duplicatas, triagem por título e resumo e, após a seleção inicial, os estudos selecionados foram depositados em outra coleção no *Mendeley*. Significa dizer que para a revisão, primeiro foram identificadas e removidas as duplicatas, isto é, os registros repetidos que surgem quando o mesmo estudo aparece em mais de uma base de dados. Em seguida, realizou-se a triagem por título e resumo, etapa em que cada referência é avaliada rapidamente, com base nesses dois elementos, para verificar se se encaixa nos critérios de inclusão e exclusão do estudo. Após essa seleção inicial, os trabalhos considerados potencialmente relevantes foram organizados em uma nova coleção no *Mendeley*, separada do conjunto bruto de resultados, para facilitar a leitura na íntegra e as etapas posteriores da análise.

⁸ *Strings* de busca são combinações de palavras-chave e operadores (como AND, OR, NOT) usadas para fazer pesquisas em bases de dados e sistemas de informação. Essa estrutura de busca, aumenta a chance de recuperar exatamente o tipo de estudo ou documento que interessa a pesquisa. Contribui, também, a compreensão do caminho da pesquisa para outros pesquisadores que se interessam pelo tema pesquisado.

⁹ Trata-se de um gerenciador de referências que facilita o armazenamento e a organização de pesquisas. O *Mendeley* é um *software* gratuito de gerenciamento de referências e PDFs usado para organizar literatura científica, inserir citações automaticamente em textos e gerar bibliografias em diferentes normas. Disponível em: <https://www.mendeley.com/>

¹⁰ Ao dizer que os artigos foram convertidos para estes formatos significa que este conjunto de dados (por exemplo, referências, resultados de busca, registros) foi exportado em tipos de arquivo diferentes: um próprio para bibliografia (BibTeX); para visualizar, compartilhar e arquivar documentos preservando o formato original (PDF); e a formatação de texto simples (TxT).

¹¹ *Rayyan* é um aplicativo voltado para auxiliar na realização de revisões de literatura, especialmente revisões sistemáticas, integrativas e de escopo. Ele permite importar referências (em BibTeX, RIS etc.), organizar um projeto de revisão e fazer a seleção dos estudos (incluir, excluir, “talvez”) a partir de título e resumo. Disponível em: <https://www.rayyan.ai/>

Esse processo possibilitou o refinamento de categorias centrais, que foram organizadas e exportadas para o *Excel*¹². A análise exemplificou a frequência de palavras-chave, tendências de citação e categorias temáticas, além de os dados textuais serem examinados por método qualitativo, associando a análise materialista-histórica e a análise de conteúdo proposta por Sampaio e Lycarião (2021), considerando as categorias fundantes marxianas.

A seleção e o acesso aos periódicos, por meio da etapa inicial de definição do corpus de análise, compreenderam a consulta à Plataforma Sucupira (CAPES), utilizando os critérios de classificação Qualis Periódicos (A1)¹³ na área de avaliação “Serviço Social” referentes ao quadriênio 2017–2020. Dessa consulta sistemática, identificou-se uma lista de 13 periódicos classificados como Qualis (A1), sendo nove de abrangência nacional e quatro de caráter internacional. Adicionalmente, em reconhecimento à relevância da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a revista foi incluída no conjunto de fontes, ao publicar um editorial sobre a temática e no período delimitado, correspondendo aos critérios de inclusão determinados para esta pesquisa, elevando para 14 o número total de periódicos submetidos à análise.

Vale destacar que para delimitar o conjunto de periódicos analisados, adotou-se o sistema Qualis Periódicos/CAPES¹⁴, vigente no momento de elaboração do projeto e da coleta dos dados. Embora o Qualis tenha passado por reformulações posteriores, optou-se por manter esse recorte, a fim de preservar a consistência interna do delineamento metodológico e possibilitar a reprodutibilidade da pesquisa com base na classificação disponível à época.

O processo de identificação e seleção dos artigos ocorreu anualmente, mediante revisão das edições de cada periódico, uma a uma. O acesso ao conteúdo integral foi realizado por meio do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando credenciais da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O Portal da CAPES representa um dos principais acervos

¹² *Excel* é um programa de planilha eletrônica da *Microsoft* usado para organizar, calcular e analisar dados em tabelas, por meio de filtros, tabelas dinâmicas e gráficos, apoiando relatórios e apresentações de resultados de pesquisa.

¹³ A escolha deste recorte não implica a suposição de que apenas periódicos classificados em A1 produzam pesquisa de qualidade, mas visa reduzir o volume de títulos a um conjunto manejável e reprodutível, tomando como referência uma classificação institucional disponível à época da concepção da pesquisa.

¹⁴ O sistema Qualis Periódicos/CAPES foi utilizado, durante vários ciclos de avaliação, como mecanismo oficial de classificação de periódicos científicos em estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C), servindo como indicador institucional da qualidade dos veículos de publicação na pós-graduação brasileira. A partir das reformulações recentes na política de avaliação da CAPES, o Qualis Periódicos vem sendo substituído por modelos que deslocam o foco de análise do prestígio do periódico para a qualidade dos artigos em si, razão pela qual o presente estudo toma o Qualis apenas como referência histórica e operacional, correspondente ao período em que o desenho da pesquisa foi concebido. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/qualis-periodicos-sera-substituido-por-classificacao-com-foco-nos-artigos/>

científicos virtuais do país, disponibilizando vasto conteúdo nacional e coleções internacionais assinadas por instituições de ensino e pesquisa no Brasil (CAPES, 2020). Deu-se preferência a periódicos indexados em bases reconhecidas, como SciELO e Latindex, visando assegurar o acesso às publicações.

É fundamental reconhecer que a estratégia de amostragem adotada — focada em periódicos Qualis A1 e na inclusão pontual de uma revista institucional específica — delimita o escopo dos achados. Embora garanta o acesso à produção de alta qualidade reconhecida pela CAPES e pelo campo, essa abordagem representa um recorte que não esgota a totalidade da produção científica em Serviço Social. Potenciais limitações de representatividade podem derivar da exclusão de periódicos de outras classificações Qualis ou de fontes não indexadas nas bases consultadas, bem como da impossibilidade de acesso a conteúdos restritos ou pagos, o que poderia introduzir um viés de acessibilidade na amostra analisada. Tal delimitação, contudo, é inerente a pesquisas científicas com recursos e prazos finitos, consistindo numa escolha metodológica para focar na produção de maior circulação e reconhecimento formal.

No contexto da busca para atender aos objetivos da pesquisa, a consulta à Plataforma Sucupira (Qualis Periódicos) configurou-se para publicações no “Evento de Classificação: Classificação de Periódicos Quadriênio 2017–2020”, especificamente na “Área de Avaliação: SERVIÇO SOCIAL” e com “Classificação: A1”. Essa opção visou limitar o número de periódicos devido ao alto volume de publicações, conduzindo o foco da pesquisa (o que não significa descartar outras publicações ou classificá-las quanto à qualidade).

Os dados revelam que, dentre o total de 421 publicações identificadas nas edições dos periódicos selecionados, os “Artigos Temáticos” constituem a vasta maioria, com 271 ocorrências. Os “Temas Livres” representam a segunda maior categoria, somando 79 publicações. Em menor proporção, encontram-se os “Editoriais” (29) e as “Resenhas” (20), enquanto “Entrevistas” (13) e “Expedientes” (9) são os tipos de documento menos frequentes. A tabela a seguir apresenta o processo de seleção e inclusão dos periódicos por meio da revisão sistemática de literatura.

QUADRO 1) RESULTADOS DA RSL NA SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS

PERIÓDICOS	TOTAL DE PUBLICAÇÕES IDENTIFICADAS NA EDIÇÃO	TOTAL SELECIONADO	APÓS A TRIAGEM	INCLUÍDOS
ARGUMENTUM	44	6	3	3
O SOCIAL EM QUESTÃO	71	5	3	3
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA	31	1	0	0

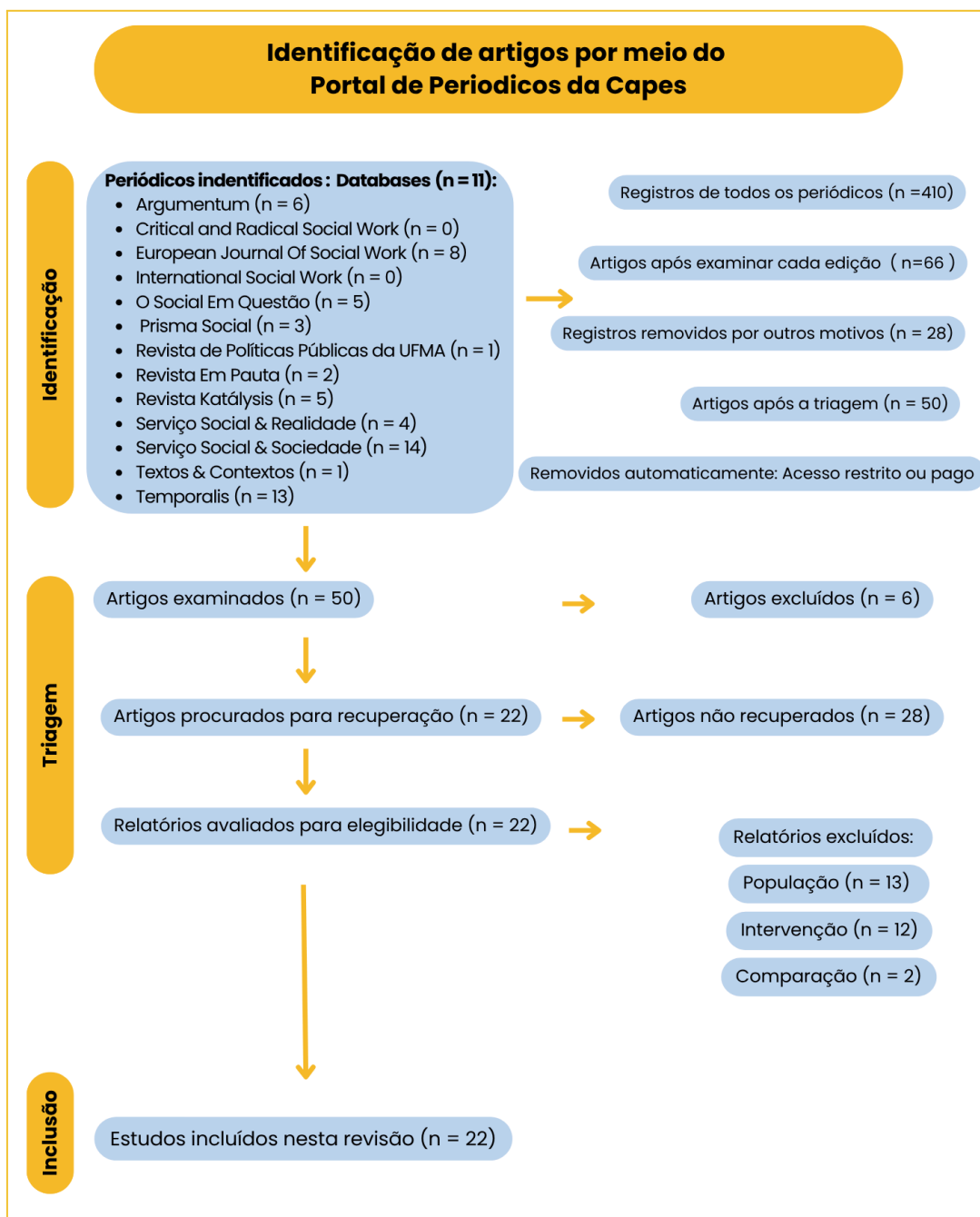
REVISTA EM PAUTA	41	2	0	0
REVISTA KATÁLYSIS	55	5	2	2
SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE	8	4	0	0
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	103	14	6	6
TEXTOS & CONTEXTOS	31	1	0	0
TEMPORALIS	35	13	6	6
EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL WORK	NÃO SE APLICA (CRITÉRIOS)	8	3	2

Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa

Vale ressaltar que os periódicos “Critical And Radical Social Work (Online)” e “International Social Work” possuíam artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão devido ao tema, mas prevaleceram os critérios de exclusão, uma vez que eram de acesso pago e não foi possível o livre acesso. Os artigos incluídos da revista “European Journal of Social Work” foram os que atenderam ao critério de ciência aberta, acesso institucional e não pagos. Com isso, o registro total da pesquisa, com base na representação do fluxograma PRISMA (2020), foi disponibilizado ao final deste capítulo.

Este estudo reconhece que existem limitações que incluem a lógica da formalidade abstrata acadêmica e a necessidade de delimitação do material analisado devido à restrição em bases de dados específicas, assim como todos os esforços possíveis para não cair nas armadilhas do ecletismo. Além disso, foram feitas considerações cuidadosas sobre a interpretação dos dados e a generalização dos achados, entendidos como totalidade, resultou em aproximações da subjetividade coletiva para uma discussão robusta sobre o debate das implicações das TICs no exercício profissional na política de assistência social.

O fluxograma PRISMA (2020) enquanto um registro, detalha um processo rigoroso de identificação, triagem e inclusão de artigos, típico de revisões sistemáticas ou integrativas. A pesquisa demonstra um esforço metodológico considerável na seleção de artigos, partindo de uma base ampla e aplicando filtros sucessivos de identificação, acesso e elegibilidade. O uso do Portal da Capes e o foco em periódicos reconhecidos (A1) e na entidade ABEPSS conferem solidez à busca. A especificidade dos critérios de exclusão na fase de elegibilidade (População, Intervenção, Comparação) reforça o compromisso da revisão. A maioria dos artigos identificados são artigos de pesquisa (“Temáticos” e “Temas Livres”), indicando o foco da revisão em conteúdo de pesquisa formal. Observa-se o processo registrado no fluxograma PRISMA, a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa, consoante ao fluxograma Prisma (2020)

1.1.2. Análise de conteúdo categorial

É nesse horizonte que se insere a opção por adotar Análise de Conteúdo Categorial de Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião (2021), em detrimento da tradicional proposta de Laurence Bardin. A escolha por Sampaio e Lycarião não é apenas técnica, mas ética e epistemológica: ela reflete o compromisso desta pesquisa com uma ciência social crítica, rigorosa e orientada pela emancipação da consciência humana-genérica. A obra de Bardin,

embora historicamente relevante e amplamente difundida no Brasil, consolidou-se como um referencial metodológico de caráter descritivo, muitas vezes aplicado de forma acrítica. Sua proposta, centrada na organização e categorização de conteúdos, carece de uma problematização mais profunda sobre os fundamentos ontológicos e epistemológicos da análise. Ao privilegiar a forma em detrimento do conteúdo, a abordagem bardiniana tende a operar sob a lógica da racionalidade formal abstrata — expressão da sociabilidade capitalista que fragmenta, quantifica e em disputa pelo significado no conjunto dos fenômenos sociais, esvaziando-os de sua historicidade e de suas contradições.

Os autores propõem: Definição de unidades e subunidades de análise; Construção de categorias com base em referenciais teóricos sólidos; Elaboração de um “livro de códigos” com critérios objetivos. Esta pesquisa recusa a ilusão da neutralidade metodológica. A análise de conteúdo, quando orientada por categorias substantivas e por um compromisso com a crítica social, torna-se uma ferramenta potente para desvelar os sentidos ocultos nos discursos, identificar os mecanismos de reprodução da razão predominante e afirmar a centralidade da luta de classes na produção do conhecimento.

A “Análise de Conteúdo Categorical” proposta por Sampaio e Lycarião (2021) foi orientada de modo a resgatar a totalidade concreta dos fenômenos sociais, superando a fragmentação imposta pela racionalidade instrumental. Ao articular categorias analíticas com base em referenciais críticos, a técnica se torna capaz de desvelar os nexos entre discurso e estrutura, entre linguagem e materialidade, entre forma e conteúdo. No caso desta pesquisa, que investiga as perspectivas teórico-metodológicas que orientam a inserção das TICs no Serviço Social, a proposta de Sampaio e Lycarião mostrou-se particularmente adequada, pois permitiu apreender, com profundidade e criticidade, como os discursos acadêmicos sobre TICs expressam e reproduzem as contradições do capitalismo contemporâneo — seja na racionalização do trabalho, na mercantilização das políticas sociais, na precarização das condições laborais ou na captura da subjetividade dos trabalhadores.

A racionalidade formal-abstrata, que permeia muitas abordagens metodológicas tradicionais, tende a naturalizar as formas sociais existentes, tratando-as como dados isolados, desprovidos de historicidade, ao privilegiar a quantificação, a mensuração e a eficiência como fins em si mesmos, tende a obscurecer as determinações históricas e sociais dos fenômenos. Nesse sentido, a análise de conteúdo categorial, ao ser aplicada com base em categorias substantivas e críticas, permite resgatar a historicidade e a totalidade dos processos analisados, superando a fragmentação típica da racionalidade instrumental.

Essa racionalidade, como denuncia a tradição marxista, é a forma pela qual o capital organiza o pensamento, convertendo relações sociais em coisas, e a crítica em técnica. Ao aplicar a Análise de Conteúdo como um procedimento técnico desprovido de densidade teórica, corre-se o risco de reproduzir a lógica da tecno-ciência em si, que naturaliza as relações sociais vigente e silencia os conflitos que a atravessam. Sampaio e Lycarião (2021) representam um esforço de superação dessa limitação. Sua proposta metodológica parte do reconhecimento de que a análise de conteúdo deve ser, ao mesmo tempo, atenta e crítica. Os autores oferecem um percurso analítico sistemático, que inclui a definição clara de unidades e subunidades de análise, a construção de categorias teóricas fundamentadas, a elaboração de códigos com critérios objetivos, a realização de testes de confiabilidade e a aplicação de procedimentos estatísticos que não se limitam à quantificação, mas que servem à interpretação crítica dos dados. A partir da leitura exploratória dos artigos e com base em referenciais teóricos marxistas, foram identificadas quatro categorias estruturantes do debate.

Essas características foram operacionalizadas em um livro de códigos, contendo definições claras, indicadores e exemplos de codificação, conforme preconizado por Sampaio e Lycarião (2021). O processo de categorização, formou eixos teóricos previamente definidos, mas também incorporou elementos emergentes da leitura dos textos. Embora a codificação tenha sido realizada por uma única pesquisadora, foram adotadas estratégias de validação interna, como a revisão cruzada dos registros e a documentação detalhada das decisões analíticas, como informado anteriormente. Esta pesquisa não pode se furtar ao seu compromisso com a crítica da realidade e a contribuição para a construção de um conhecimento comprometido com a emancipação da consciência humana-genérica. Trata-se de uma escolha que reafirma o método como mediação entre teoria e prática, entre ciência e projeto ético-político, entre análise e transformação.

CAPÍTULO II

O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DE SERVIÇO SOCIAL?:

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Esta seção foi reservada para identificar as produções selecionadas nos periódicos, buscamos compor esta investigação identificando neste arcabouço teórico-metodológico, contradições do contexto de intensas transformações na estrutura econômica e social conduzidos pelo debate da tecnologia. Por meio da revisão sistemática de literatura e análise

de conteúdo descritivo-interpretativa dos 22 artigos selecionados, foi possível identificar tendências, ambivalências e desafios que ocupam o centro das preocupações acadêmicas e profissionais, evidenciadas pela dinâmica entre precarização, “inovação tecnológica” e redefinição da dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados por meio dos procedimentos metodológicos apresentados anteriormente. Os artigos selecionados como amostra foram:

QUADRO 2) ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE DAS TICs NO SERVIÇO SOCIAL

Periódico	Autor(es)	Ano	Categorias Analíticas Estruturantes	Palavras-Chave	Objetivos	Resultados	País
Revista Katálysis	FALEIROS, V. de P.; ARAÚJO, A. A. M. de; HEDLER, H. C.	2019	Precariedade; Interdisciplinaridade	Precariedade; Trabalho; Interdisciplinaridade	Investigar a precariedade e interdisciplinaridade no trabalho de assistentes sociais.	Condições precárias e demandas por interdisciplinaridade.	Brasil
European Journal of Social Work	LAURI, M.	2019	Tecnologia; Políticas social	Tecnologia; Serviço Social; Governança	Investigar como as tecnologias governam os assistentes sociais.	Evidências de controle e vigilância tecnológica.	Suécia
European Journal of Social Work	SKILLMARK, M.; OSCARSSON, L.	2020	Padronização; Serviço Social	Padronização; Serviço Social; Suécia	Investigar a aplicação de ferramentas de padronização no serviço social.	Evidências de desvios e adaptações nas práticas.	Suécia
Argumentum	CAETANO, M.; GUIMARÃES, G. T. D.; FIOROTTI, M. R. de O.	2021	Serviço Social; Gestão municipal	Política de assistência social; Censo SUAS; Gestão pública	Avaliar a gestão municipal da assistência social com base no Censo SUAS.	Evidências de desigualdades regionais na implementação das políticas.	Brasil
Argumentum	PEREIRA, C.; PEREIRA-PEREIRA, P. A.	2021	Capitalismo; Política social	Capitalismo; Pandemia; Política social	Investigar o impacto da pandemia nas políticas sociais.	Evidências de aprofundamento da crise social.	Brasil
Serviço Social & Sociedade	RAICHELIS, R.; ARREGUI, C.	2021	Trabalho; Pandemia	Trabalho; Pandemia; Serviço social	Investigar a nova morfologia do trabalho em tempos de pandemia.	Evidências de precarização e desafios.	Brasil
Serviço Social & Sociedade	CARNELOSSI, B.	2022	Tecnologia; Trabalho	Robotização; Proteção social; Trabalho	Analisar os impactos da robotização na atuação profissional dos assistentes sociais.	Redução de postos de trabalho e mudanças na dinâmica do trabalho.	Brasil
Serviço Social & Sociedade	CAVALCANTE, R.; PRÉDÈS, R.	2022	TICs; Políticas sociais	TICs; Políticas sociais; Trabalho	Explorar o impacto das TICs nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais.	Mudanças na forma de atuação e desafios tecnológicos.	Brasil
Serviço Social & Sociedade	CHAVES, H. L. A.; CAMARGO, M.	2022	Algoritmos; Políticas sociais	Algoritmos; Capital; Políticas sociais	Investigar como os sistemas algorítmicos afetam as políticas sociais.	Evidências de concentração de capital e exclusão social.	Brasil
Serviço Social & Sociedade	RIZZOTTI, M. L. A.; NALESSO, A.	2022	Tecnologia; Desigualdade	Tecnologia; Desigualdade; Política social	Investigar o impacto da tecnologia na desigualdade social.	Evidências de aprofundamento da desigualdade.	Brasil
Revista Katálysis	ANDRADE, F. R. B.; CAVALCANTE, M. D.; PACHECO, T. N. de P.;	2023	Precarização do trabalho; Saúde mental	Precarização; Trabalho; Saúde mental; Assistentes sociais	Analisar o impacto da precarização do trabalho na saúde mental dos assistentes sociais.	Identificação de estresse, ansiedade e burnout decorrentes da precarização.	Brasil

MARTINS, G. R.

Serviço Social & Sociedade	MAGRO, A. L.; FAQUIN, E. S.	2023	Capitalismo; Políticas sociais	Capitalismo; Políticas sociais; Assistência social	Analisar o impacto do capitalismo dependente nas políticas sociais.	Evidências de desigualdade e dependência.	Brasil
Temporalis	COELHO, R.; FÉLIX, M. A.; AMORIM, M.	2024	Tecnologia; Trabalho pós-pandemia	Novas tecnologias; Trabalho; Pandemia	Analisar o impacto das novas tecnologias no trabalho de assistentes sociais pós-pandemia.	Dificuldades na adaptação e riscos à privacidade.	Brasil
Temporalis	FIGUEIREDO, K.; SANTOS, J. M. dos; VALLADÃO, M. L. A.; QUEIROZ, M.	2024	TICs; Política social	TICs; Política social; Tecnologia	Explorar o impacto das TICs nas políticas sociais.	Evidências de desigualdade e exclusão digital.	Brasil
O Social em Questão	FARIA, G.	2024	Tecnociência; Direitos	Tecnociência; Direitos; Assistência social	Analisar como a tecnociência afeta os direitos na assistência social.	Evidências de violação de direitos e controle tecnológico.	Brasil
O Social em Questão	HILLESHEIM, J.; MOLARDI, G. R.	2024	TICs; Serviço social	TICs; Serviço social; Tecnologia	Identificar interlocuções do serviço social sobre TICs.	Evidências de interlocuções críticas e afinadas com o projeto ético-político.	Brasil
Temporalis	LINS, M. A. T.	2024	Dataficação; Capital	Dataficação; Capital; Trabalho	Analisar a dataficação da vida social sob o capital.	Evidências de exploração de dados e desigualdade.	Brasil
Temporalis	LOPES, J.; BENTO, E.	2024	TICs; Trabalho social	TICs; Trabalho social; Tecnologia	Investigar o uso de TICs no trabalho de assistentes sociais.	Evidências de uso crescente, mas com desafios.	Brasil
Temporalis	RAICHELIS, R.; DINIZ, T.; VICENTE, D.; RODRIGUES, T.	2024	TICs; Trabalho	TICs; Trabalho; Serviço social	Investigar as implicações do trabalho subordinado às TICs.	Evidências de mudanças na dinâmica do trabalho.	Brasil
O Social em Questão	BOTÃO, M.; PASTORINI, A.; VELOSO, R.	2024	Tecnologia; Trabalho	Tecnologia; Trabalho; Serviço social	Investigar o impacto dos avanços tecnológicos no trabalho.	Evidências de mudanças na dinâmica do trabalho.	Brasil
Argumentum	SILVA, M. L. L. da	2024	Tecnologia; Direitos	Tecnologia; Direitos; Lucratividade	Investigar o impacto das inovações tecnológicas nos direitos.	Evidências de restrições de direitos e lucratividade.	Brasil
Temporalis	VELOSO, R.; SIERRA, V.	2024	Tecnologia; Racionalização	Tecnologia; Racionalização; Serviço social	Investigar os desafios da tecnologia no exercício profissional.	Evidências de desafios e necessidade de adaptação.	Brasil

Elaborado pela autora com base nos resultados da RSL

Os artigos, após triados, foram agrupados com base em suas categorias estruturantes, evidenciando quatro eixos temáticos predominantes:

- i)** Racionalização tecnológica e governança algorítmica (centralidade em 4 artigos);
- ii)** Relações de trabalho, TICs e assistentes sociais (centralidade em 10 artigos);
- iii)** Lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais (centralidade em 6 artigos);
- iv)** Precarização do trabalho e saúde mental dos assistentes sociais (centralidade em 2 artigos).

2.1. Caracterização geral dos artigos selecionados

Após organizados e identificados os eixos centrais da discussão, cada um desses tópicos conduz as discussões que articulam a construção discursiva da tecnologia no cotidiano organizacional e profissional do setor público das políticas sociais. Desse modo, ao separar as abordagens, é possível visualizar os eixos com maior destaque, as lacunas e as semelhanças entre os estudos realizados. Em síntese, a produção científica analisada evidencia que a presença de dispositivos digitais e do modelo gerencial nas políticas sociais brasileiras, com suas profundas contradições, a impor desafios inéditos ao Serviço Social, buscando possibilidades para a reinvenção da prática, desde que guiada pela racionalidade crítica, pelo compromisso social e pela participação coletiva nas disputas pela direção das transformações em curso.

No que se refere às semelhanças, os estudos de Andrade *et al.* (2023) e Faleiros *et al.* (2019) apontam para a intensificação da precarização do trabalho dos assistentes sociais, destacando a relação direta entre a deterioração das condições laborais e o adoecimento mental, ao mesmo tempo que ressaltam a resistência e a organização coletiva como estratégias de enfrentamento. Por outro lado, autores como Carnelossi (2022), Cavalcante e Prêdes (2022) e Chaves e Camargo (2022) problematizam o avanço das tecnologias digitais e dos sistemas algorítmicos, alertando para riscos de padronização, desresponsabilização estatal e aprofundamento das desigualdades, mas também identificando potencial emancipatório na apropriação crítica dessas ferramentas.

A pluralidade metodológica das investigações, que transitam entre revisões bibliográficas, estudos de caso, entrevistas, análises de conteúdo e abordagens baseadas no materialismo histórico, permite uma leitura transversal das contradições inerentes ao processo de transformação tecnológica do trabalho na assistência social. Pesquisas como as de Caetano *et al.* (2021) e Lopes e Bento (2024) evidenciam a disparidade na implementação das políticas sociais em diferentes contextos municipais, sinalizando o papel central da formação continuada, da capacidade institucional e do engajamento político, para além da mera integração de tecnologias informacionais.

O pano de fundo das discussões é marcado pela constatação de que a digitalização e a robotização dos serviços sociais não ocorrem de forma neutra ou destituída de interesses de classe, como evidenciado nas análises de Faria (2024), Lins (2024), Magro e Faquin (2023) e Silva (2024). Esses autores sublinham que a política social brasileira opera sob determinações estruturais do capitalismo dependente, reforçando tanto a importação de modelos tecnológicos

quanto a subordinação das inovações ao imperativo da lucratividade e da racionalização fiscal. Nesse cenário, processos como a “dataficação” e a “tecnologização restritiva de direitos” intensificam o controle social, o *apartheid* digital e as exclusões seletivas, desafiando a tradição e os princípios do Serviço Social.

Alguns autores, como Hillesheim e Molardi (2024), Figueiredo *et al.* (2024), Veloso e Sierra (2024) e Lins (2024), acrescentam à discussão o reconhecimento das TICs como contraditórias, rejeitando leituras unilaterais de tecnofobia, tecno-utopia ou tecnofilia. Destaca-se, nesse contexto, a proposta de desenvolver competências críticas — seja como “reflexividade tecnológica”, “práxis tecno-política” ou “competência tecno-política” — como condição para que assistentes sociais disputam os sentidos e usos da tecnologia, ancorando a inovação em valores ético-políticos e no compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, rejeitando análises que não reconheçam a tecnologia como inerente à existência humana (Hillesheim e Molardi, 2024; Figueiredo *et al.*, 2024; Veloso e Sierra, 2024; Lins, 2024).

Os estudos internacionais incluídos, como Lauri (2019) e Skillmark e Oscarsson (2020), reforçam que o fenômeno da racionalização do trabalho na assistência social por meio de ferramentas gerenciais e padronizadas também é observado em outros contextos, revelando padrões globais de neoliberalização e governamentalidade que atravessam o Serviço Social e exigem estratégias críticas de resistência.

No plano das implicações, as pesquisas convergem quanto à necessidade de formação continuada específica sobre competências digitais, democratização do acesso e do controle sobre as tecnologias, participação ativa de profissionais e usuários nas decisões sobre sistemas tecnológicos, bem como a articulação do Serviço Social com movimentos sociais mais amplos, em defesa de um horizonte digno e da justiça social frente ao avanço do capitalismo digital.

Para caracterizar os eixos estruturantes de cada abordagem, será introduzido o que se entende por cada seção e o estudo que mais se destacou na abordagem. A ordem de apresentação dos tópicos não possui valor hierárquico nem anula a possibilidade de um artigo apresentar uma ou mais características. Por exemplo, Cavalcante e Prêdes (2022, p. 124) pesquisam a dataficação do BPC, o que se enquadra no Eixo I, mas a análise parte “do mirante do trabalho profissional de assistentes sociais”, o que é o meio para atingir o objetivo “de apreender processos que demandam diretamente (ou não) a intervenção profissional” (p.

119). Os estudos assim localizados foram organizados consoante a maior correspondência do conteúdo global com o eixo estruturante de cada pesquisa.

2.1.1. Eixo I: Racionalização tecnológica e governança algorítmica

A definição do eixo “Racionalização Tecnológica e Governança Algorítmica” nas políticas sociais foi construída a partir dos estudos de Lins (2024), Carnelossi (2022), Chaves e Camargo (2022) e Rizzotti e Nalesso (2022), enquanto esses autores se referem ao processo de incorporação massiva de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e sistemas digitais, como Big Data e Inteligência Artificial (IA), na gestão e execução de serviços e políticas públicas, especialmente na área social. Embora frequentemente justificada pela busca de “modernização”, eficiência, transparência e acessibilidade dos serviços governamentais, essa racionalização é permeada por uma lógica instrumental que, no contexto de países como o Brasil, tende a reafirmar a dependência em relação aos centros do capitalismo global e a acentuar as desigualdades sociais e a exploração da força de trabalho (Rizzotti e Nalesso, 2022). Para eles, isso impulsiona uma “transformação digital” do Estado que, em muitos casos, se alinha a ajustes neoliberais focados na valorização do capital.

No que se refere à “Governança Algorítmica”, esta diz respeito à aplicação de algoritmos e sistemas automatizados para gerenciar, monitorar e tomar decisões sobre o acesso e a distribuição de benefícios eventuais do setor de assistência social. O papel da “dataficação” da vida social consiste na conversão de ações, comportamentos e perfis humanos em dados digitais quantificáveis e rastreáveis, os quais são coletados, processados e analisados para a elaboração de perfis e diagnósticos (Lins, 2024). Essa governança, originária das grandes plataformas digitais e do que alguns chamam de “capitalismo de plataforma”, busca incessantemente converter aspectos da existência cotidiana em ativos rentáveis (Chaves e Camargo, 2022). Tal processo gera o que se denomina “colonialismo de dados”, no qual o fluxo da vida humana é continuamente apropriado para fins lucrativos.

As implicações incluem a precarização dos direitos, a exclusão de populações vulneráveis devido à barreira digital e a mercantilização da proteção social, com a tecnologia servindo como instrumento de dominação e perpetuação de interesses privados (Carnelossi, 2022).

Lins (2024) analisou o fenômeno da dataficação da vida social no contexto do capitalismo contemporâneo, investigando como a transformação massiva de aspectos da existência humana em dados quantificáveis serve à acumulação de capital e reconfigura

relações sociais, com ênfase nas implicações para o serviço público no Brasil. A pesquisa realizou uma revisão bibliográfica sobre *Big Data*, plataformização do trabalho e investimentos em tecnologias digitais como principal estratégia do setor público brasileiro, complementada por análise documental de diretrizes governamentais sobre modernização dos serviços públicos via TICs.

A autora identificou que a dataficação intensifica processos de exploração da força de trabalho por meio de novas formas de controle algorítmico e extração de valor. No contexto brasileiro, demonstrou como estratégias de modernização tecnológica dos serviços públicos reforçam frequentemente a dependência em relação aos países capitalistas centrais e intensificam desigualdades no acesso a direitos. A pesquisa evidencia como dados produzidos em interações sociais são apropriados privadamente, criando novas fronteiras de mercantilização da vida.

O estudo concluiu que a dataficação constitui um fenômeno eminentemente político que reestrutura relações de dominação de classe e reforça expressões estruturais da questão social. A autora defende que este contexto é solo fértil para complexificar as expressões da questão social e impõe novos desafios à organização e resistência da classe trabalhadora, exigindo formas atualizadas de enfrentamento ao controle do trabalho.

Carnelossi (2022) investigou os impactos da implementação de sistemas automatizados e lógicas algorítmicas nas políticas de proteção social, analisando especificamente como a robotização altera o exercício profissional dos assistentes sociais e os processos de acesso a direitos sociais. O estudo utilizou metodologia qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, analisando programas de proteção social que incorporaram ferramentas digitais e sistemas automatizados de decisão. Foram examinadas publicações técnicas e normativas do governo federal sobre transformação digital de serviços públicos, bem como o que diz a literatura crítica sobre algoritmos e políticas sociais.

A autora identificou que a automação de processos decisórios na proteção social reduz o espaço de intervenção profissional qualificada, substituindo análises contextualizadas por critérios padronizados permeados pela lógica da modernização conservadora. Carnelossi (2022) demonstrou que sistemas algorítmicos frequentemente reproduzem desigualdades estruturais sob aparência de neutralidade técnica, intensificando processos de exclusão. Observou-se ainda crescente subordinação dos profissionais à lógica dos sistemas, restringindo sua autonomia e capacidade crítica. O estudo “Robotização da proteção social: impactos e desafios à atuação profissional do assistente social” conclui que a robotização da

proteção social, embora apresentada como modernização, frequentemente mascara processos de precarização e desresponsabilização estatal.

Carnelossi (2022) defende a necessidade de que assistentes sociais desenvolvam competências para compreender criticamente as tecnologias digitais, disputando sua concepção e implementação a partir dos princípios ético-políticos da profissão, de modo a garantir que a digitalização não comprometa a dimensão humana e emancipatória do trabalho na assistência social.

De modo semelhante, Chaves e Camargo (2022) analisam a relação entre o desenvolvimento de sistemas algorítmicos, a busca por lucratividade no capitalismo contemporâneo e suas implicações nas políticas sociais, investigando como a lógica algorítmica redefine o acesso a direitos e a gestão social. A pesquisa baseou-se em abordagem crítico-dialética, utilizando revisão bibliográfica interdisciplinar que articulou contribuições da economia política, sociologia digital e teoria crítica da tecnologia. As autoras analisaram estudos de caso sobre implementação de sistemas algorítmicos em políticas sociais em diferentes contextos.

Chaves e Camargo (2022) identificaram que sistemas algorítmicos nas políticas sociais subordinam frequentemente a proteção social à lógica de mercado, transformando direitos em serviços quantificáveis, e demonstraram como algoritmos, apresentados como neutros, na verdade, incorporam valores e escolhas políticas que tendem a reforçar desigualdades estruturais. Desse modo, as pesquisadoras evidenciaram que a falta de transparência desses sistemas compromete o controle social e a participação democrática na gestão das políticas.

O estudo concluiu que a crescente “algoritmização” das políticas sociais constitui uma nova fronteira de acumulação capitalista, mercantilizando dados e aprofundando as expressões da questão social. As autoras defendem a necessidade de regulação democrática dessas tecnologias, com participação de usuários e profissionais em sua concepção e avaliação. Apontam ainda para a urgência de que assistentes sociais desenvolvam literacia digital crítica, compreendendo a relação laboral para além dos aspectos operacionais, especialmente as implicações éticas e políticas dos algoritmos na reconfiguração da questão social.

Investigando como inovações tecnológicas impactam tanto o mundo do trabalho quanto as políticas sociais, com especial atenção às implicações para os usuários da política de assistência social, Rizzotti e Nalesso (2022) analisaram como inovações tecnológicas, no

contexto do capitalismo neoliberal, tendem a aprofundar desigualdades existentes, criando novas formas de exclusão social por meio do que denominam “apartheid digital”. As autoras demonstram como a automação e a algoritmização de políticas sociais, embora apresentadas como modernização, frequentemente inviabilizam necessidades e particularidades de grupos marginalizados na dinâmica de acumulação capitalista, substituindo análise contextualizada por critérios padronizados.

Rizzotti e Nalesso (2022) evidenciaram ainda como a precarização tecnológica do trabalho afeta de maneira diferenciada grupos sociais, de acordo com marcadores como classe, raça e gênero. As autoras concluíram que a compreensão crítica das tecnologias nas políticas sociais exige análise que transcenda aspectos técnicos e considere suas implicações ético-políticas e distributivas. Defendem a necessidade de democratizar não somente o acesso a tecnologias, mas também sua concepção e controle, garantindo que os sujeitos sejam protagonistas, para além de dados de alimentação das inovações tecnológicas.

Conclui-se que a “Racionalização Tecnológica e a Governança Algorítmica” apresenta uma transição do modelo tradicional de gestão burocrática para sistemas baseados em algoritmos e tecnologias digitais, como o e-gov e o CadÚnico, nos quais a informatização se torna central (Chaves e Camargo, 2022). Essa mudança busca otimizar processos, resultando em uma “burocracia de nível de tela” que substitui a interação humana (Carnelossi, 2022). Isso confirma a dependência de aplicativos, sites e outros meios digitais para acesso a benefícios e serviços, formando uma barreira significativa para cidadãos sem acesso à internet, dispositivos ou letramento digital, adicionando uma nova camada às expressões da questão social (Chaves e Camargo; Carnelossi, 2022).

Lins (2024) aponta que a “dataficação” da vida social e a coleta massiva de informações por meio desses sistemas são vistas como estratégias que contribuem para a lucratividade do capital, transformando os dados dos cidadãos em mercadorias que alimentam um mercado lucrativo e a “financeirização” da proteção social. Rizzotti e Nalesso (2022) demonstram que a crescente mediação tecnológica e a “robotização” afetam profundamente o trabalho de profissionais com implicações éticas, políticas e técnicas, como assistentes sociais, cuja atuação é cada vez mais mediada e, em alguns casos, ameaçada. Há uma preocupação com a desumanização dos serviços e a perda da dimensão relacional no atendimento, à medida que é imposto um perfil “tecnificado” ao trabalho do assistente social.

No que tange à gestão das políticas sociais, Carnelossi (2022) afirma que a oferta de benefícios e serviços digitais tende a ser unilateral e centralizada, muitas vezes

desconsiderando e subutilizando as redes de proteção social já existentes no território, como o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). Rizzotti e Nalesso (2022) complementam ao discutir a implementação do Auxílio Emergencial, ressaltando implicitamente a falha na articulação com a rede capilar de assistência social ao indicar que a dependência de aplicativos não considerou as condições de desigualdade estrutural.

Chaves e Camargo (2022) afirmam que a “lógica algorítmica”, sendo reducionista, binária e opaca, pode levar a decisões discriminatórias e à corrosão da seguridade social. Carnelossi (2022) complementa ao afirmar que a burocratização no acesso aos direitos sociais por meio de sistemas informatizados, representa avanços da robotização na formação de “labirintos burocráticos” que impede o acesso, enquanto afasta os serviços e o próprio conceito de direitos de cidadania (Carnelossi, 2022). Por fim, considera-se que a “transformação digital” alinhada a ajustes neoliberais perpetua a precarização do trabalho e o aumento da pobreza, impactando diretamente a garantia de direitos. Na lógica deste eixo, as TICs atuam para rearticular dinâmicas político-jurídicas em prol da produtividade capitalista, aprimorando formas opacas de controle e gestão do trabalhador precarizado (Lins, 2024; Carnelossi, 2022).

2.1.2. Eixo II: Relações de trabalho, TICs e assistentes sociais

Este eixo analisa como a incorporação das TICs leva à intensificação e extensão da jornada laboral, facilitadas pela conectividade permanente, e ao crescente registro e monitoramento digital do trabalho (Cavalcante e Prêdes, 2022; Lopes e Bento, 2024; Veloso e Sierra, 2024; Hillesheim e Molardi, 2024; Lauri, 2019; Raichelis *et al.*, 2024; Raichelis e Arregui, 2021; Botão *et al.*, 2024; Carmo *et al.*, 2024; Skillmark e Oscarsson, 2020).

Esse processo se manifesta na padronização de procedimentos, fragmentação de processos e mensuração constante de desempenho (Cavalcante e Prêdes, 2022; Veloso e Sierra, 2024; Lauri, 2019; Raichelis *et al.*, 2024; Raichelis e Arregui, 2021; Botão *et al.*, 2024; Carmo *et al.*, 2024). A “servidão digital” (Raichelis *et al.*) emerge como uma nova forma de controle e alienação, reproduzindo antigos mecanismos.

Os estudos apontam que, sob uma lógica gerencialista e neoliberal, as TICs tendem a burocratizar as relações e transformar o assistente social em um “sujeito empresarial”, focado em gerenciar riscos e maximizar resultados mensuráveis. Isso reduz intervenções a procedimentos padronizados e compromete a qualidade do atendimento, desvalorizando a

complexidade das demandas sociais em favor de categorias pré-definidas (Cavalcante e Prêdes, 2022; Veloso e Sierra, 2024; Lauri, 2019; Skillmark e Oscarsson, 2020).

Como no eixo anterior, compreende-se que a mediação tecnológica, especialmente no atendimento remoto, pode dificultar o estabelecimento de vínculos significativos e a escuta qualificada, essenciais para a profissão. A relação profissional-usuário corre o risco de ser transformada em uma operação de registro e classificação (Cavalcante e Prêdes, 2022; Veloso e Sierra, 2024; Raichelis e Arregui, 2021; Carmo *et al.*, 2024).

Lauri (2019) afirma que as tecnologias de gestão funcionam como dispositivos que governam a subjetividade profissional, disseminando racionalidades neoliberais que valorizam produtividade e eficiência em detrimento de ideais como qualidade e solidariedade. Portanto, os profissionais vivem um “trabalho no fio da navalha”, pressionados entre demandas institucionais e compromissos ético-políticos (Raichelis e Arregui, 2021).

O artigo de Cavalcante e Prêdes (2022) analisa as transformações introduzidas pelas TICs no âmbito das políticas sociais, investigando seus impactos nos processos de trabalho dos assistentes sociais e nas mediações estabelecidas com os usuários dos serviços, por meio da relação de acesso e do trabalho no Benefício de Prestação Continuada (BPC). As autoras realizaram pesquisa qualitativa apoiada em revisão bibliográfica crítica, analisando literatura sobre transformações tecnológicas no capitalismo contemporâneo e seus reflexos nas políticas sociais. Complementarmente, examinaram documentos institucionais e normativas profissionais relacionadas ao uso de TICs no Serviço Social.

A investigação evidenciou que a incorporação das TICs nas políticas sociais ocorre de forma contraditória, introduzindo tanto possibilidades de ampliação do acesso quanto mecanismos de controle e racionalização do trabalho. Identificou-se que essas tecnologias, quando implementadas sob a lógica gerencialista, tendem a intensificar o trabalho, burocratizar relações — principalmente para a população idosa, e comprometer a qualidade do atendimento, reduzindo intervenções a procedimentos padronizados.

Cavalcante e Prêdes (2022) concluem que o uso das TICs no trabalho dos assistentes sociais exige posicionamento crítico, destacando a construção de estratégias de intervenção definidas pelos profissionais, de modo que a mediação tecnológica não substitua as dimensões essenciais do trabalho.

Por sua vez, Lopes e Bento (2024) investigam como os assistentes sociais incorporam as TICs em seu fazer profissional cotidiano, identificando desafios e estratégias desenvolvidas para utilizar essas ferramentas de forma alinhada ao projeto ético-político da profissão. A

pesquisa utilizou abordagem mista (quanti-qualitativa), que incluiu revisão de literatura, análise interpretativa dos dados obtidos e aplicação de questionários online a 30 assistentes sociais atuantes em diversos espaços sócio-ocupacionais no estado do Rio Grande do Norte.

As autoras identificaram que o uso das TICs pelos assistentes sociais se intensificou especialmente após a pandemia de COVID-19, incorporadas principalmente em funções como registro de atendimentos, comunicação com usuários e equipes, e acesso a sistemas de informação institucionais. A pesquisa revelou ambivalências nesse processo: enquanto os profissionais reconhecem benefícios como agilidade e ampliação do alcance dos serviços, também relatam desafios como sobrecarga de trabalho, invasão da privacidade e dificuldades em estabelecer vínculos significativos em atendimentos remotos.

O estudo concluiu que a apropriação das TICs pelos assistentes sociais requer postura crítica e propositiva, que transcenda tanto a rejeição tecnofóbica quanto a adesão acrítica, defendendo a necessidade de formação continuada específica sobre tecnologias digitais, que capacite os profissionais para além do uso instrumental, mas para a compreensão das implicações ético-políticas das TICs.

Destacam ainda a importância de a categoria profissional participar ativamente dos debates sobre regulamentação tecnológica, contribuindo para que as TICs sejam desenvolvidas e implementadas em favor da ampliação de direitos e da justiça social no estado burguês (Lopes e Bento, 2024).

Analisando a relação entre tecnologia e racionalização no contexto do Serviço Social contemporâneo, Veloso e Sierra (2024) investigaram como os processos de racionalização tecnológica reconfiguram o exercício profissional, suas mediações e finalidades. Os autores realizaram pesquisa teórica fundamentada na teoria social crítica, com revisão bibliográfica interdisciplinar sobre racionalidade tecnológica, trabalho digital e transformações no Serviço Social.

A pesquisa dos autores identificou como a racionalização tecnológica no Serviço Social intensifica processos cognitivos, aumentando o controle sobre o trabalho mediante padronização de comportamentos e mensuração constante de desempenho. Os autores demonstraram que sistemas informatizados frequentemente transformam a relação profissional-usuário em operação de registro e classificação, subordinando a complexidade das demandas sociais a categorias pré-definidas. O estudo concluiu que a tecnologia no Serviço Social não deve ser abordada somente em sua dimensão instrumental, mas principalmente em suas implicações ético-políticas e ontológicas.

Os autores defendem que assistentes sociais precisam desenvolver postura crítica que transcenda tanto a rejeição tecnofóbica quanto a adesão acrítica às inovações, disputando seus sentidos e usos a partir dos princípios do projeto profissional. Veloso e Sierra (2024) propõem o desenvolvimento do que denominam "competência tecnopolítica", capacidade de compreender e intervir criticamente nas relações entre tecnologia, trabalho e direitos, reconhecendo que toda escolha tecnológica é também uma escolha política sobre qual sociedade se pretende construir.

No âmbito teórico-metodológico, Hillesheim e Molardi (2024) identificam e analisam as principais interlocuções teóricas estabelecidas pelo Serviço Social nas discussões sobre TICs, mapeando as referências bibliográficas e categorias analíticas predominantes na produção acadêmica da área sobre o tema. Os autores realizaram pesquisa bibliográfica em bases de dados e periódicos da área de Serviço Social, selecionando artigos que abordassem TICs publicados entre 2011 e 2022. Os procedimentos incluíram: 1) coleta dos artigos; 2) leitura dos objetivos e palavras-chave; e 3) organização e classificação das referências bibliográficas. Foram recuperados inicialmente 812 artigos, posteriormente filtrados segundo critérios de inclusão específicos, resultando em 49 produções analisadas.

A análise revelou que os artigos sobre TICs no Serviço Social se organizam em três eixos principais: formação profissional, processos de trabalho e impactos na questão social. Identificou-se predominância de referências teóricas, com destaque para autores da sociologia do trabalho. Entre as referências mais citadas, destacam-se obras de Ricardo Antunes sobre transformações no mundo do trabalho, evidenciando preocupação com as dimensões críticas das tecnologias nas relações laborais.

O estudo concluiu que a discussão sobre TICs no Serviço Social brasileiro ainda busca consolidar um corpus teórico próprio, dialogando intensamente com campos como sociologia, filosofia da tecnologia e economia política. Os autores apontam para a necessidade de fortalecer pesquisas que articulem as particularidades da instrumentalidade no Serviço Social com a crítica mais ampla às tecnologias no capitalismo contemporâneo. Sugerem que a profissão avance de uma postura predominantemente analítica para proposições ético-políticas sobre o uso das TICs alinhadas ao projeto profissional.

Lauri (2019) analisou como as tecnologias de gestão implementadas no serviço social funcionam como dispositivos para governar a subjetividade profissional, investigando as racionalidades políticas subjacentes a essas tecnologias e como elas reconfiguram o trabalho e a identidade dos assistentes sociais. O estudo utilizou abordagem qualitativa inspirada na

perspectiva foucaultiana, combinando análise documental de manuais e protocolos institucionais com entrevistas em profundidade realizadas com assistentes sociais na Estônia. O autor empregou a análise do discurso para identificar como as tecnologias de gestão produzem regimes de verdade que moldam as práticas profissionais.

Lauri (2019) evidenciou que as tecnologias de gestão no serviço social incorporam e disseminam racionalidades neoliberais que enfatizam valores como produtividade, eficiência e autossuficiência, frequentemente em detrimento de ideais como “qualidade, igualdade e solidariedade”. O autor demonstra que essas tecnologias transformam assistentes sociais em “sujeitos empresariais”, responsáveis por gerenciar riscos e maximizar resultados mensuráveis, alterando fundamentalmente a relação com usuários e com o próprio sentido da profissão.

O estudo internacional concluiu que as tecnologias de gestão no serviço social não são somente instrumentos neutros, mas mecanismos de poder que produzem subjetividades profissionais específicas. O autor aponta para a necessidade de resistência crítica a essas tecnologias, não necessariamente por meio de recusa frontal, mas pela subversão criativa de suas lógicas e pela construção de práticas alternativas ancoradas em valores éticos próprios da profissão. Lauri (2019) defende que os assistentes sociais desenvolvem o que qualifica como “reflexividade tecnológica”, capacidade de reconhecer e questionar como as tecnologias moldam seu trabalho e suas relações, para além de seus aspectos meramente instrumentais.

Raichelis *et al.* (2024) analisam as transformações no trabalho dos assistentes sociais decorrentes da incorporação intensiva de TICs, investigando como essas tecnologias reconfiguram processos de trabalho, relações profissionais e mediações com usuários das políticas sociais. As autoras identificaram tendências como intensificação e extensão da jornada laboral facilitadas por conectividade permanente; crescente registro e monitoramento digital do trabalho; padronização e fragmentação de processos; e deslocamento de atividades presenciais para plataformas virtuais. A pesquisa demonstrou que as TICs, embora potencialmente facilitadoras do trabalho, frequentemente reproduzem sob novas formas velhos mecanismos de controle e alienação, configurando o que denomina “servidão digital”.

O estudo concluiu que a nova morfologia do trabalho no Serviço Social exige compreensão aprofundada da dialética entre tecnologia, trabalho e capital em tempos de crise estrutural. As autoras defendem a necessidade de construir resistências coletivas à precarização digital, reafirmando a dimensão ético-política da profissão e disputando os sentidos da tecnologia. Argumentam ser fundamental desenvolver o que chamam de

“competência crítico-tecnológica”, apontando estratégias para os assistentes sociais operarem tecnicamente as TICs, mas compreendam suas implicações sociais e políticas, utilizando-as como instrumentos para ampliar direitos, e não para restringi-los.

Anteriormente, Raichelis e Arregui (2021) analisaram as transformações no trabalho dos assistentes sociais, investigando como a chamada “nova morfologia do trabalho” se expressou na profissão, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, que intensificou e viabilizou processos já em curso de implementação das TICs no setor público. As autoras realizaram pesquisas qualitativas combinando revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com assistentes sociais atuantes em diferentes políticas sociais durante a pandemia. A perspectiva crítico-dialética orientou a articulação entre transformações macrossociais no mundo do trabalho e suas expressões concretas no cotidiano profissional.

O estudo identificou características da nova morfologia do trabalho no Serviço Social, como: uberização e plataformização de serviços; intensificação do trabalho intermediado por tecnologias; borramento de fronteiras entre tempo de trabalho e de vida; autogerenciamento; responsabilização individual por resultados; e novas formas de controle e vigilância digital. As autoras afirmam que a pandemia acelerou tendências como o teletrabalho e o atendimento remoto, evidenciando tanto a reinvenção profissional quanto os riscos de precarização e esvaziamento do caráter relacional do trabalho.

A investigação concluiu que assistentes sociais vivenciam um “trabalho no fio da navalha”, pressionados entre demandas institucionais crescentes e compromissos ético-políticos com usuários, em contexto de escassez de recursos e intensificação tecnológica. As autoras defendem a necessidade de fortalecer dimensões coletivas do trabalho profissional, contrapondo-se à individualização de responsabilidades. Apontam a importância de disputar os sentidos e usos das tecnologias, apropriando-se criticamente de suas possibilidades sem naturalizar seus efeitos deletérios sobre condições de trabalho e qualidade dos serviços.

Do mesmo modo, Botão *et al.* (2024) analisaram as transformações no mundo do trabalho decorrentes dos avanços tecnológicos, investigando suas implicações específicas para o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo contemporâneo. O estudo utilizou abordagem qualitativa fundamentada na teoria social crítica, realizando extensa revisão bibliográfica sobre temas como reestruturação produtiva, trabalho digital e plataformização. Complementarmente, os autores analisaram

documentos das entidades representativas do Serviço Social brasileiro sobre os impactos das tecnologias no trabalho profissional.

Botão *et al.* (2024) identificaram que os avanços tecnológicos intensificam tendências de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho, afetando distintamente diferentes segmentos profissionais. No caso específico do Serviço Social, demonstraram como a digitalização das políticas sociais reconfigura processos de trabalho, tensionando a autonomia profissional e alterando mediações com usuários. A pesquisa evidenciou, assim como Raichelis e Arregui (2021), a emergência do teletrabalho como realidade ambivalente, que tanto pode flexibilizar condições laborais — “como o fenômeno da pejetização”, quanto intensificar jornadas e borrar fronteiras entre vida profissional e pessoal.

O estudo concluiu que as transformações tecnológicas no trabalho exigem do Serviço Social duplo movimento: compreensão crítica dos processos macrosociais que reconfiguram o trabalho na contemporaneidade e, simultaneamente, desenvolvimento de estratégias profissionais para apropriação crítica das tecnologias. Os autores defendem a necessidade de atualização da formação profissional para incorporar competências tecnológicas sem abdicar da perspectiva de totalidade e do compromisso ético-político. Apontam ainda para a importância de articular lutas profissionais com movimentos mais amplos de defesa do trabalho digno no contexto da economia digital.

No contexto pós-pandemia em Mariana-MG, Carmo *et al.* (2024) investigaram as transformações no trabalho dos assistentes sociais, com ênfase na incorporação de dispositivos digitais e suas implicações para o exercício profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Os pesquisadores adotaram abordagem qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais atuantes em diversos equipamentos sociais do município, utilizando análise de conteúdo temática para interpretar os depoimentos, articulando-os com referenciais teóricos sobre tecnologia, trabalho e Serviço Social no capitalismo contemporâneo.

Os autores citam que a pandemia acelerou a incorporação de tecnologias digitais no trabalho dos assistentes sociais, especialmente por meio da implementação abrupta do teletrabalho e do atendimento remoto. A investigação revelou mudanças significativas nas rotinas profissionais, incluindo: intensificação da jornada laboral, sobreposição entre espaços doméstico e profissional, novas exigências de competências digitais e transformação nas mediações com usuários.

O estudo evidenciou que essas mudanças foram vivenciadas de forma desigual pelos profissionais, conforme seu acesso a recursos tecnológicos, suporte institucional e características dos serviços. Concluiu-se que as transformações tecnológicas pós-pandemia representam mudança significativa no exercício profissional, demandando tanto adaptações instrumentais quanto reflexão crítica sobre seus impactos.

Os autores destacam que, apesar dos desafios, os profissionais desenvolveram estratégias criativas para manter a qualidade do atendimento, demonstrando capacidade de reinvenção da prática. Apontam para a necessidade de políticas institucionais que garantam condições adequadas para uso de tecnologias, formação continuada específica e estabelecimento de limites à invasão tecnológica na vida privada, assegurando que a mediação digital não comprometa princípios fundamentais do projeto ético-político profissional.

Por fim, Skillmark e Oscarsson (2020) investigam a implementação de ferramentas padronizadas na assistência social a partir das perspectivas de assistentes sociais, gestores e políticos, examinando como o Sistema Integrado Infantil (ICS) sueco (chamado Barns Behov i Centrum - BBIC) é efetivamente utilizado e adaptado pelos profissionais. Os autores realizaram estudo de caso qualitativo em um município sueco de médio porte, conduzindo entrevistas em grupo com assistentes sociais (n=18) e entrevistas individuais com gestores e políticos locais (n=5). A análise foi fundamentada em conceitos como impulsionadores de implementação, espaço discricionário e relatos de justificção, utilizando a teoria de domínio de Kouzes e Mico (1979) para compreender as diferentes lógicas organizacionais.

O estudo revelou que, embora o BBIC tenha sido inicialmente bem recebido, os profissionais progressivamente desenvolveram postura mais crítica em relação à ferramenta, devido à sua incompatibilidade com necessidades práticas. Identificou-se que assistentes sociais frequentemente desviam das diretrizes formais, utilizando justificativas como: falta de condições adequadas, incompatibilidade com necessidades dos clientes e lealdade prioritária aos usuários. A pesquisa evidenciou tensão entre a padronização burocrática e a necessidade profissional de construir narrativas flexíveis e relacionamentos de confiança.

Os autores concluíram que sistemas padronizados no serviço social precisam equilibrar estruturação e flexibilidade, reconhecendo a natureza fundamentalmente relacional e contextual do trabalho. Skillmark e Oscarsson (2020) defendem que ferramentas tecnológicas devem ser concebidas a partir das necessidades dos usuários e das práticas profissionais, não impostas de cima para baixo, apontando que, sem considerar adequadamente as dimensões sociotécnicas do trabalho e sem oferecer condições

institucionais apropriadas, as ferramentas padronizadas não alcançarão seus objetivos declarados de qualidade e transparência.

Com base nos autores, é possível afirmar que há consenso sobre a necessidade de formação tecnológica crítica e contínua para os profissionais da área. Conceitos como “competência tecnopolítica” (Veloso e Sierra, 2024), “reflexividade tecnológica” (Lauri, 2019) e “competência crítico-tecnológica” (Raichelis *et al.*, 2024) são propostos para capacitar os assistentes sociais. O objetivo é que esses profissionais possam compreender e intervir de forma crítica nas complexas relações entre tecnologia, trabalho e direitos, garantindo que as TICs sejam utilizadas para ampliar direitos, e não para restringi-los (Cavalcante e Prêdes, 2022; Lopes e Bento, 2024; Hillesheim e Molardi, 2024; Botão *et al.*, 2024; Carmo *et al.*, 2024).

Os autores defendem que a categoria profissional deve adotar postura ativa, que vá além da análise, sendo propositiva. Isso significa participar ativamente dos debates sobre a regulamentação tecnológica e, principalmente, disputar os significados e usos das tecnologias, sempre alinhados aos princípios do projeto ético-político da profissão (Lopes e Bento, 2024; Hillesheim e Molardi, 2024; Lauri, 2019; Raichelis *et al.*, 2024; Raichelis e Arregui, 2021; Botão *et al.*, 2024). Isso também envolve a busca por estratégias criativas e coletivas de resistência contra a precarização digital (Carmo *et al.*, 2024).

Para Skillmark e Oscarsson (2020) e Carmo *et al.* (2024), as ferramentas tecnológicas devem ser desenvolvidas a partir das necessidades reais dos usuários e das práticas profissionais, em vez de serem impostas de forma hierárquica, garantindo condições adequadas de uso e suporte institucional. Estudos de Lauri (2019), Raichelis *et al.* (2024), Raichelis e Arregui (2021) e Botão *et al.* (2024) revelam que as tecnologias gerenciais podem produzir "subjetividades profissionais específicas" alinhadas aos valores neoliberais, como produtividade e autossuficiência, em detrimento da solidariedade e equidade.

2.1.3. Eixo III: Lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais

A principal convergência deste eixo reside na subordinação das políticas sociais aos interesses do capital, como apresentado por Magro e Faquin (2023); Pereira e Pereira-Pereira (2021); Faria (2024); Silva (2024); Figueiredo *et al.* (2024); Caetano *et al.* (2021). Isso significa que, em vez de serem vistas como direitos universais e inalienáveis, as políticas sociais passam a ser encaradas como custos a serem contidos ou, pior, como oportunidades de negócio para as empresas. Os estudos de Magro e Faquin (2023), Pereira e Pereira-Pereira

(2021), Faria (2024) e Silva (2024) evidenciam essa tensão constante entre a ampliação de direitos e as demandas por ajuste fiscal e lucratividade. As necessidades sociais, que deveriam ser prioridade, são frequentemente precarizadas em nome da "nova normalidade" ou da eficiência administrativa.

Uma segunda semelhança é a intensificação da luta de classes exposta pela focalização e pela precarização dos direitos sociais conquistados, dado que, sob a influência neoliberal, as políticas sociais se tornam cada vez mais restritivas. Magro e Faquin (2023) apontam para a “focalização extrema” e a “restrição do acesso a direitos”, enquanto Pereira e Pereira-Pereira (2021) observam a legitimação da “precarização de direitos”. Essa abordagem segmenta a população pobre, a classe trabalhadora, e flexibiliza a ideia de proteção social como um sistema robusto e universal.

Adicionalmente, os autores destacam o papel ambíguo, mas predominantemente restritivo, da tecnologia na mercantilização e no controle, uma vez que a digitalização e a tecnociência, muitas vezes apresentadas como modernização, são, na prática, ferramentas que facilitam a penetração do capital em áreas “tradicionalmente do interesse público” e intensificam o controle sobre os usuários pelo interesse de lucro da lógica burguesa. Magro e Faquin (2023) e Faria (2024) mostram como a digitalização e os sistemas informatizados podem burocratizar o acesso a direitos, transformando-os em filtros que restringem o atendimento qualificado.

Silva (2024) vai além, chamando esse fenômeno de “tecnologização restritiva de direitos”, onde a tecnologia serve à contenção de gastos e ao controle populacional. Mesmo quando há potencial emancipatório, como apontado por Figueiredo *et al.* (2024), no contexto neoliberal, as TICs acabam por mercantilizar ainda mais as políticas sociais, convertendo direitos em serviços precários e usuários em consumidores.

Os autores concluem defendendo a urgência de desnaturalizar o discurso neoliberal, questionar o uso das tecnologias para fins de controle e lucro, e fortalecer a defesa intransigente dos direitos sociais. Magro e Faquin (2023) clamam por “transformações nas relações de dependência externa e nas profundas desigualdades internas”, enquanto Pereira e Pereira-Pereira (2021) enfatizam a “reafirmação da centralidade do Estado na garantia de direitos”. Faria (2024), Silva (2024) e Figueiredo *et al.* (2024) ressaltam a importância da participação ativa de profissionais e usuários na concepção e implementação de tecnologias, buscando uma “práxis tecnopolítica” que priorize as necessidades humanas sobre a rentabilidade do capital.

Magro e Faquin (2023) analisaram as particularidades das políticas sociais no Brasil, com ênfase na Assistência Social, a partir da teoria do capitalismo dependente, investigando como a condição periférica e dependente do país determina os limites e possíveis potenciais da proteção social. As autoras realizaram pesquisa teórica qualitativa fundamentada no método materialista histórico-dialético, com revisão bibliográfica sobre capitalismo dependente e particularidades da formação social brasileira. Complementarmente, analisaram documentos normativos da política de Assistência Social e dados sobre sua implementação no contexto neoliberal.

A investigação evidenciou como o padrão dependente de desenvolvimento capitalista brasileiro se expressa nas políticas sociais por meio de características como: implementação tardia e incompleta de direitos; focalização extrema; subordinação a interesses externos; e permanente tensão entre ampliação de direitos e ajuste fiscal. As autoras demonstraram como, no caso específico da Assistência Social, a digitalização e burocratização recentes intensificam tendências historicamente arraigadas de controle sobre a pobreza e, conseqüentemente, a restrição do acesso a direitos.

Magro e Faquin (2023) concluem que compreender as políticas sociais brasileiras, incluindo suas transformações tecnológicas recentes, exige análise das determinações estruturais da dependência. As autoras defendem que o enfrentamento dos limites da proteção social no país requer mais que inovações tecnológicas ou gerenciais isoladas, demandando transformações nas relações de dependência externa e nas profundas desigualdades internas. Apontam para a necessidade de assistentes sociais desenvolverem análise crítica das particularidades nacionais, evitando transposições mecânicas de modelos externos ou soluções tecnológicas descontextualizadas.

O artigo de Pereira e Pereira-Pereira (2021) analisou como o contexto de crise sanitária da COVID-19 intensificou tendências de mercantilização e financeirização das políticas sociais, investigando as reconfigurações da proteção social no contexto pandêmico e suas perspectivas futuras frente à avidez capitalista por novas estratégias de valorização. As autoras realizaram pesquisa teórica baseada em revisão bibliográfica e análise documental, examinando tanto a literatura crítica sobre política social quanto documentos de organismos internacionais e governamentais sobre respostas à pandemia. A abordagem crítico-dialética permitiu articular a análise conjuntural da crise sanitária com processos estruturais do capitalismo contemporâneo.

Pereira e Pereira-Pereira (2021) identificaram que a pandemia, longe de provocar rupturas significativas com o modelo neoliberal, acelerou processos de privatização e financeirização de políticas sociais devido à crescente incorporação de tecnologias digitais que facilitam a penetração do capital em áreas tradicionalmente públicas. As autoras demonstraram como o discurso da “nova normalidade”, imposto pelas condições brutais da pandemia, legitimou a precarização de direitos e a subordinação de necessidades sociais à lógica do lucro, utilizando a emergência sanitária como laboratório para medidas restritivas.

O estudo concluiu que o futuro das políticas sociais pós-pandemia configura campo de intensa disputa, com fortes pressões para aprofundamento do modelo mercantil-financeiro, mas também possibilidades de resistência baseadas na experiência concreta da importância de sistemas públicos durante a crise. As autoras defendem a necessidade de reafirmar a centralidade do Estado na garantia de direitos, contrapondo-se à narrativa de inevitabilidade da digitalização precarizante e mercantilizada. Pereira e Pereira-Pereira (2021) defendem o fortalecimento da aliança entre profissionais e usuários das políticas sociais, construindo alternativas que incorporem tecnologias de forma subordinada às necessidades reais da sociedade, e não aos imperativos do capital.

Na mesma direção da incorporação da tecnociência na Assistência Social, frequentemente apresentada como modernização, Faria (2024) analisa como o conhecimento científico das tecnologias e dispositivos pode burlar direitos sociais, subordinando a política pública à racionalidade empresarial e aos interesses do capital. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético, realizando análise documental de normativas sobre transformação digital na Assistência Social e revisão bibliográfica crítica sobre tecnologia e políticas sociais. A autora examinou especificamente como sistemas informatizados alteram fluxos de atendimento, critérios de elegibilidade e processos de trabalho.

Nessa investigação, Faria (2024) revelou que a tecnociência aplicada à Assistência Social reduz frequentemente a complexidade das demandas sociais a parâmetros quantificáveis, privilegiando a gestão de dados em detrimento do atendimento qualificado das necessidades. O estudo identificou que sistemas tecnológicos podem funcionar como filtros que restringem acesso a direitos, sob aparência de objetividade técnica. A autora demonstra como inovações tecnológicas, quando implementadas sem participação democrática, tendem a priorizar eficiência administrativa sobre efetividade social. A autora conclui que é necessário

desnaturalizar o discurso da inovação tecnológica, reconhecendo seu caráter político e suas vinculações com projetos societários em disputa.

Silva (2024) analisa essas transformações, associadas às crescentes restrições de direitos sociais, investigando como a incorporação intensiva de tecnologias em políticas públicas se articula com estratégias de ampliação da lucratividade do capital em tempos de crise. A autora investigou a aceleração tecnológica, no contexto de crise estrutural do capitalismo, e a reconfiguração do papel do Estado, intensificando sua função de garantidor da rentabilidade do capital em detrimento da proteção social. A autora demonstrou que a incorporação de inovações tecnológicas em políticas públicas tem servido predominantemente à contenção de gastos sociais, à focalização extrema de benefícios e ao controle populacional, configurando o que denomina “tecnologização restritiva de direitos”.

O estudo concluiu que a apropriação crítica das tecnologias na perspectiva da ampliação de direitos exige contestar sua atual subordinação aos imperativos da lucratividade e da austeridade fiscal. A autora defende a necessidade de democratizar tanto o acesso quanto o desenvolvimento tecnológico, superando o determinismo que naturaliza seus impactos sociais negativos, tendo como horizonte a construção de uma “tecnopolítica democrática”, na qual inovações tecnológicas sejam orientadas pelas necessidades humanas, não pela rentabilidade do capital, exigindo para isso transformações substantivas nas relações sociais que determinam seu desenvolvimento e implementação.

O artigo de Figueiredo *et al.* (2024) propõe analisar a relação entre TICs e políticas sociais na contemporaneidade, buscando superar visões dicotômicas de tecnofilia *versus* tecnofobia a partir de perspectiva crítica que reconheça tanto os limites quanto às expectativas emancipatórias relacionadas às tecnologias. Os autores realizaram pesquisa teórica fundamentada na tradição marxista, revisando literatura crítica sobre tecnologia, capitalismo e políticas sociais. A abordagem dialética permitiu examinar as contradições inerentes às TICs enquanto produtos históricos marcados por relações sociais específicas, evitando tanto o determinismo tecnológico quanto a negação de sua materialidade.

A investigação evidenciou como as TICs, no contexto neoliberal, intensificam processos de mercantilização das políticas sociais, convertendo direitos em serviços precários e usuários em consumidores. Ao mesmo tempo, identificou experiências de apropriação tecnológica por movimentos sociais e profissionais comprometidos com a ampliação de direitos. Figueiredo *et al.* (2024) propõem o conceito de “esperançar tecnológico” como

síntese que articula a crítica necessária às tecnologias existentes com o compromisso de disputar seus sentidos e usos.

O estudo concluiu que as TICs não são neutras nem seu desenvolvimento é inexorável, mas resultam de escolhas sociais e políticas que podem ser disputadas. Os autores defendem a necessidade de participação ativa de usuários, profissionais e movimentos sociais na concepção e implementação de tecnologias nas políticas sociais. Propõem ainda que o Serviço Social desenvolva uma “práxis tecnopolítica” que incorpore a dimensão digital sem abdicar dos princípios fundamentais da profissão, como a defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

O estudo de Caetano *et al.* (2021) propôs avaliar a implementação da Política de Assistência Social em nível municipal, utilizando dados do Censo SUAS para compreender avanços, limites e desafios da gestão descentralizada. Por meio de abordagem quanti-qualitativa, combinando análise documental e estatística de dados secundários provenientes do Censo SUAS, os autores examinaram indicadores de estrutura, processos de trabalho e resultados da política em municípios de diferentes portes, com recorte temporal definido para identificar tendências longitudinais.

Caetano *et al.* (2021) evidenciaram disparidades significativas entre os municípios no que tange à estrutura física, recursos humanos e orçamentários, em que municípios de pequeno porte apresentaram maior vulnerabilidade na implementação da política, com predomínio de vínculos trabalhistas precários e baixa densidade tecnológica. Constatou-se tendência à burocratização dos processos, com ênfase no preenchimento de sistemas informacionais em detrimento do trabalho técnico especializado.

O estudo concluiu que a informatização da gestão da Assistência Social promoveu avanços no monitoramento, mas também intensificou a racionalização do trabalho e a pressão por resultados quantificáveis. Recomenda-se fortalecer a capacidade técnica e orçamentária dos municípios menores, bem como equilibrar as dimensões tecnológica e relacional do trabalho, evitando que as ferramentas informacionais se tornem fins em si mesmas.

2.1.4. Eixo IV: Precarização do Trabalho e Saúde Mental dos Assistentes Sociais

Neste eixo, Andrade *et al.* (2023) e Faleiros *et al.* (2019) abordam a precarização do trabalho dos assistentes sociais no Brasil. Ambos os estudos diagnosticam essa precarização como um produto direto do capitalismo neoliberal, da reestruturação produtiva e da financeirização da economia. Os autores concordam que essa dinâmica leva à degradação das

políticas sociais e dos direitos trabalhistas, culminando em condições de trabalho cada vez mais instáveis e exigentes para esses profissionais. As semelhanças se manifestam na identificação de aspectos como a insegurança do emprego (com formas precárias de contratação e ausência de estabilidade), a intensificação da jornada, a pressão por produtividade e a escassez de recursos (humanos, materiais e de capacitação), que limitam a autonomia profissional e geram frustração.

Os dois artigos evidenciam os profundos impactos na saúde mental dos assistentes sociais decorrentes dessas condições precarizadas. Eles descrevem um cenário de sofrimento e adoecimento, que se manifesta por meio de sentimento de impotência, mal-estar, insatisfação, ansiedade e medo. Tanto Andrade *et al.* (2023) quanto Faleiros *et al.* (2019) destacam que o desgaste mental é uma constante, exacerbado pela alta demanda e pela falta de recursos, o que pode levar ao afastamento do trabalho. Ambos sublinham a necessidade urgente de se pensar em estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças mentais para esses profissionais.

Toda a estrutura da racionalização sistêmica do capitalismo, associada às relações de trabalho, impacta a saúde mental e as condições de trabalho dos assistentes sociais, como exposto no artigo “Precarização do trabalho e saúde mental dos (as) assistentes sociais” de Andrade *et al.* (2023), que buscou analisar as relações entre a precarização do trabalho e a saúde mental dos assistentes sociais, identificando como os processos de intensificação e flexibilização das relações laborais impactam o bem-estar psíquico desses profissionais.

Por meio de uma revisão bibliográfica em periódicos da área de Serviço Social com classificação Qualis A1, A2 e B1, utilizando categorias estruturantes (condições de trabalho, precarização, saúde mental, espaço sócio-ocupacional, atuação profissional e Serviço Social), e após a seleção do material com critérios como recorte temporal (2010-2021) e geográfico (produções nacionais), identificou-se que todos os artigos analisados abordaram as transformações no mundo do trabalho, destacando especificidades da atuação profissional dos assistentes sociais, trabalhadores(as) assalariados(as) que atuam principalmente no âmbito das políticas sociais.

Andrade *et al.* (2023) apontaram que a precarização laboral se manifesta em múltiplas dimensões: contratos temporários, terceirização, intensificação das demandas, pressão por produtividade e restrição da autonomia profissional. O estudo concluiu que existe forte correlação entre precarização do trabalho e adoecimento mental dos assistentes sociais, manifestado em sintomas como estresse, ansiedade e burnout. Os autores pontuam a

necessidade de maior investimento em pesquisas sobre saúde mental desses profissionais, além de estratégias coletivas de resistência, como o fortalecimento das entidades representativas da categoria e a educação permanente como meio de enfrentamento às adversidades do contexto neoliberal.

No mesmo eixo, Faleiros *et al.* (2019) buscaram analisar as condições de precariedade no trabalho dos assistentes sociais na esfera pública, investigando como essas condições afetam tanto o exercício profissional quanto às relações interdisciplinares estabelecidas pelos profissionais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa com perspectiva crítico-dialética, utilizando entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais atuantes em diferentes políticas públicas. Foi realizada análise de conteúdo temática das narrativas, articulando-as com o contexto estrutural de transformações no mundo do trabalho e na gestão pública.

Os autores identificaram múltiplas dimensões da precariedade laboral vivenciada pelos assistentes sociais: insuficiência de recursos humanos e materiais, vínculos empregatícios instáveis, intensificação do trabalho e pressões institucionais por produtividade quantificável.

O estudo revelou que essas condições impactam negativamente as possibilidades de atuação interdisciplinar, frequentemente reduzida a encaminhamentos burocráticos entre especialidades, sem efetiva integração de saberes. A investigação concluiu que a precarização deteriora condições objetivas de trabalho e compromete dimensões essenciais do projeto ético-político profissional, como a perspectiva de totalidade e a intervenção crítica na realidade social.

Faleiros *et al.* (2019) destacam que, apesar das adversidades, os profissionais desenvolvem estratégias de resistência, buscando preservar espaços de autonomia e qualidade do atendimento, e apontam a necessidade de fortalecer a organização política da categoria, ampliando o debate sobre precarização para além de aspectos contratuais, abrangendo também a dimensão do sentido e finalidade do trabalho profissional.

Andrade *et al.* (2023) e Faleiros *et al.* (2019) compartilham uma análise crítica do contexto brasileiro, onde a precarização é agravada pela priorização do capital financeiro em detrimento das políticas sociais e da proteção à classe trabalhadora. Essa dinâmica cria uma contradição fundamental entre a formulação das políticas de proteção social e a realidade de desproteção e desigualdade na sociedade, colocando os assistentes sociais em uma posição de constante conflito entre a defesa dos direitos dos usuários e a escassez de recursos institucionais.

Enquanto Faleiros *et al.* (2019) aprofunda a discussão sobre os desafios da interdisciplinaridade e as especificidades da precarização em diferentes áreas de atuação, Andrade *et al.* (2023) ressaltam a dimensão de gênero e raça na precarização, especialmente no contexto da pandemia, ampliando a compreensão sobre como a desigualdade se manifesta no dia a dia desses profissionais.

2.2. Quadros síntese dos Eixos e da análise de conteúdo:

QUADRO 3) Mapa Categrial da Análise de Conteúdo (O tal “Livro de Códigos”)

Categoria/Eixo	Definição operacional	Indicadores	Exemplos de codificação
Racionalização tecnológica e governança algorítmica	TICs como instrumentos de racionalização, dependência tecnológica, e datificação no setor público	“algoritmos”, “racionalidade” “plataformas digitais”, “eficiência tecnológica”, “governança algorítmica”	Trechos sobre monitoramento digital de usuários em gestão de políticas sociais
Relações de trabalho, TICs e prática profissional	Impacto das TICs nas práticas e condições de trabalho dos assistentes sociais	“teletrabalho”, “mediação tecnológica”, “instrumentos digitais”, “rotina profissional” “instrumentalidade”	Discussão sobre TICs alterando a prática cotidiana do Serviço Social
Lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais	Inserção das TICs em políticas sociais orientadas pela lógica de mercado	“privatização”, “mercantilização”, “eficiência de mercado”, “fundo público”	Artigo que analisa as as implantação das TICS nas políticas sociais na racionalidade produzida pelo Estado subordinado aos interesses do capital
Precarização do trabalho e saúde mental	TICs como parte do processo de intensificação, exploração e precarização	“exaustão”, “ <i>burnout</i> ”, “adoecimento”, “precarização”, “patologização”	Relato de sofrimento psíquico associado ao uso intensivo de TICs

Elaborado pela autora (2025)

QUADRO 4) Síntese dos achados nos eixos analisados

Categoria de análise	Síntese analítica	Fundamentos
Racionalização tecnológica e governança algorítmica	Os artigos evidenciam que TICs são incorporadas como instrumentos de racionalização e controle, reforçando a lógica da eficiência e da vigilância.	Relaciona-se às forças produtivas, que ampliam a capacidade técnica, mas também intensificam mecanismos de exploração da racionalidade neoliberal.
Relações de trabalho, TICs e prática profissional	TICs aparecem como mediadoras das relações de trabalho, alterando a prática dos assistentes sociais e intensificando a alienação.	Conecta-se às relações de produção, pois as TICs reorganizam os instrumentos de trabalho, a instrumentalidade e ampliam a exploração.
Lógica neoliberal e mercantilização das políticas sociais	A produção intelectual mostra que TICs são inseridas em políticas sociais sob a lógica neoliberal, transformando direitos em mercadorias.	Expressa a superestrutura ideológica do capitalismo, que naturaliza a mercantilização das políticas sociais.
Precarização do trabalho e saúde mental	Os artigos destacam que TICs contribuem para intensificação da precarização, gerando adoecimento e desgaste psíquico nos profissionais.	Reflete a alienação, a patologização da questão social e a exploração, que se manifestam na subjetividade e saúde mental dos trabalhadores.

Elaborado pela autora (2025)

CAPÍTULO III

TECNOLOGIA, TRABALHO E DEPENDÊNCIA

Qual fração do nosso tempo roubado pelo trabalho será sacrificada no labirinto do congestionamento urbano? Vivemos imersos em um ecossistema de mediações digitais tão intrincado que a própria pergunta sobre a possibilidade de um cotidiano sem aplicativos e *softwares* aparenta ser um exercício de nostalgia ingênua ou de ficção científica. Paralelamente, nos serviços de *streaming* e nas redes sociais acessados furtivamente num *smartphone*, durante o balanço desconfortável de um transporte público lotado, buscamos uma válvula de escape, um refúgio para a subjetividade após um longo dia em que cada gota de energia vital foi convertida em lucro e sobrevivência. No entanto, é justamente sob a

retórica sedutora da “facilitação” na vida cotidiana e da “colaboração” no trabalho promovida pelos dispositivos digitais que se consolidam as bases da dependência tecnológica. Esse discurso, tão onipresente quanto naturalizado, sugere que a tecnologia está sempre a serviço da autonomia do indivíduo, quando, na realidade, cria formas sutis de condicionamento e controle.

Essa aparente escolha, esse momentâneo alívio das escaras do labor, escamoteiam uma dimensão mais profunda e perversa. O que se apresenta como ferramenta de gestão do tempo ou como entretenimento inócuo é, na verdade, a continuidade da lógica da produção por outros meios. No sistema de posicionamento global (*GPS*), não apenas escolhemos o congestionamento, mas alimentamos, com nossos dados de deslocamento, o grande algoritmo que otimiza o fluxo, e por extensão, a própria máquina urbana que nos exaure. No *streaming* e nas redes, o ócio é colonizado, transformado em nicho de mercado, nossos gostos e afetos minuciosamente catalogados e vendidos. A vida, em seus interstícios, é incessantemente convertida em mais dados, mais tráfego, mais consumo.

Falar em tecnologia, na contemporaneidade, exige desmistificar um imaginário social e midiático capturado pelo fetiche da mercadoria. Trata-se de um ecossistema simbólico e ideológico que impõe a racionalidade de mercado, que molda a tecnologia à sua imagem, como a própria lógica da técnica. Como consequência, opera-se uma inversão: os produtos e bens de consumo passam a ser vislumbrados como a totalidade da tecnologia em si (Vieira Pinto, 2005). Essa dinâmica alimenta a tendência de duas abordagens no trato da tecnologia, igualmente errôneas, prevalecem no *mainstream*: de um lado, a tecnologia é tratada como uma entidade autônoma e salvadora, que promete resolver as contradições da existência. De outro, como uma ameaça fatalista contra a própria humanidade. Onde, ambas as perspectivas isolam a tecnologia de suas bases materiais. Essas ideias, nos termos de Marx e Engels (2007, p. 47), são:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Sob esse efeito da concepção da técnica, esses padrões de racionalidade e as próprias expressões da cultura se resumem a uma dialética asfíxica entre consumir e ser consumido.

Consumimos os aplicativos e seus serviços, somos consumidos como produto, como audiência, como força de trabalho imaterial. Mais do que imaginar um cotidiano sem essas mediações, o exercício crítico-reflexivo nos convoca a perfurar a névoa da retórica facilitadora. Trata-se de questionar: a que custo se dá essa “colaboração”? Antunes (2025) nos convoca a retornarmos nossa atenção para o “léxico do capital” construído pelo mundo do trabalho, e transformado pelas grandes corporações sob a lógica do capital. Isto que chamamos anteriormente de “retórica facilitadora” trata-se de um movimento no vocabulário empresarial que visa justificar a eliminação de empregos e, para isso, criaram discursos ideológicos, como o da “empregabilidade”, de modo a responsabilizar os próprios trabalhadores pelo desemprego.

De acordo com Antunes (2025), mesmo com cursos e qualificações, a demissão torna-se inevitável, pois as implementações de tecnologias digitais são programadas para substituir o trabalho vivo. Desde a passagem do taylorismo-fordismo pelo toyotismo e a produção enxuta intensificou esse processo, ao mesmo tempo em que a financeirização global do capital confronta o trabalho regulamentado, impondo formas precárias de ocupação em diferentes países. No Brasil, esse movimento se materializou nas falsas cooperativas e na terceirização, que corroem direitos e ampliam a informalidade, atingindo cerca de 40% da força de trabalho. Com a racionalidade neoliberal orientando às tecnologias digitais, houve também a privatização dos serviços públicos e a substituição crescente do trabalho humano por algoritmos e inteligência artificial, aprofundando a exploração. Para legitimar essa empreitada, o capital adulterou a linguagem, transformando trabalhadores em “colaboradores” ou “empreendedores” e introduzindo termos como “líder”, “times”, “metas”, “inovação” e “resiliência”, que mascaram a intensificação da precarização e a perda de direitos.

Que tipos de subjetividade, de sociabilidade e de experiência do espaço-tempo urbano estão sendo forjados nessa simbiose cada vez mais opaca entre a nossa vida e os *softwares* que a administram? A questão profundamente política e humanista-existencial, envolve o direito a uma vida que não seja integralmente programada, otimizada e, finalmente, apropriada pela lógica inescapável do mercado. O Dicionário Oxford definiu “*brain rot*” como a expressão do ano em 2024. O termo pode ser traduzido para algo como “podridão cerebral” ou “deterioração mental” e teve um aumento de 230% nas buscas na *internet* entre 2023 e 2024 (Oxford University Press, 2024). De forma assustadora, essa escolha lexicográfica opera como um sintoma do tempo no capitalismo presente, bombardeio incessante de estímulos vazios, de conteúdo trivial, fortalecendo o discurso representado pela patologização da

questão social, como uma falha individual de atenção é, na verdade, a consequência lógica e necessária do funcionamento do capitalismo tardio.

Esse discurso de manutenção através do pânico moral irrompe em torno das autorizações para atestar o declínio civilizatório, por meio de indignações seletivas que permitem um tipo de razão que lamenta ruidosamente os seus efeitos, enquanto silencia as raízes dos seus fenômenos. Sobre pânico moral, Machado (2004) contribui para análise crítica do conceito, que tendia a representar o pânico moral como uma erupção súbita e irracional de preocupação coletiva. A autora propõe compreender o conceito para mais do que um surto espontâneo, o pânico moral deve ser compreendido como estratégia comunicacional adotada deliberadamente e determinado pelo interesse da classe dominante com vistas a alcançar a “voz” pública, envolve atores específicos, interesses definidos e uma arquitetura midiática capaz de amplificar determinadas ameaças em detrimento de outras.

Conforme Barroco (2009) podemos determinar essas escolhas terminológicas, como intencionalidade política subjacente à recurso recorrente para grupos conservadores ou setores que buscam impor agendas moralizantes, dos costumes, seja no controle da classe trabalhadora. Esse discurso de manutenção irrompe em torno de autorizações para atestar o “declínio civilizatório” ao invés do declínio real do modo de produção e do imperialismo. Assim, torna-se um desvio do olhar para as determinações materiais e produz subjetividades esvaziadas, reduzidas à “falta de disciplina” ou de “mau uso” dos dispositivos digitais como se fossem causas autônomas. Ao ignorar as formas de consciência e de autocompreensão dos sujeitos que são reduzidas à sua dimensão individual e comportamental, perdemos a capacidade de perceber enquanto seres sociais, como parte de uma totalidade histórica e estrutural – aquela que envolve o modo de produção capitalista, a exploração do trabalho, a desigualdade na distribuição de riqueza, a precarização dos direitos, a lógica de lucro das grandes corporações, entre outros determinantes. Em vez de enfrentar essas dimensões, a atenção é deslocada para fenômenos superficiais, comportamentais ou morais, ignorando-se quem lucra com o design viciante dos dispositivos e os interesses econômicos que estruturam as TICs (Barroco, 2009).

Diariamente, a incorporação e as imposições digitais na dinâmica da vida no capitalismo moderno exigem, no mundo do trabalho, a compreensão das mudanças geradas pelas ferramentas digitais, que continuam a influenciar as esferas da vida material. Estas são dimensões da existência humana relacionadas com a produção e a reprodução da vida, variando entre a estrutura econômica até as relações sociais de produção e os meios de

produção. Ao considerar que a sociedade organiza a produção da vida material, incluindo os meios de produção e as relações entre as pessoas, o desenvolvimento da cultura, das instituições políticas e do pensamento, acaba por determinar a influência dos dispositivos digitais que se manifesta em movimentos cotidianos simples, como o uso de smartphones, aplicativos de mensagens, serviços de alimentação e plataformas de redes sociais.

Esses recursos mobilizam mais de 60% da população global diariamente, conforme o Relatório Digital (2023) da *We Are Social e Hootsuite (DataReportal, 2023)*. À medida que dois terços (66,3%) da população adulta brasileira declararam ter utilizado ao menos um serviço público no último ano — segundo o levantamento “Uso de Serviços Digitais: um retrato do Brasil”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2023), observa-se também a transição para o ambiente digital nos modelos de governança, por exemplo, os portais de transparência, como o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) no Brasil disponibiliza dados para o cidadão acompanhar e fiscalizar os gastos públicos.

No cenário das relações de trabalho, a população ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor privado somou 87,2 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2023. Desse total, cerca de 2,1 milhões realizavam trabalhos por meio de plataformas digitais, sendo 1,5 milhão, ou 1,7% da população ocupada no setor privado, por meio de aplicativos de serviços, e 628 mil em plataformas de comércio eletrônico, conforme o IBGE (2023), no módulo Teletrabalho e Trabalho por Meio de Plataformas Digitais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua).

No setor público, mal se consegue acompanhar a inundação digital — por exemplo, desde a criação do PIX, sistema de transferência instantânea no Brasil criado por servidores públicos, passando pelas votações legislativas transmitidas ao vivo, até os aplicativos do governo, como na saúde, que integram agendamentos, prontuários e consultas familiares em um único ambiente digital (Meu SUS Digital, 2024). Todo este cenário soa compulsório, como se tais constantes imposições digitais fossem incontornáveis sob pena de se estar “contra o desenvolvimento e o progresso”. Tais artefatos cumprem funções estratégicas no processo de acumulação capitalista, por meio da captura massiva de dados e da monetização contínua da atenção.

Embora presentes no cotidiano, as TICs não se resumem a ferramentas aparentemente triviais, pois viabilizam novas dinâmicas nos instrumentos de acumulação capitalista, como a extração intensiva de dados pessoais e a monetização contínua da atenção dos usuários,

aprofundando assim relações de exploração e concentração do capital informacional e financeiro (Mejías; Couldry, 2019). Isso significa que o conjunto de necessidades que regem esta sociabilidade revela as tendências dos modos de se informar, aprender, consumir, conviver, trabalhar e até mesmo reivindicar direitos no capitalismo tardio. Neste lugar a tecnologia em seus complexos, não surge de uma necessidade humana genérica (*Gattungswesen*), mas da necessidade do capital de acumular, controlar e extrair mais-valia (Santos, 2019).

É neste cenário que as palavras de ordem — tais como: inteligência artificial, algoritmos, plataformas digitais, assistentes virtuais, etc., orbitam o discurso corporativo que rege a racionalidade neoliberal, funcionando como expressões flutuantes no vocabulário do capitalismo contemporâneo. Esvaziadas de sua densidade conceitual e descoladas de suas intencionalidades, tais expressões são capturadas pela lógica promocional que Wernick (1991) identificou como traço estruturante da cultura contemporânea. As relações de mediação tornam-se veículo de autopromoção sistemática, deixando à deriva as contradições do real.

Quando um aplicativo de entregas se autodenomina "inteligente" ou uma plataforma de vendas evoca seu "algoritmo" como atestado de neutralidade e eficiência, o que se opera, por exemplo, são valores invisíveis ao usuário, direcionando informações e anúncios na *web*, influenciando o comportamento de consumo por meio de técnicas de filtragem e personalização. Esses mecanismos automatizam a recomendação de produtos e serviços, criando perfis detalhados com base nas ações online de cada indivíduo, como buscas, cliques e compras, muitas vezes sem o conhecimento explícito do usuário (Mejías; Couldry, 2019).

Por trás da ideia de um simples clique, filtros de personalização de conteúdo fazem surgir anúncios de uma vasta gama de produtos. Essa dinâmica naturaliza a apropriação privada da informação, fazendo-a parecer uma consequência direta das ações do usuário, quando na verdade é resultado de processos complexos de análise de dados destinados a segmentar usuários conforme perfis de consumo (Faria, 2024). A ironia da contradição capitalista reside justamente nesse ponto: tais artefatos digitais são defendidos como ferramentas de transparência e democratização do conhecimento, mas, na realidade material, dificultam esse acesso ao operarem segundo lógicas privadas de captura de dados e critérios opacos dos algoritmos (Faria, 2024).

Este fenômeno expõe uma das determinações materiais conferidas às TICs, moldadas pelo direcionamento das relações socioculturais e pelas finalidades impostas à concepção de tecnologia na contemporaneidade. No Brasil, essa tendência emerge através das reformas

político-econômicas da ofensiva neoliberal, sendo igualmente assimilada pelas igrejas neopentecostais sob a forma da Teologia da Prosperidade — corrente de origem estadunidense do século XIX (Lemos, 2017). Exemplo paradigmático é a empresarialização da igreja, processo de institucionalização da igreja como uma empresa, representado pelo desenvolvimento de sistemas de gestão virtual, como a plataforma “*InPeace*”, que atende mais de 10.000 igrejas em 20 países (*InPeace*, 2025).

Analisando tendências na moralização da vida social em espaços de propagação do *ethos* conservador como o “mundo da fé”, observa-se a contradição e o ecletismo sobre a própria teologia e a penetração da lógica neoliberal gerencialista em todas as dimensões da vida, um espaço altamente digitalizado, mas que na retórica naturaliza o trabalho como destino divino-tecnológico, perpétua dominação subjetiva do ser social considerando a vocação divina tutelada pela razão técnica. Para compreender melhor, pensando na plataformização enquanto modelo mercadológico, observa-se a oferta de funcionalidades consideradas essenciais para operacionalizar uma instituição, como a igreja, com “controle financeiro, gestão de membros, agendamento de eventos e comunicação integrada, facilitando a administração das igrejas e fortalecendo o relacionamento com a comunidade” (*InPeace*, 2025). Conforme a entrevista do pastor e cofundador da plataforma de gestão de igrejas, Filipe Coelho, para o jornal goiano “Opção”,

Ela [a plataforma de gestão InPeace] faz toda a parte administrativa da igreja, financeiro, comunicação, pequenos grupos, eventos, integração, jornada do membro, controle de membro, faz tudo. O membro baixa o aplicativo para ele ter essa integração e aproximação com a igreja. Então, através da tecnologia, a igreja se aproxima das pessoas (Jornal Opção, 2024)

Considerando que, em 2019, foram abertas 6.356 igrejas evangélicas no país — uma média de 17 novos templos por dia (Araújo, 2023), tais plataformas digitais consolidam-se como um modelo de negócio altamente lucrativo, à semelhança das próprias igrejas, em um horizonte produtivo que não gera perspectivas de mudança substantiva ou futuro emancipado. Esse fenômeno seria impensável sem a racionalidade que gere o uso das TICs no estágio atual do capitalismo. Lemos (2017) demonstra que essa incorporação de estratégias de *marketing* e gestão semelhantes às de empresas nas instituições religiosas cristãs, buscam atrair e reter membros, chamados fiéis, consumidores de produtos religiosos, promovendo a ideia de que a fé pode trazer salvação espiritual e sucesso material.

Nessa dimensão mediada pela estrutura religiosa, burocrática, o capitalismo assume o comando cultural-ideológico através da simbiose entre ética no princípio liberal e a base do

comportamento econômico racional capitalista, produzindo ativamente uma memória política institucionalizada deste período histórico (Souza; Silva, 2018). Difundido nas organizações que regem o convívio coletivo, este processo, chamado de racionalização da vida em sociedade, é caracterizado por Paraná (2017) como “[...] uma contínua expansão do cálculo e do conhecimento técnico como formas de organização e controle sobre o mundo natural e social”. Para a burguesia mercantil europeia essa história constituiu o discurso ético-moralizador ocidental, permeado na contemporaneidade pela razão neoliberal, caracterizado por meio da matriz protestante que favoreceu o surgimento de um racionalismo específico, particularizado pela busca de dominação técnica sobre a realidade. Nas palavras de Paraná, 2017, p. 26:

No Ocidente, e mais especificamente na Europa moderna, um tipo específico de racionalismo de dominação técnica do mundo floresceu por meio da influência protestante – com sua ética prática e orientação para o mundo através do trabalho metódico e racional, que Weber denominará ascetismo intramundano – sobre a cultura.

Isto significa que a forma de racionalidade expressa o contexto sócio-histórico da razão (Guerra, 2014). Neste espaço-tempo demonstrará uma profunda congruência com o espírito (obsessor) do capitalismo fundamentado no amplo processo de racionalização que caracterizaria a política e a sociedade no Ocidente. Para compreender o que chamamos de lógica da sociedade contemporânea, é fundamental situar algumas noções de razão, racionalidade e racionalização, que aparecem recorrentemente ao longo deste texto. Por se tratar de um tema inscrito na fundação filosófica da modernidade, o debate que fazemos aqui é uma tentativa de suspender a aparência fenomenal do ideal “homem racional” que aprendemos e subjetivamos desde os manuais escolares no ensino fundamental, na filosofia-economia “clássica” e na constituição do senso comum contrapondo o irracionalismo das criaturas não humanas, animais, perpetuadas pela racionalidade burguesa moderna.

3. 1. De qual tecnologia estamos falando?

O trabalho, compreendido em sua dimensão ontológica, representa mais que uma simples atividade instrumental, uma ação focada apenas nos meios, pois se configura como categoria fundante do ser social, mediante a qual os sujeitos transformam ativamente a realidade circundante e, simultaneamente, transformam-se a si (Lukács, 2013). Isto é: ao intervir na realidade, o ser humano modifica o ambiente natural para obter matéria-prima, construindo simultaneamente a dimensão social ao produzir novos objetos e,

consequentemente, novas realidades. Ao modificar o mundo externo, transforma-se internamente, construindo sua própria identidade ao desenvolver consciência e ampliar suas capacidades cognitivas e técnicas, estabelecendo-se como ser social em um projeto contínuo de auto realização.

Como categoria fundamental para a compreensão da existência humana, o trabalho constitui-se para além da atividade instrumental ou meramente econômica. De acordo com Netto e Braz (2012, p. 41), a categoria trabalho “possui determinações que a fazem categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social”. Na aparência do cotidiano, predomina uma percepção pragmática que reduz o trabalho a uma simples troca: disponibilização de força de trabalho em contrapartida a uma compensação financeira — o emprego. Este, reduzido ao trabalho produtivo — tema da economia política nos sentidos estritos da economia clássica, refere-se ao trabalho que gera mais-valia no sistema capitalista, enfatizando a troca da força de trabalho por um salário.

Para além dessas características, em sua essência, o trabalho trata-se de um processo complexo e dinâmico que estabelece a mediação essencial entre o ser humano e a natureza, configurando-se como elemento primordial na construção da sociabilidade e na transformação da realidade objetiva. Esta é a dimensão ontológica — o nível fundamental da realidade, o estudo do ser enquanto ser (Menezes; Moura, 2018) , na qual o trabalho emerge como a protoforma do agir humano, constituindo-se como um processo distintivo que diferencia o ser social de outras formas de existência natural.

Através do trabalho, o ser humano interage com o ambiente e o modifica intencionalmente, transformando a natureza por meio de instrumentos, de acordo com necessidades previamente projetadas em sua consciência (Netto; Braz, 2012). Conforme Lúkacs (2023, p. 509):

Naturalmente o próprio trabalho é teleológico, mas nele o produto real do trabalho é a finalidade de um processo real de trabalho, no qual o ritmo é apenas um meio auxiliar; no reflexo, em contraposição (mesmo que o próprio trabalho seja imitado, por exemplo, na dança), a evocação se torna o *télos*.

Isso significa que no trabalho a finalidade se desloca. O termo grego “*telos*” (fim, objetivo) refere-se à orientação para um propósito, uma vez que, diferentemente da atividade instintiva dos animais, o trabalho humano é caracterizado por um propósito prévio. Uma ideia presente na mente do trabalhador antes do início da ação. Atribuir a característica teleológica ao trabalho revela-se fundamental nesse processo. Diferentemente de outros seres, os

humanos possuem a capacidade de projetar antecipadamente suas ações, selecionando estrategicamente a alternativa mais viável para atender a determinadas necessidades. Esse “pôr teleológico” demonstra a natureza consciente e intencional desta atividade, na qual cada ação é precedida por uma elaboração mental que orienta a prática, distanciando-o e diferenciando-o da natureza e da atividade meramente natural (Netto; Braz, 2012).

No processo de transformação da natureza, o trabalho revela-se como um mecanismo da capacidade do ser social atuar como agente ativo na formação de seu “eu” humano — é o que o constitui e o torna “ser”. Isso significa que, por meio de uma ideia prévia, um reflexo na mente do indivíduo, este guiará a transformação da matéria natural no produto final. Nesse movimento dialético entre o ambiente externo (a esfera orgânica da natureza) e a subjetividade do sujeito, produz-se uma transformação que articula subjetividade e objetividade, individual e coletivo, natureza e cultura. Produzem-se objetos materiais e desenvolvem-se dimensões fundamentais da existência, representando a capacidade humana de criar e recriar continuamente sua própria realidade, mediando finalidade, consciência, linguagem, hábitos, costumes e valores (Netto; Braz, 2012). A essência da técnica, por sua vez, encontra-se nesta finalidade (Vieira Pinto, 2005).

Para compreender o ser humano como ser social, é necessário perceber que nossa convivência e interação não ocorrem por acaso, mas são frutos de uma trajetória de transformação constante, influenciada pelo contexto histórico e pela própria biologia. Para abordar o desenvolvimento do ser social, precisamos ir além das demandas fisiológicas e observar o caminho percorrido até a formação da sociedade. Ou seja, é possível delimitar três esferas principais nos níveis de existência: inorgânica, orgânica e social (Netto; Braz, 2012). Cada uma delas contribuiu para criar as condições necessárias ao surgimento de novas formas de vida e consciência.

A esfera inorgânica diz respeito ao mundo mineral, inanimado e sem reprodução. A esfera orgânica relaciona-se à vida biológica, onde os seres se reproduzem e seguem padrões específicos de suas espécies. Já a esfera social emerge quando o ser humano transforma o meio através do trabalho consciente, passando a criar e modificar intencionalmente a realidade (Netto; Braz, 2012).

De acordo com Netto e Braz (2012), a passagem da esfera orgânica para a social ocorre por meio de grandes mudanças históricas, também chamadas de saltos ontológicos, que permitem ao ser humano não apenas sobreviver, mas também pensar, planejar e atribuir sentido ao que faz à medida que se desenvolve. Vale ressaltar que o desenvolvimento dos

grupos de primatas nesse salto “ainda é desconhecido no mundo natural” (Netto; Braz, 2012, p. 48).

O trabalho surge nessa trajetória como o motor da construção da vida social. Inicialmente, possibilita atender necessidades básicas, mas avança e torna-se meio de sociabilidade, criação de cultura e formação de identidade. Nessa relação reside a diferença fundamental entre seres biológicos e seres sociais: a capacidade de abstrair, refletir e transformar o mundo conscientemente.

O desenvolvimento do trabalho coletivo passa a criar valores (materiais, sociais, éticos), consolidando a sociedade como produto da atividade humana. Na construção da sociedade, os modos de produção, as técnicas desenvolvidas e mesmo a linguagem revelam como surgem novas necessidades e ampliam-se as possibilidades de escolha e transformação. Isso gera conhecimento, mas também valores éticos, pois o convívio social exige normas de convivência que orientam ações e decisões. A ética nasce, então, da experiência social e da consciência do fazer coletivo (Barroco, 2009).

Ao longo do tempo, a atividade humana ancestral é compreendida por meio de investigações arqueológicas e antropológicas. Vestígios em sítios arqueológicos permitem inferir o modo de vida dos hominídeos e perceber o avanço histórico da humanidade, alterando as formas de trabalho e as relações entre as pessoas – os seres sociais. Observe-se Louis Leakey e Mary Leakey, paleoantropólogos que, em expedições à Garganta de Olduvai, na Tanzânia, forneceram evidências de que nossos ancestrais já fabricavam tecnologia há cerca de 2,6 milhões de anos (Magalhães; Araújo, 2011).

O trabalho como atividade natural existe em todas as formas de sociedade – dos primeiros humanos, tribal, feudal, capitalista ou comunista – devido à necessidade de interação com a natureza para sobreviver; é uma constante humana. No contexto específico do sistema capitalista, o trabalho adquire características particulares que o deslocam para processos de alienação. Convertendo-se em trabalho assalariado, o processo laboral tende a ser “abstrativizado”, perdendo sua dimensão ontológica original. O trabalhador frequentemente se distancia do produto de seu trabalho, sendo reduzido a uma engrenagem no processo de produção de mercadorias, a uma atividade puramente técnica ou econômica (Netto; Braz, 2012)

Compreender o trabalho em sua essência significa reconhecer essa potência criadora do ser humano, sua capacidade de modificar a realidade e, simultaneamente, modificar a si mesmo por meio de uma práxis consciente e intencional. Representa uma práxis produtiva

capaz de desenvolver habilidades, conhecimentos e possibilidades de transformação social. Por meio do trabalho, os seres humanos podem atribuir propriedades verdadeiramente humanas aos objetos, transcendendo a mera instrumentalidade e configurando-se como uma atividade criadora. Constitui-se como um processo fundamental de mediação que possibilita a produção e reprodução da vida social, revelando-se como expressão da capacidade humana de criar, transformar e autoprojetar-se continuamente.

Cabeça (2020), ao discutir o processo e a dimensão das possibilidades da capacidade humana de desenvolver técnicas artesanais com fins utilitários e ritualísticos, convida a mergulhar no universo fascinante da transformação subjetiva e dos significados por meio da olaria. No cerne de sua análise reside a matéria-prima fundamental: o barro. Compreender a distinção entre barro, cerâmica e olaria, conforme delineada pelo autor, torna-se elemento crucial para apreender a complexidade e a riqueza da produção material e simbólica que acompanha o debate sobre técnica, tecnologia e o ser social.

Observe-se, na origem da cerâmica — um dos registros antropológicos mapeados, o caráter representativo da história na sociabilidade das civilizações ancestrais, o *modus vivendi* como expressão da sociabilidade (Almeida, 2010). Nesse sentido, o *modus vivendi* não implica necessariamente relações sociais profundas ou harmoniosas, mas sim uma forma de gerenciar interações para evitar conflitos e permitir alguma forma de coexistência (Baraldi, 2013).

Inicialmente, cumpre definir o barro como um material natural de natureza argilosa. Sua característica primordial reside na plasticidade, que se manifesta quando convenientemente processado. Essa plasticidade é a chave para sua versatilidade, permitindo que seja moldado de diversas formas. Essa capacidade intrínseca de adaptação e maleabilidade o torna um dos materiais mais antigos e difundidos utilizados pelo homem, presente em diversas culturas e momentos históricos.

A simples manipulação do barro úmido, com as mãos ou ferramentas rudimentares, oferece um potencial criativo ilimitado, permitindo a criação de objetos simples, mas com utilidade imediata. A natureza abundante e acessível do barro contribuiu significativamente para sua ubiquidade na história das civilizações, servindo como base para a construção, produção de utensílios e expressão artística inicial.

Os seres humanos precisam compreender o mundo externo para sobreviver. Como dito anteriormente, o domínio da natureza decorre da necessidade imediata de subsistência, e as primeiras expressões artísticas estavam intimamente ligadas a rituais, comunicação e registro

da experiência. Lentamente, com o distanciamento histórico e cronológico, esses diferentes modos de reflexo da realidade ganham contornos próprios – não de forma suave e harmoniosa, mas por meio de um processo contraditório e desigual (Netto; Braz, 2012). Por exemplo, a ciência desenvolve, pouco a pouco, métodos mais rigorosos de observação e análise; a arte conquista sua capacidade de expressar não apenas o funcional, mas também o simbólico e o emotivo.

Cada área da vida vai descobrindo suas próprias linguagens e objetos. Este movimento não ocorre no vazio. Está profundamente conectado a transformações sociais, especialmente à progressiva divisão do trabalho. À medida que a sociedade se torna mais complexa, esses nexos ganham mais espaço e autonomia. Para Lukács (2023), o "reflexo" seria o modo de compreender a realidade. Cada reflexo – estético, científico, emocional – guarda sua origem comum, mas desenvolve sua singularidade, como galhos que se abrem a partir de um tronco comum, mas seguem direções próprias.

No barro, encontramos sua transformação técnica e subjetiva do ser social, onde é traduzido como material para: cerimônias e rituais; expressão artística; uso utilitário; símbolo de status e prestígio social; uso em banquetes competitivos; medição de volumes; armazenamento de alimentos; e preparação de alimentos (Cabeça, 2020).

As expressões concretas da capacidade humana de criação e mediação tecnológica na processualidade histórica demonstram que cada estágio das relações de trabalho corresponde a configurações específicas do trabalho humano e das necessidades técnicas, condensando relações sociais, estruturas de poder e contradições inerentes aos modos de produção contemporâneos. As TICs, nessa perspectiva, não surgem como elementos externos ou autônomos, mas como produtos diretos das necessidades e potencialidades laborais desenvolvidas em determinados contextos socioprodutivos.

A implementação de tecnologias digitais ressignifica permanentemente as práticas laborais, introduzindo novos paradigmas de organização, comunicação e produção. Simultaneamente, tais tecnologias são continuamente ressignificadas pelos sujeitos que as utilizam, estabelecendo uma interação dinâmica. No atual estágio do capitalismo, as TICs potencializam formas de trabalho imaterial, caracterizadas pela produção de conhecimentos, serviços e conteúdos simbólicos. Essa modalidade laboral encontra nas plataformas digitais seu locus privilegiado de expressão, evidenciando transformações significativas nos modos de produção e sociabilidade.

Parte-se da compreensão das TICs como expressão do trabalho humano, produtos históricos das capacidades humanas de criação, mediação e transformação da realidade. Sob essa perspectiva, Vieira Pinto (2005) argumenta que o fascínio diante das inovações técnicas evidencia uma lógica social na qual os agentes diretos da produção dos artefatos raramente se reconhecem no produto de seu trabalho. Essa condição intensifica-se conforme a sociedade desenvolve suas potencialidades produtivas sem alterar, necessariamente, as bases da alienação, da divisão do trabalho e do predomínio da propriedade privada, características das estruturas hegemônicas.

Entende-se que as TICs não podem ser separadas do conceito de tecnologia, tampouco da técnica ou, em última instância, da categoria trabalho (Molardi, 2022). O trabalho, em sua essência, representa uma categoria fundante do ser social – conforme argumenta Lukács (2013) –, sendo um processo mediador que regula, por meio da ação humana, o intercâmbio com a natureza e mobiliza atributos objetivos e subjetivos sobre a matéria, desvelando e atualizando potenciais nela contidos (Marx, 2013).

Como demonstrado anteriormente, a autonomia e o desenvolvimento do ser social fundamentam-se em sua capacidade de realizar objetivos teleológicos, distintivos em relação a outras espécies. Nesse sentido, a organicidade do ser social reside na relação que estabelece consigo, com seus semelhantes e com o entorno natural, procurando satisfazer necessidades essenciais à geração e reprodução da vida. Ao adquirir domínio técnico sobre o ambiente, amplia-se a capacidade de interferir na realidade (Molardi, 2022).

Para Marx (2013), é no labor constante e intencional que se realiza a coexistência objetiva entre causalidade e teleologia (Lukács, 2013). Isso significa que, além do uso dos órgãos e das ferramentas, há sempre uma vontade orientada a um fim fundamentando o fazer humano, independentemente de o trabalho, por seu conteúdo e forma de execução, resultar ou não em prazer para quem o realiza (Netto; Braz, 2012).

No desenvolvimento do processo produtivo, o êxito obtido depende do grau de apropriação dos meios de produção, que, por sua vez, demandam compreensão das relações causais entre ser social, objeto de trabalho e natureza. Quanto maior o conhecimento dessas relações, maior é a autonomia do ser social diante dos elementos naturais e sociais. Conforme enfatizado por Vieira Pinto (2005), novas descobertas tecnológicas ampliam possibilidades e dependências, instaurando uma dinâmica contraditória entre dominação e sujeição à natureza: o ser social amplia seu repertório de recursos, mas também se torna cada vez mais dependente de novas tecnologias.

O processo histórico de constituição do ser social constrói-se pela acumulação e transmissão desses aprendizados, pelo enfrentamento dos desafios de cada etapa da civilização. O resultado do sucesso das ações humanas está atrelado ao entendimento adequado do objeto com o qual se interage; sem tal compreensão, a realização teleológica pode ser frustrada (Molardi, 2022).

O domínio consciente das propriedades dos objetos de trabalho é resultado do estudo e do domínio dessas propriedades, permitindo ao ser social projetar cenários e antecipar resultados em busca de objetivos previamente idealizados. Essa mediação dialética entre sujeito, objeto, instrumentos e propósitos possibilita a perpetuação da inovação técnica e produtiva. Assim, os meios e finalidades formam uma unidade heterogênea, sintetizada em cada produto, que carrega em si tanto os limites quanto às possibilidades históricas de cada momento (Molardi, 2022).

Para cada processo de trabalho existem múltiplos caminhos e alternativas técnicas. O próprio avanço nas formas de relacionar-se com a natureza e entre seres humanos impulsiona o aparecimento de novos instrumentos e objetos de trabalho. Diferentes materiais e técnicas podem combinar-se numa mesma obra, marcando as conquistas históricas nos detalhes singulares do produto.

Lukács (2013) ressalta que, mesmo sem domínio pleno dos meios, o trabalho pode avançar devido ao desenvolvimento das forças produtivas, abrindo caminho para novas possibilidades e níveis crescentes de saber e produtividade. O progresso, portanto, resulta da preparação prévia dos meios, mas também da assimilação histórica das experiências acumuladas (Molardi, 2022).

Marx (2013) sublinha que compreender as épocas históricas exige analisar os meios de produção existentes, por expressarem tanto o estágio das forças produtivas quanto às condições sociais em que se trabalha. O domínio dos meios de trabalho é decisivo para a consciência deixar de ser mera reprodução passiva e reflita ativamente o contexto real, promovendo a evolução do ser social (Molardi, 2022). Vieira Pinto (2005) insiste em que a apropriação técnica nunca é neutra: ela sempre reflete o potencial real de uso das forças naturais.

A técnica, nesse contexto, consiste na mediação efetiva entre sujeito e finalidade, transformando o plano das ideias em matéria objetiva. Para Vieira Pinto (2005), todo ato técnico manifesta uma mediação material capaz de converter intenção em realização concreta. O trabalho humano é essa mediação originária, sempre material, cujo aprendizado é

transferido à subjetividade em forma de ideias, promovendo novas possibilidades de criação e inovação. A técnica expressa, portanto, o grau de consciência e configuração histórica das relações entre meios e fins do ser social (Vieira Pinto, 2005).

Ao longo do desenvolvimento histórico, quem determina o destino da técnica são os sujeitos e grupos sociais, que a utilizam em função de seus interesses, promovendo benefícios ou acirrando desigualdades — expressões da questão social. O fortalecimento e a universalização de certos procedimentos técnicos podem estimular tanto a repetição quanto a inovação, lançando desafios que atualizam e tensionam soluções (Molardi, 2022).

A partir desse pano de fundo, emerge “O Conceito de Tecnologia”, capítulo 4 da obra de Vieira Pinto (2005), como: a) Tecnologia como logos da técnica; b) Tecnologia como técnica; c) Tecnologia como conjunto de técnicas; d) Tecnologia como ideologia da técnica. No plano da análise materialista, a gênese das tecnologias remete à divisão social do trabalho e à separação das atividades intelectuais e manuais nas relações de produção. Isto é, com a complexificação das formações sociais, os produtos humanos tendem cada vez mais a aparecer como frutos das relações sociais, antes que haja uma interação direta entre humanidade e natureza (Molardi, 2022).

O produto da interação humana com a natureza torna-se acessível segundo dinâmicas sociais, reforçando o peso das mediações coletivas na apropriação dos recursos materiais. Desse modo, Vieira Pinto (2005) critica o tratamento da técnica como instância separada do processo social, advertindo para interpretações de “desistorização” do desenvolvimento tecnológico. Essa postura pode resultar na naturalização das mutações técnico-científicas, ocultando suas origens e determinantes históricos e sociais.

Diante disso, ressalta-se que, em países dependentes e periféricos, o progresso das forças produtivas está atravessado por contradições decisivas, implicando alienação e dependência tecnológica. Os sujeitos que compõem esse processo tendem a não se reconhecer no processo produtivo instalado em seu território ou a vislumbrá-lo de forma exógena, acentuando fenômenos de alienação social e tecnológica (Molardi, 2022).

Refletir sobre outras racionalidades, com fundamento ontológico das TICs, significa compreender a técnica e a tecnologia como produto do trabalho, dos processos históricos inseridos numa totalidade social, política e institucional, para então desvendar como a práxis, mediada pela técnica, dá origem a novos contextos e saberes, exigindo análise situada e historicamente construída. O ser social vê-se distanciado de sua própria capacidade de agência e de compreensão do mundo que o cerca (Feenberg, 2002), conforme o domínio

técnico-tecnológico, ao estabelecer-se como uma esfera autônoma e autossuficiente, tende a mascarar as relações de poder e as contradições inerentes ao sistema capitalista, dificultando a percepção das estruturas de exploração e alienação pelo sujeito cada vez mais imerso em um universo da estrutura valor-mercadoria e valor-informações.

Nesse contexto, as formas de apropriação da produção também se reconfiguram, com a emergência de novas modalidades de trabalho, como o trabalho imaterial e o trabalho em plataformas digitais (Antunes, 2020). Essas transformações impactam diretamente a constituição da subjetividade do trabalhador e sua percepção das relações de produção, contradições e estruturas de dominação que permeiam a sociedade contemporânea. Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020, p. 2), a crise social-sanitária imposta pela pandemia da Covid-19 acelerou o processo de entrada das Tecnologias da Informação e Comunicação no trabalho profissional de assistentes sociais, “algo que já estava sendo gradualmente incorporado e vinha nos desafiando, diante das metamorfoses do mundo do trabalho”.

Esta incorporação acelerada e superestimada de dispositivos tecnológicos nos espaços de políticas públicas, mais precisamente na gestão do Estado por meio de Tecnologias da Informação (TI), foi introduzida na administração pública a partir da década de 1960, mediada por uma racionalidade com princípios austeros (Cepik *et al.*, 2010). Nesse período, a utilização da TI representou “alto custo para o orçamento público”, mas curiosamente sua aplicação limitava-se a áreas específicas, como pesquisa de eficiência e áreas bélicas (Mesquita, 2020). Cepik *et al.* (2010) afirmam que, com a redução dos custos ao longo das décadas de 1960 e 1970, outras esferas da atividade governamental adotaram ferramentas de informática para auxiliar em sistemas de pagamento e armazenamento de dados. Isso resultou na automação de tarefas rotineiras, visando aumentar a eficiência na realização dessas atividades.

O contexto histórico-social-econômico das décadas iniciais do século XX era um cenário econômico global marcado por sucessivas crises que exigiram uma nova organização no modo de produção capitalista. Com dois grandes conflitos mundiais em menos de 50 anos, somados ao impacto da crise de 1929, a atmosfera econômica era dominada pela desconfiança, pela baixa produtividade e pela necessidade de reconstrução (Hobsbawm, 2000).

O colapso anunciado demonstrou, de forma econômica e histórica, a fragilidade cíclica do capitalismo, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de regulamentação das

atividades econômicas internacionais (Netto, 2005). Como pontua Cepik *et al.* (2010), os esforços para reorganização das bases operacionais tiveram como foco disciplinar o chamado “mercado”, grande mediador da crise anterior, bem como dos acordos sucessivos para os Estados Unidos da América emergirem como sistema monetário internacional hegemônico.

Esse movimento consolidou o conceito de “mercado” como mediador das trocas econômicas, refletindo o estabelecimento de uma disciplina estruturada pelo sistema monetário internacional após o plano de recuperação econômica. Historicamente, o marco desse projeto ocorreu durante a Conferência de Bretton Woods, onde foi desenhado um novo sistema monetário e comercial. Segundo Barreto (2009), o objetivo principal dessa “cooperação econômica” era facilitar o comércio internacional, padronizar políticas cambiais e criar um arcabouço financeiro multilateral.

Com a consolidação de um capitalismo monopolista, o papel do Estado sofreu alterações decisivas (Netto, 2005). Sob a lógica do capitalismo financeiro, o Estado expandiu suas funções, atuando como agente regulador de crises e promotor da estabilidade econômica. Segundo Netto (2007), nesse modelo o Estado operava como um mecanismo central na gestão das funções econômicas. No entanto, longe de atender a classe trabalhadora, essa intervenção estatal estava voltada para garantir a ordem burguesa, reafirmando a exploração da classe trabalhadora.

Trata-se de uma contradição inerente ao sistema capitalista: enquanto promove políticas aparentes de equidade, o aparato estatal atua para sustentar interesses do grande capital (Netto, 2007). Além disso, a expansão do papel do Estado abriu caminho para novas estruturas de organização, rompendo parcialmente com o modelo burocrático weberiano – caracterizado por hierarquia rígida e formalismo, emergindo uma nova forma de administração influenciada por conceitos de eficiência derivados da iniciativa privada (Mesquita, 2020).

Os elementos que inauguram esta seção partem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, trazendo elementos basilares da economia política crítica, de modo a explorar a transformação do regime social dada as diversas formas como a humanidade se organiza para produzir sua própria existência. Desse modo, não se adota uma perspectiva evolucionista. Apesar de abordar brevemente o surgimento da propriedade, conforme amplamente conhecido, reconhece-se a perspectiva eurocêntrica que classifica as relações sociais anteriores ao período medieval europeu romano como primitivas. Essa

classificação influencia a construção das relações produtivas, determinadas pela propriedade dos meios de produção e pela organização social do trabalho.

De antemão, vale ressaltar Quijano (2005, p. 122), que localiza a “(re)criação de diferentes identidades sob a égide da colonialidade fez com que as relações fossem codificadas em categorias: Ocidente/Oriente, irracional/racional, primitivo/civilizado, tendo a Europa sempre como os povos mais avançados e desenvolvidos”. Isto é, esta seção prioriza a discussão teórica sobre a análise categorial marxista, e não um estudo detalhado das relações produtivas em si, uma vez que a gênese histórico-materialista envolveria uma complexidade teórica que demanda outra investigação, com outro objeto de pesquisa.

Para compreender as fundações da organização social humana, a fim de captar a lógica que diferencia os modos de vida, é comum mergulhar nas primeiras formas de existência coletiva, nas sociedades tribais de caçadores e coletores, frequentemente caracterizadas como “comunismo primitivo”. Ao tomar essas comunidades como referência das transformações e intencionalidades na vida humana, é possível explorar a dinâmica entre as forças produtivas – expressas no arsenal material e humano que uma sociedade dispõe para a produção –, as relações de produção – enquanto relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si no processo produtivo, definidas pela propriedade ou intencionalidade dos meios de produção – e, evidentemente, o modo de produção como a combinação específica das forças produtivas e das relações de produção em uma dada sociedade.

No contexto das forças produtivas, a técnica surge como um elemento essencial. Nessas sociedades, o domínio técnico representou um avanço fundamental na interação humana com o ambiente, garantindo sua sobrevivência. As ferramentas disponíveis para produzir a sobrevivência – como arcos, flechas, lanças, instrumentos de pedra – são uma materialização do conhecimento humano e da capacidade de transformar a natureza. Dessa forma, o trabalho – a atividade pela qual o ser humano se distingue dos demais animais ao transformar a natureza de forma consciente e intencional – era imediatamente social e visível em sua concretude, por meio da caça coletiva, da coleta de frutos e da confecção de ferramentas.

Nessa forma de produção, existia um processo intrínseco à reprodução da vida e da própria coletividade, sem a necessidade de mediação complexa que surgiria nos modos de produção futuros. O conhecimento do ambiente natural constituía a capacidade produtiva para a subsistência, voltada diretamente para o consumo do grupo, sem gerar excedentes significativos (Netto; Braz, 2012).

Conseqüentemente, as relações de produção eram essencialmente cooperativas, focadas na sobrevivência coletiva. Não havia propriedade privada dos meios de produção, como a terra ou os grandes recursos de caça, o que refletia na ausência de grandes hierarquias sociais. A divisão do trabalho entre caça e coleta, ou por gênero, existia, mas não levava a uma acumulação de poder ou riqueza. Com a possibilidade de excedentes, é possível pensar nas disputas por recursos, território, honra, etc. De modo algum pretende-se aqui endossar uma perspectiva de um cenário idílico do passado, onde a ausência de propriedade privada, de grandes excedentes e da superexploração do trabalho inviabilizaria conflitos – isto seria menosprezar evidências em sítios arqueológicos ao redor do mundo, tais como Nataruk, no Quênia, e afins.

Neste momento da contextualização do ser social, é possível cair na armadilha da evolução pós-comunidade primitiva, um modelo eurocêntrico que distorce a complexidade da história e negligencia as especificidades de cada formação sócio-histórica. Portanto, não é possível traçar uma linha evolutiva direta e universalista das sociedades de caçadores e coletores para o escravismo ou o feudalismo (Antunes, 2003). Essa transição não foi um processo uniforme, e diversas sociedades seguiram caminhos distintos, desenvolvendo suas próprias formas de organização social, econômica e política, características de propriedade estatal e burocracia, distintas do escravismo greco-romano, por exemplo.

Antunes (1999) afirma que, por volta de 1920, instalou-se na historiografia marxista uma forte tendência de reduzir a experiência histórica percorrida pelas sociedades europeias ocidentais a um caminho único e universal para todas as sociedades: do comunismo primitivo ao escravismo, feudalismo, capitalismo e, por fim, socialismo, ignorando a complexidade e a diversidade das formações sócio-históricas. Esta incursão deu-se amparada pelo etapismo evolucionista nos estudos do “último Engels” e sua obra sobre a pré-história dos povos gregos, romanos e germânicos, como também pela dificuldade de acesso a traduções e informações do “oriente”. De acordo com Antunes (2003, p. 8),

Ora, como dissemos acima, do ponto de vista de Marx, esta evolução histórica que começaria com a comunidade primitiva, e evoluiria para os modos de produção asiático, escravagista, feudal e burguês, somente a sociedade greco-ocidental teria desenvolvido-a de forma imanente e independente, ou seja, do ponto de vista de Marx, somente a Europa ocidental teria passado, em sua evolução, por estas fases históricas clássicas, sendo, portanto, o modo de produção asiático apenas mais um dos modos de produção postos em seu transcurso histórico. Desta forma, se para Marx as sociedades do modo de produção asiático são, de modo geral, as primeiras formas de evolução pós-comunidade primitiva, pode-se dizer então que a Arqueologia e a História, com seus estudos sistemáticos da Grécia pré-helênica,

desmentiram, pois, tanto a Engels quanto a Morgan e reafirmaram as hipóteses de Marx sobre as primeiras formas de organização social.

Antunes (1999) ainda demarca a importância em destacar as diferenças centrais entre a visão antropológica de Marx e aquela defendida por Engels em sua fase final, depois do falecimento de Marx. O autor determina cinco pontos principais podem ser ressaltados destas diferenças sobre as formações originárias da humanidade, para Antunes (1999, p.6),

Marx sempre considerou que a civilização greco-romana teve um passado “asiático”; Para Marx, a escravidão existente nas sociedades asiáticas e pré-colombianas possuía características distintas da escravidão praticada pelos povos greco-romanos.; Em sua perspectiva, o Estado não surge para mediar conflitos entre classes sociais, mas sim para proteger e organizar o funcionamento produtivo da comunidade; Marx nunca concordou com a ideia de que os povos passaram automaticamente de uma organização primitiva baseada no pastoreio para um modo de produção escravista.; Por fim, desde tempos remotos, a Ásia foi caracterizada por Estados profundamente burocratizados, cuja função principal era administrar grandes obras públicas de irrigação, fundamentais para as comunidades camponesas. Foi sobre essa base estável que Marx definiu o chamado modo de produção asiático.

Com base nas diferenças anteriormente demarcadas, é possível localizar os primeiros exemplos de propriedade privada documentada no período pós-comunidade primitiva da “Antiguidade Oriental” — englobando Egito, Mesopotâmia, Índia, China, Pérsia e outras regiões que compõem o amplo espectro do “modo de produção oriental ou asiático”. O que interessa destacar nessas experiências civilizatórias são as imensas possibilidades de desenvolvimento de um modo de produção peculiar, uma vez que, no continente asiático, desenvolveu-se inicialmente um Estado centralizado, uma administração complexa e sistemas de irrigação dependentes de grandes rios como Nilo, Tigre-Eufrates, Indo e Huang-He (Antunes, 1999).

Essa configuração deve-se ao fato de que a agricultura dependia de sistemas de irrigação complexos e de manutenção constante, demandando uma autoridade central forte para coordenar o trabalho de grandes grupos de trabalhadores e para cobrar tributos, garantindo assim a sobrevivência da coletividade (Antunes, 1999). Concentrando-nos novamente nas relações de produção, e equilibrando expectativas com o conteúdo a ser percorrido, não nos aprofundaremos no mundo pré-industrial — como, por exemplo, no surgimento da burguesia.

Sob a perspectiva da periodização clássica, a burguesia emergirá como um movimento da “Baixa Idade Média” que se intensificou na transição para a “Idade Moderna”, impulsionando e sendo impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo. Na perspectiva aqui adotada, a burguesia surgiu e consolidou-se como classe revolucionária que transformou

profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas, graças à tensão crescente entre as forças produtivas e as relações de produção. Essa abordagem é necessária para desnaturalizar tanto uma lógica econômica homogênea das sociedades medievais (Wickham, 2020) quanto a ideia de um capitalismo natural, uma vez que “as economias não tiveram a mesma estrutura interna ao longo da história humana” (Wickham, 2020, p. 45).

Isto é, a dinâmica socioeconômica distinta do colonialismo e do feudalismo europeu, bem como do capitalismo na perspectiva ocidental, impossibilita comparações e generalizações como um modo de produção único, haja vista a variedade de organizações econômicas, sociais e políticas das primeiras sociedades agrícolas, especialmente em regiões como Egito, Mesopotâmia, Índia e China (Antunes, 2003).

Nessas sociabilidades, os camponeses podiam cultivar as terras, mas deviam pagar tributos ou trabalhar em obras públicas, sendo necessário um corpo administrativo para organizar tributos, obras públicas e o controle social — características de uma burocracia estatal desenvolvida (Oliveira, 2007). Ao contrário do feudalismo, onde a propriedade da terra estava fragmentada entre nobres e senhores locais, nas relações de produção do continente asiático a terra era, formalmente, propriedade do Estado, do governante ou de uma autoridade central (Antunes, 1999).

Para compreender a profundidade e diversificação das diferentes formas de sociedade e sociabilidade, é fundamental analisar o papel local do Estado. Como explica Wickham (2020, p. 51):

Impostos e tributos, de forma ampla em toda a Eurásia, eram cobrados por reis, imperadores, califas, sultões – ou, às vezes, uma cidade-estado local – como uma forma de senhor, derivada de seus próprios direitos políticos de comando e dominação, em troca, mais uma vez, de proteção e justiça. Na Europa, podemos adicionar igrejas, que desenvolveram sua própria forma de semi tributação, o dízimo, sobre suas propriedades, para financiar suas atividades. Algumas infelizes comunidades camponesas deviam encargos de todos esses tipos ao mesmo tempo.

Dessa forma, discutir a função social da propriedade, conceito jurídico e político que estabelece diretrizes para o uso da propriedade, não faria sentido em um contexto onde a terra era predominantemente estatal ou coletiva. Essa configuração já implicava uma função social inerente, uma vez que o Estado controlava a produção em benefício e exploração da coletividade, por meio de tributos e obras públicas. No que Marx denominou modo de produção asiático, não se aplicariam os mesmos valores e categorias utilizados para analisar os modos de produção Antigo, Escravista e Feudal (Oliveira, 2007).

Vale ressaltar que a compreensão da propriedade transcende sua definição meramente jurídica, revelando-se como um complexo construto sócio político que reflete as dinâmicas de poder em diferentes sistemas econômicos (Motta, 1988). Quando analisada sob diversos modelos de organização econômica contemporânea — baseados na propriedade privada ou estatal —, emerge uma realidade fundamental: a concentração de poder por uma classe social expropriadora. Esta classe dominante estabelece sua hegemonia por meio de mecanismos jurídicos que, mediante uma propriedade coletiva, lhe conferem supremacia política e econômica (Motta, 1988).

A propriedade, portanto, não pode ser compreendida isoladamente como um conceito abstrato. Ela representa uma expressão concreta das relações de força em uma sociedade, onde grupos sociais específicos acumulam e perpetuam seus privilégios por meio de estruturas que legitimam sua posição dominante — uma construção social historicamente determinada. Para Marx e Engels (2007, p. 89-90), a trajetória das sociedades humanas é marcada pela relação constante entre a organização do trabalho e a definição da posse dos recursos.

Cada estágio da divisão do trabalho representa uma nova configuração, dando origem a concepções diversas de propriedade e remodelando as relações entre pessoas, objetos, ferramentas e os frutos de seus esforços. Marx e Engels (2007, p. 90-91) dividem esses saltos de apropriação da propriedade em três momentos, que não serão aprofundados nesta dissertação. A seguir, a propriedade tribal (*Stammeigentum*) pressupõe vastas extensões de terra inculta. Para Marx e Engels (2007), esta é a primeira forma de propriedade.

Nesse contexto, a divisão do trabalho apresenta-se de forma incipiente, estendendo-se principalmente da divisão natural já presente na família, com chefes patriarcais, membros da tribo e, por fim, escravos. Pensar a escravidão nesta forma de organização é intrínseco à instituição da família, expandindo-se gradualmente com o aumento populacional, das necessidades e do intercâmbio externo, seja por guerra ou comércio (Marx; Engels, 2007).

Com os saltos ontológicos produzidos, o cenário histórico transforma-se e surge a segunda forma: a propriedade comunal ou estatal da Antiguidade (Marx; Engels, 2007). A propriedade comum mantém-se central, aparecendo de forma discreta e subordinada às tentativas de propriedade privada sobre objetos e territórios limitados. De acordo com Marx e Engels (2007), essa forma emerge da unificação de várias tribos em uma cidade, seja por acordo ou conquista, mantendo a escravidão como pilar. Assim, “ao lado da propriedade comunal, a propriedade privada móvel se desenvolve, e mais tarde, a propriedade privada

imóvel, embora de forma anômala e subordinada à propriedade comum” (Marx; Engels, 2007, p. 90). A divisão do trabalho encontra-se em estágio mais avançado, com a distinção entre cidade e campo, e posteriormente entre estados com interesses urbanos e rurais.

A terceira forma é a propriedade feudal ou estamental, característica da Idade Média, período de conquistas e expansão do domínio agrário. Nos escombros do Império Romano, marcados pela desintegração social e econômica, abriu-se caminho para uma nova ordem socioeconômica na Europa Ocidental. A retração da atividade agrícola, o declínio da indústria e a estagnação do comércio, somados à acentuada diminuição demográfica, criaram um vácuo de poder e uma necessidade premente de segurança. Nesse cenário de colapso, a organização militar dos povos germânicos, que avançavam sobre as fronteiras imperiais, forneceu os alicerces para a formação da propriedade feudal.

“A força produtiva imediata não era mais composta por escravos, mas por uma nova classe social: os servos da gleba” (Marx; Engels, 2007, p. 90). Estes camponeses, embora não fossem propriedade direta de seus senhores como os escravos, estavam vinculados à terra e submetidos a obrigações e tributos, marcando uma transição significativa nas relações de produção. A terra, e conseqüentemente o trabalho do servo a ela atrelado, tornou-se a principal forma de propriedade e poder na era feudal.

Segundo a perspectiva centrada na Europa medieval ocidental de Marx e Engels (2007), a ascensão do feudalismo acentuou a oposição entre campo e cidade, com o engendramento de uma estrutura hierárquica da posse da terra — rei no topo, seguido por duques, condes e, na base, os senhores locais — aliada à vassalagem armada, um complexo sistema de lealdade e serviço militar em troca de terras. Essa estrutura, embora baseada em uma associação contra a classe produtora dominada, diferenciava-se na forma de organização e na relação com os produtores diretos, reflexo das profundas alterações nas condições de produção.

A necessidade de associação dos artesãos urbanos contra a crescente influência e potencial exploração da nobreza rural foi fundamental para o surgimento das corporações (Oliveira, 2007). A escassez de mercados unificados e a concorrência de servos que fugiam para as cidades, aliadas à estrutura feudal, impulsionaram a criação de associações. O acúmulo de pequenos capitais pelos artesãos e a manutenção de um número estável de mestres diante de uma população crescente levaram ao desenvolvimento das figuras de oficial e aprendiz, estabelecendo nas cidades uma hierarquia que, embora distinta, espelhava a estratificação social do campo (Oliveira, 2007).

Nas cidades, à estrutura feudal da posse da terra correspondia a propriedade corporativa e a organização feudal dos ofícios. A propriedade consistia principalmente no trabalho individual, emergindo a necessidade de associação contra a nobreza e a ruína de mercados comuns (Oliveira, 2007). As pequenas capitais acumuladas e o número estável de artesãos em uma população crescente desenvolveram a condição de oficial e de aprendiz, estabelecendo uma hierarquia urbana semelhante à rural (Oliveira, 2007).

Na agricultura, a divisão do trabalho era dificultada pelo cultivo parcelado, ao lado do qual surgiu a indústria doméstica camponesa. Na indústria, o trabalho nem sequer era dividido dentro de cada ofício e pouco se dividia entre os ofícios (Oliveira, 2007). A divisão entre indústria e comércio, presente nas cidades antigas, só se desenvolveu nas novas cidades quando estas passaram a se relacionar entre si.

Durante o sistema feudal, a propriedade principal da terra e do trabalho servil era limitada pelas relações de produção — cultivo escasso e rudimentar e indústria artesanal (Oliveira, 2007). A divisão do trabalho era mínima no auge do feudalismo, moldada pela escassez, necessidade de defesa e economia de subsistência, preparando o terreno para as transformações que levariam ao capitalismo. Citamos esses primórdios históricos soa rudimentar, mas é fundamental para compreender a dimensão sociopolítica da propriedade, reconhecendo que sua essência ultrapassa fronteiras ideológicas, manifestando-se como mecanismo universal de estratificação social e reprodução de poder (Motta, 1988).

Dessa forma, justifica-se partir do debate sobre a estrutura mercantil da maquinaria e do incremento tecnológico socializados na teoria marxista da dependência, contextualizando o modo de produzir, as relações de produção e os valores produtivos. Isso permite evitar a lógica que atribui o resultado da exploração latino-americana ao “atraso” ou à falta de etapas históricas, compreendendo-o, “*instead*”, como um processo histórico de exploração e dependência em relação aos países centrais. Assim, parte-se do debate da concentração dos trabalhadores, intensificação e exploração, que, por sua vez, alimenta um ciclo de acumulação de capital nesse contexto, sem menosprezar outras sociabilidades.

Sabe-se que, no capitalismo, a busca pelo lucro leva ao reinvestimento constante do mais-valor, processo denominado acumulação de capital. Esse processo é intrínseco ao Modo de Produção Capitalista (MPC). Esta acumulação de capital nas mãos de pequenos grupos é a contrapartida da acumulação de miséria, desemprego e desigualdade entre os trabalhadores, sujeitos ao chamado desenvolvimento das forças produtivas. Nessa relação, encontra-se a essência da questão social sob a lógica capitalista.

Para Marx (2015), o ponto de partida para analisar o modo de produção capitalista é a mercadoria. Todo o universo econômico no capitalismo é mediado por mercadorias, objetos produzidos não para uso direto de quem os produz, mas para a troca. Isso diferencia profundamente o capitalismo de modos de produção anteriores, baseados na produção para a subsistência. Diferente de sociedades baseadas no autoconsumo — como comunidades camponesas, o capitalismo estrutura-se sobre a produção para a troca, não para o uso direto. Isso marca toda a dinâmica econômica: no capitalismo, quase tudo circula como mercadoria, mediando relações sociais e econômicas.

Mas, afinal, o que caracteriza uma mercadoria? Essa questão é fundamental para entender as relações econômicas e sociais no capitalismo por revelar como objetos comuns adquirem substância na totalidade do sistema na contemporaneidade. A mercadoria, compreendida como uma unidade dialética, é composta por valor de uso e valor de troca. O valor de uso parece relativamente intuitivo: diz respeito às propriedades materiais do objeto que lhe permitem satisfazer necessidades humanas. Contudo, no capitalismo, um objeto só se torna mercadoria se, além de útil, puder ser trocado por outro, ou seja, se possuir valor de troca.

Marx (2015) enfatiza que o valor de uso é condição necessária, mas não suficiente para determinar seu valor social. O que realmente determina o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, isto é, o tempo requerido, considerando a tecnologia vigente, a produtividade média e a habilidade dos trabalhadores, para produzir o item em condições normais. Assim, ao comprar um produto, adquire-se, na prática, uma fração desse “trabalho abstrato”.

Não se trata somente das tarefas específicas de cada profissão, mas do gasto de energia humana geral, presente em qualquer produção, independentemente de seu conteúdo específico. Este dispêndio genérico é denominado trabalho abstrato, diferenciando-se do trabalho concreto, associado às habilidades e funções particulares de cada ofício. O trabalho abstrato é a substância comum que iguala mercadorias distintas como camisetas, automóveis, pães ou serviços imateriais.

Quanto mais tempo de trabalho abstrato, padronizado socialmente, é incorporado a um bem ou serviço, maior será seu valor. Por exemplo, ao adquirir uma camiseta, compra-se não só o trabalho concreto de quem plantou o algodão e costurou, mas também o de quem transportou e vendeu. Da mesma forma, ao contratar um serviço digital, compra-se o tempo de trabalho abstrato necessário para sua existência. Ainda que cada tipo de trabalho envolva

funções distintas, ao serem reduzidos ao tempo socialmente necessário, tornam-se comparáveis pelo trabalho abstrato.

É crucial distinguir trabalho concreto de trabalho abstrato. O primeiro refere-se às atividades específicas que geram valores de uso distintos; o segundo representa o simples dispêndio de energia humana, indiferenciada, comum a todas as atividades produtivas. Essa distinção permite compreender como o trabalho abstrato serve como base para a equivalência entre mercadorias e para a determinação do valor de troca, revelando as dinâmicas de exploração e valorização do capital.

O trabalho abstrato, como substância do valor, introduz o fenômeno da alienação. O capitalismo submete a atividade, o tempo e a criatividade do trabalhador à lógica impessoal dos mercados, transformando-o em engrenagem do sistema. O trabalhador perde o controle sobre o que produz, e o produto final retorna como algo alheio à sua vontade, necessitando de um equivalente universal: o dinheiro.

O dinheiro funciona como mercadoria universal para representar o valor das demais, facilitando trocas, servindo como medida de valor e reserva de riqueza. No entanto, ele carrega as contradições do sistema: ao resolver temporariamente as dificuldades da troca direta, cria novas possibilidades de crise, ocultando as relações reais de produção sob a aparência objetiva do valor.

A dinâmica capitalista ganha nova escala com a maquinaria e o desenvolvimento das forças produtivas. Máquinas e tecnologias são incorporadas para elevar a produtividade e baratear mercadorias. Produzindo mais em menos tempo, reduz-se o valor da força de trabalho necessário, permitindo ao capitalista extrair mais trabalho não pago – aumentando a mais-valia relativa.

Outra questão reside no fato de que o conhecimento do processo produtivo deixa de ser domínio do trabalhador. Este torna-se apêndice da máquina, seguindo seu ritmo, internalizando a perda do sentido e do controle sobre seu fazer, intensificando o ritmo e submetendo-se à vigilância. Logicamente, esses efeitos geram menor necessidade de trabalho humano, aumentando o desemprego e a pressão sobre os salários, criando uma massa de trabalhadores disponíveis – o exército industrial de reserva, conforme Marx (2015).

Dessa forma, o capitalismo sustenta-se ao alterar constantemente os meios de produção, instaurando um ciclo infinito de transformação tecnológica para manter a lucratividade, entrelaçando contradições sistêmicas enquanto explora a classe trabalhadora. Ao mecanizar a produção, reduz-se o tempo de trabalho médio necessário, barateando

mercadorias, mas diminuindo o valor gerado pelo trabalho humano. Paradoxalmente, isso leva a uma tendência de queda da taxa de lucro, já que é o trabalho vivo que cria novo valor. A busca por produtividade revela-se um revés para o próprio capital.

Em síntese, este capítulo buscou explorar as fundações teóricas das forças produtivas e das relações de produção, conceitos centrais para a economia política crítica. Discutimos como a humanidade se organiza para produzir sua existência, refutando a perspectiva evolucionista eurocêntrica que classifica as sociedades pré-medievais como primitivas. Com base nisso, destacamos a importância de analisar as formações sociais sem um viés etapista universalista, reconhecendo a diversidade das experiências históricas.

3.1.1. TICs: Maquinaria e trabalho como categorias ontológicas de análise

As concepções teóricas que recaem sobre este debate, implicam na compreensão das transformações tecnológicas sobre o processo produtivo e suas ramificações sócio-econômicas, momento em que Marx (2015) examina a transição histórica fundamental do modo de produção capitalista: a passagem da manufatura à grande indústria mecanizada. Pensando que as condições materiais e históricas para a acumulação primitiva de capital e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, culminam na grande indústria e no sistema fabril, os avanços na metalurgia, impulsionados pelas reservas de carvão e ferro, foram cruciais para o desenvolvimento das máquinas complexas que caracterizariam a grande indústria (Marx, 2017).

Desta forma, para a discussão deste capítulo, é imprescindível a base elementar construída no capítulo intitulado “Maquinaria e Grande Indústria” *d’O Capital*, por Karl Marx (2017). A relevância desta análise transcende o contexto histórico da Revolução Industrial inglesa do século XVIII e XIX, projetando-se como instrumental teórico fundamental para a compreensão das transformações contemporâneas do capitalismo global. No atual momento histórico, caracterizado pela hegemonia das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pela mundialização do capital, o capitalismo de plataforma, pelo aprofundamento das relações de dependência entre centro e periferia, pela consolidação do projeto neoliberal e pela reconfiguração do papel do Estado, torna-se imperativo revisitar a análise marxiana para desvelar as continuidades e rupturas dos processos de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital.

3.1.2. Afinal, o que é a maquinaria e como ela implica no conceito das TICs?

De acordo com Marx, 2017, p.44: “ela é meio para a produção de mais-valor”. Isto significa que sobre os moldes da conjuntura, a análise marxiana da maquinaria inscreve-se no contexto histórico específico da Revolução Industrial inglesa, processo que se desenrola entre o último terço do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Este período marca a transição de uma economia predominantemente agrária e artesanal para uma economia industrial mecanizada, constituindo o que Marx (2017) denomina de “revolução no modo de produção”

Hobsbawm (2000, p.57) analisa que algumas conveniências da Revolução Industrial Britânica, em sua fase inicial,

Os primórdios da Revolução Industrial foram um tanto primitivos, tecnicamente, não porque não houvesse à disposição melhor ciência e tecnologia mais avançada, porque as pessoas não se interessavam por elas ou porque não pudessem ser persuadidas a usá-las. Ela foi simples, de modo geral, porque a aplicação de idéias e dispositivos simples, idéias muitas vezes conhecidas havia séculos, muitas vezes pouco dispendiosas, era capaz de produzir resultados espetaculares. A novidade não estava nas inovações, e sim na presteza com que homens práticos se dispunham a utilizar a ciência e a tecnologia desde muito disponíveis e a seu alcance; e no amplo mercado que se abria às mercadorias, à medida que os preços e os custos caíam rapidamente. Não estava no florescimento do gênio inventivo individual, e sim na situação prática que fazia voltar o pensamento humano para problemas solúveis.

Para o autor em essência, as condições iniciais da Revolução Industrial minimizam os requisitos de qualificação técnica avançada, de grandes volumes de capital, de enormes volumes de negócios ou de um planejamento e organização governamental complexos, bastava melhorar o tear ou a forma de mover as máquinas com a força da água. O que em para Marx (2017) é percebido em consonância, se tratando do desenvolvimento da maquinaria não emerge como resultado de uma evolução linear da técnica, mas como resposta às necessidades específicas da acumulação capitalista.

A manufatura, forma predominante de organização produtiva dos séculos XVI ao XVIII, caracterizava-se pela decomposição do processo de trabalho em operações parciais executadas por trabalhadores, mantendo, contudo, a base artesanal da produção. Esta forma organizacional apresentava limites estruturais à intensificação da exploração da força de trabalho e à aceleração do processo de acumulação. Hobsbawm (2000, p.60) analisa esta relação a partir do sistema industrial que surgiu em *Lancashire*, na Inglaterra, em meio a fazendas e aldeias.

Esse novo sistema para o autor, embora baseado em uma nova tecnologia, se desenvolveu por meio de uma mistura do novo com o tradicional, onde a inovação superou gradualmente o que já existia. Isto é, Hobsbawm (2000) capta o processo dinâmico no qual o capitalista reinveste o valor excedente produzido pelo trabalho não pago, categórico em Marx. Como também, Hobsbawm (2000, p.61) aponta como o capital acumulado na própria atividade industrial substitui os antigos modos de financiamento, como hipotecas de fazendas ou poupanças de donos de estalagens. Isso significa que o dinheiro que a indústria ganhava era reinvestido nela mesma, em vez de depender de fontes mais antigas.

Hobsbawm (2000, p.61) ainda aponta as transformações e consequências dessa concentração, uma vez que os engenheiros que projetaram e mantinham as máquinas tomaram o lugar dos tecelões-carpinteiros que faziam tanto o trabalho de tecer quanto de construir e consertar suas próprias ferramentas. Os teares mecânicos a substituir os tecelões manuais, que trabalhavam em suas casas, surgindo então, o proletariado fabril, ou seja, trabalhadores em massa dependentes das fábricas. Como vemos em:

Nas décadas seguintes o número de teares mecânicos na Inglaterra disparou: de 2.400 em 1813 para 224.000 em 1850. Enquanto isso, o número de tecelões manuais – que chegou a 250.000 em meados da década de 1820 – despencou para pouco mais de 50.000 "famintos angustiados" em 1850 (Hobsbawm, 2000, p.62).

Neste cenário, o pauperismo, enquanto sinônimo para a classe trabalhadora, foi para as forças produtivas do capital um mecanismo de valorização e ampliação da riqueza, posicionando a exploração enquanto instrumento da dominação econômica e política de uma classe sobre a outra (Netto e Braz, 2012). Hobsbawm (2000, p.61) identifica nesta revolução uma nova relação econômica entre as pessoas, um novo sistema de produção, ritmo de vida e da sociabilidade, mesmo que a máquina servia ao homem, mas, paradoxalmente, o capital triunfava sobre o trabalho vivo, criando uma forma intrincada de servidão e dependência.

Marx, 2017, p.446-447, identifica três fatores históricos fundamentais que impulsionaram a transição para a grande indústria: primeiro, a necessidade de superar as barreiras naturais impostas pela jornada de trabalho e pela resistência física do trabalhador; segundo, a pressão concorrencial que exigia a redução constante dos custos de produção; terceiro, a disponibilidade de capital acumulado durante o período manufatureiro, especialmente através do comércio colonial e da acumulação primitiva.

O contexto social desta transformação é marcado pela consolidação da separação entre produtores diretos e meios de produção, processo que Marx (2017) denomina de

“expropriação dos produtores diretos”. A dissolução das relações feudais e a formação de um proletariado livre — juridicamente livre para vender sua força de trabalho, mas desprovido dos meios de produção — constituem as precondições sociais para a emergência da grande indústria.

Marx (2017) explorou como a introdução da maquinaria alteraria radicalmente o processo de produção, a extração de mais-valia e a própria constituição da classe trabalhadora. Assim, o autor inicia a sua análise estabelecendo uma distinção fundamental entre uma ferramenta e uma máquina. Enquanto uma ferramenta é geralmente operada por um único trabalhador, uma máquina, de acordo com Marx, 2017, p.449:

A máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Temos, aqui, a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada.

Deste modo, o ponto de partida da máquina, portanto, é o instrumento de trabalho em si, e não o trabalho humano, indicando uma transição da habilidade humana manual e intelectual, para a mecânica. Ou seja, a máquina define o ritmo, a precisão e, muitas vezes, a escala da produção, tornando o trabalhador pode agora operar várias máquinas ou supervisioná-las, mas não é mais a sua habilidade individual que impulsiona a produção. A contínua revolução tecno-científica dos meios de produção, por sua vez, gera as condições materiais para uma nova ordem social, à medida que as relações sociais existentes se tornam cada vez mais incompatíveis com as forças produtivas avançadas desencadeadas. Desta forma a lógica interna da acumulação de capital, ou seja, a busca por mais-valia e a concorrência, atua como a causa primária do desenvolvimento das forças produtivas à medida que a máquina vai moendo o trabalhador. Este processo prepara o terreno para a tese de que o capitalismo cria a sua própria ruína (Booth, 2014). Marx, 2017, p. 552-553 afirma que:

A própria máquina a vapor, tal como foi inventada no fim do século XVII, no período da manufatura, e tal como continuou a existir até o começo dos anos 1780, não provocou nenhuma revolução industrial. O que se deu foi o contrário: a criação das máquinas-ferramentas é que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada.

Isto é, o que Marx (2017) destaca é que a máquina a vapor, em sua forma inicial do século XVII, não foi o estopim da Revolução Industrial. Na verdade, para o autor ela só se tornou um agente revolucionário quando a invenção e o aprimoramento das máquinas-ferramentas criaram a necessidade de uma fonte de energia potente e confiável que as antigas máquinas a vapor não conseguiam suprir (Booth, 2014). Foi esta capacidade de

construir máquinas mais complexas e eficientes que impulsionou o desenvolvimento de uma máquina a vapor significativamente melhorada na década de 1780, permitindo, então, a expansão massiva da produção industrial (Marx, 2017).

Deste modo contrariando e refutada por Marx, a noção de que a maquinaria visa aliviar o fardo do trabalho humano como sugerido por John Stuart Mill, Marx afirma categoricamente que a sua função sob o capitalismo é, antes de mais, baratear as mercadorias, é um meio para produzir mais-valia. Isso é alcançado ao encurtar a porção do dia de trabalho em que o trabalhador labora para si, o tempo de trabalho necessário, e, conseqüentemente, prolongar a porção em que ele trabalha para o capitalista sem equivalente, o tempo de mais-valia.

Isto é, a maquinaria, vista como capital constante na produção, não adiciona novo valor ao produto final como o trabalho humano faz. Em vez disso, ela funciona como uma ferramenta que gradualmente "desgasta" seu próprio valor ao longo do tempo, transferindo-o para cada mercadoria que produz. Um exemplo clássico que ilustra essa relação é baseado em imaginar que uma máquina custou R\$1.000 e pode produzir 10.000 unidades durante sua vida útil, sendo que a cada unidade produzida é transferido desses R\$1.000 a quantia de R\$0,10.

Nesta transferência, empregam-se cada vez mais máquinas e métodos avançados de produção. Isso ocorre por meio do aprimoramento científico e técnico, visando reduzir os custos unitários e fomentar a concorrência capitalista (Booth, 2014). Isso permite que os produtos sejam vendidos a preços mais competitivos ou, se mantiver o preço de mercado, realize o que se chama de "superlucro", uma vantagem temporária até que a tecnologia se espalhe e os custos de produção se equalize no mercado, ou seja, uma hora os concorrentes investiram nas mesmas tecnologias ou empregaram mais capital para adquirir ferramentas mais avançadas.

Neste caso o desenvolvimento tecnológico é impulsionado pela necessidade de aumentar a eficiência e reduzir os custos, mas sob o capitalismo, isso intensifica a competição entre trabalhadores, reduz os salários e aumenta a precariedade à medida em que explora e concentra a riqueza (Booth, 2014).

Desta forma a maquinaria, como capital constante, não cria novo valor, mas transfere o seu próprio valor para o produto de forma gradual ao longo da sua vida útil (Booth, 2014). Conforme George (2010) ao reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, ela barateia concomitantemente as mercadorias, numa dialética entre o próprio

mecanismo que permite aos capitalistas obter mais-valia relativa, tornando a produção mais eficiente aos donos deste meio de produzir.

Também diminui-se o valor das mercadorias individuais e, eventualmente, a taxa geral de lucro em toda a economia, uma força implícita que impulsiona as dinâmicas de acumulação e crise no capitalismo que se manifesta de forma específica e agravada nas economias do capitalismo dependente.

Esta “queda” fomentada pela busca por superlucros individuais, levada pela adoção de maquinaria, reduz o tempo de trabalho socialmente necessário, menos investimentos, desemprego e superprodução. Perante a redução, por sua vez, ocorre um barateamento geral das mercadorias e, crucialmente, a longo prazo, essa dependência do capital constante em detrimento do capital variável, trabalho, leva a uma tendência de queda da taxa de lucro, gerando instabilidade sistêmica (Booth, 2014).

Esta é uma contradição fundamental do capitalismo. Como também ao simplificar tarefas e reduzir a necessidade de força física, a maquinaria permite ao capital apropriar-se de emprego generalizado de mulheres e crianças. Marx, 2017, p.575 aprofunda esta apropriação em:

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família

Para exemplificar os impactos dramáticos do surgimento das expressões da questão social com a introdução da maquinaria, vale citar o estudo bio arqueológico realizado pela Universidade de Durham que analisou os restos ósseos de crianças e adolescentes que trabalhavam em fábricas de tecidos durante a Revolução Industrial britânica. De acordo com Martins (2023) os ossos, encontrados em *Fewston*, no norte da Inglaterra, as evidências bio arqueológicas com registros históricos, revelaram as condições brutais e a saúde precária dessas crianças, que sofriam de desnutrição, doenças respiratórias e deficiências vitamínicas.

Este estudo de Martins (2023) constatou que as crianças trabalhavam em fábricas de tecidos durante longas jornadas, com até 14 horas por dia, em condições insalubres e

perigosas. A análise de Martins (2023) revelou que muitas dessas crianças eram de regiões pobres de Londres, enviadas para trabalhar em fábricas rurais. Além disso, o estudo destaca a relevância e os respingos na contemporaneidade que nutre o trabalho infantil em escala global com estimativas de 160 milhões de crianças sendo exploradas, sem contar a exploração midiática (Martins, 2023). Nesta dinâmica é possível reconhecer que

[...] todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital (Marx, 2017, p.720).

Isso leva a um profundo sentimento de alienação, onde o trabalho, em vez de ser uma expressão criativa, torna-se uma atividade extenuante e imposta externamente, mostrando como o denominado progresso tecnológico sob o capitalismo pode levar a um retrocesso humano, significa compreender que a luta de classes para além da aparência de uma batalha por salários. E sim, pela própria condição de existência e sentidos do trabalho (Antunes, 1999).

Os principais efeitos da maquinaria sobre o trabalhador, conforme analisado por Marx (2017), encontram-se nas constantes ameaças de substituir o trabalho por maquinaria para pacificar os trabalhadores durante as greves, revelando uma dimensão estratégica, e não puramente econômica, na adoção da maquinaria. Não se trata de eficiência, mas de manter o poder do capital sobre o trabalho.

A existência de trabalho organizado pode levar os donos dos meios de produção a acelerar a automação para ganhos de produtividade, como uma ferramenta de disciplina e controle sobre a força de trabalho. Esta dinâmica ilustra o antagonismo inerente entre capital e trabalho, onde a inovação tecnológica se torna um campo de batalha na luta de classes.

Assim como a aplicação da maquinaria está condicionada ao seu custo ser inferior ao custo da força de trabalho vivo que ela substitui, o que significa que o investimento em maquinaria em locais onde o movimento operário é menos influente e os salários são baixos, o investimento em tecnologia é menor. Por outro lado, salários mais altos tendem a impulsionar um maior investimento em máquinas e automação.

A introdução da maquinaria altera a organização do trabalho na fábrica. As variações subjetivas entre os trabalhadores dão lugar a um nível objetivo dentro do processo produtivo

(Booth, 2014). Numa fábrica plenamente desenvolvida, a capacidade de manter uma sequência ininterrupta de etapas em um processo que exige conhecimentos, habilidades ou equipamentos muito específicos na produção, torna-se o princípio regulador, rompendo com o isolamento dos processos imposto pela divisão do trabalho na manufatura, enquanto a maquinaria, como instrumento de trabalho, exige a substituição da força humana, impulsionada pela maquinaria, representa um salto qualitativo na organização da produção (Marx, 2017).

Marx (2017, p.491) trata a fábrica para além do local onde as máquinas são utilizadas, como corpo articulado, percebendo-a como um sistema onde a máquina dita todo o ritmo, passo e organização do trabalho humano. Isso significa uma profunda mudança da agência humana para o imperativo mecânico, uma vez que a fábrica torna-se uma instituição disciplinar, impondo uma "ordem objetiva" que subjuga os trabalhadores individuais (Booth, 2014).

Além disso, esta perspectiva revela a fábrica como um microcosmo do controle capitalista, onde a arquitetura e a configuração tecnológica são projetadas especificamente para maximizar eficiência e mais-valia. “A máquina torna-se uma concorrente direta do trabalhador” (Marx, 2017, p.502), deslocando-o dos seus empregos ao substituir o trabalho qualificado por trabalho não qualificado, despojando os trabalhadores das suas posições privilegiadas, reduz o valor da sua força de trabalho individual criando uma grande massa supérflua, intensificando a concorrência entre os trabalhadores e reduzindo os salários (Marx, 2017, p.503).

Desta forma, a luta entre o trabalhador e a máquina está no investimento em maquinaria, inversamente relacionado com a força do movimento operário, é sobre luta de classes. Isso revela que a maquinaria possui função econômica à medida que aumenta a produtividade, mas também uma função política para subjugar o trabalho. Mediando com a contemporaneidade da indústria 4.0, Marx não presenciou o labor atravessado por um conjunto integrado de *hardwares*, *softwares* e inteligência artificial, mas demonstrava o que foi apresentado por uma entrevista concedida ao *Wall Street Journal*, disponível em português na Revista Exame (2023). Na entrevista o CEO da Uber, Dara Khosrowshahi, exemplifica este antagonismo inerente entre a maquinaria e o trabalhador, ao afirmar que: "As máquinas serão treinadas em dados equivalentes a uma vida de milhões de pessoas. Ninguém consegue ser tão bom assim. Robôs não se distraem".

Esta afirmação nos leva para caminhos logo a frente, que não serão explorados agora em relação ao colonialismo digital, mas a afirmação de que os motoristas serão substituídos por carros autônomos em 15 anos, não se trata apenas de uma questão de eficiência ou produtividade, essa previsão revela uma dinâmica da luta de classes na contemporaneidade e o emprego dado a tecnologia expressa de forma central na maquinaria sob a lógica produtiva capitalista que força uma amarga luta pela sobrevivência, impulsionado pela concorrência e pelo lucro individual, desemprego em massa (Marx, 2017, p.503).

No contexto atual a crítica de Marx à "destruição criativa" enfatiza a natureza caótica e anárquica desse processo sob o capitalismo, desafia diretamente a visão econômica liberal de que as forças de mercado realocam o trabalho de forma eficiente, uma vez que o resultado coletivo é a desorganização social e a miséria humana, demonstrando uma falha fundamental do sistema em gerir o progresso tecnológico para o bem comum.

Marx associa a capacidade de expansão rápida do sistema fabril e a sua dependência do mercado mundial diretamente a ciclos de "produção febril" seguidos por "saturação" e "contração", impulsionadas pelas contradições internas, como a busca por produzir mais versus a capacidade limitada de consumo devido à supressão salarial e ao desemprego. A capacidade tecnológica para a superprodução, possibilitada pela maquinaria, combinada com a busca capitalista pelo lucro, que limita o consumo dos trabalhadores através da supressão salarial e do desemprego, leva diretamente a crises cíclicas.

Esta é uma cadeia causal crítica que demonstra como o próprio sucesso da produção capitalista, em termos de capacidade produtiva, cria as condições para as suas próprias crises, evidenciando uma falha sistêmica fundamental. A indústria moderna, através da maquinaria, transforma constantemente a sua base técnica, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho.

Isto é de acordo com Marx (2017) a contradição entre a base técnica revolucionária da grande indústria e a sua forma capitalista leva à instabilidade, insegurança para os trabalhadores, sacrifícios humanos incessantes, desperdício imprudente de forças de trabalho e efeitos devastadores da anarquia social (Booth, 2014). Ao substituir o trabalho por maquinaria, o capitalismo mina a sua fonte de mais-valia, levando a uma tendência de queda da taxa de lucro, sem mencionar os efeitos ambientais e a outras crises ecológicas, destruindo tanto vidas humanas quanto o meio ambiente. Se tratando de maquinaria na contemporaneidade, podemos citar que o maquinário info-digital é composto por um conjunto de ferramentas, dispositivos, *softwares* e tecnologias digitais que processam, armazenam e

transmitem um fluxo intenso de informação — o principal ativo econômico do capitalismo contemporâneo (Dantas *et al.*, 2022).

Estas corporações globais, têm se mostrado como o principal motor por trás do robusto desempenho e apropriação do mercado, refletindo a compulsão tecnológica que está sendo implementada e engajada nos setores privados (refletidos em modelos aplicados ao sistema público), mas também as implicações econômicas e sociais da forma como essa riqueza se acumula de maneira privada.

Por exemplo, “você sabia que ninguém no planeta ganhou mais dinheiro do que Mark Zuckerberg nos últimos 12 meses?” (Rim, 2024). A seguinte pergunta, é uma afirmação publicada na Revista Forbes em 2024, nela, encontramos a representação dos rumos das forças produtivas no cenário de acumulação de capital na contemporaneidade. Por sua vez, Zuckerberg, personifica uma das principais corporações de tecnologia atualmente, e está entre as dez pessoas que nos últimos doze meses, somam juntas a quantia de US\$ 507 bilhões de dólares, equivalente a R\$ 2,5 trilhões de reais (Rim, 2024), capital acumulado por dez indivíduos, impulsionados pelo sistema financeiro de grupos.

Dentre essas dez figuras que se destacam, oito são ramo da tecnologia, oriundos dos Estados Unidos, sendo que seis destes super-ricos estão diretamente vinculados às chamadas “Magníficas Sete” — um termo que compreende as corporações mais influentes do setor: *Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Tesla e Meta* (Rim, 2024). Por meio deste dado, compreende-se o significado de hegemonia exercida pela classe dominante no cenário econômico, político-social global, cujas ações dispararam em meio à crescente adoção de maquinário informacional-digital (Antunes, 2020) dominam a capitalização de mercado, devido ao poder geopolítico que se traduz no arsenal geoeconômico da tecnologia.

Estes dados acabam ilustrando a crescente concentração absoluta de riqueza no que se refere ao setor tecnológico associado à dinâmica das ações, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros com o papel central na economia capitalista. Ressalta-se que a noção de forças produtivas refere-se ao conjunto de meios de produzir, de tecnologias, conhecimento e habilidades humanas que, em conjunto, conseguem gerar produtos e serviços na lógica capitalista de organização e exploração do trabalho.

Ou seja, a combinação da força de trabalho humana com as ferramentas, máquinas e matéria-prima que formam os meios de produção são utilizados para transformar a natureza, produzindo mercadorias que são bens e serviços. Este processo conduz forças que são

elaboradas e organizadas de modo a influenciar as relações sociais e econômicas, definindo o modo de produção de uma sociedade.

Pensando na tão falada lógica capitalista, esta é, a racionalidade que influencia o pensar e agir, devido a um conjunto de permissões fundamentais para alcançar os resultados esperados por meio das ferramentas, processos, procedimentos, embora possa soar como um refrão familiar exhaustivamente discutido, cuja relevância permanece inabalável não é uma receita de bolo. Mas se fosse... o princípio do bolo é que deve ser macio e gostoso, o objetivo é fazer um bolo e os mecanismos são os ingredientes, técnicas e ferramentas para atingir o interesse final. Na lógica capitalista, o bolo não é feito por amor à culinária ou para saciar a fome, mas sim para gerar lucro.

Nesta lógica produtiva o bolo é um produto, deve ser produzido com o menor custo possível, no menor tempo e vendido pelo maior preço que o mercado permitir para gerar o máximo de lucro, assim ao produzir o maior número possível de bolos, com qualidade suficiente para atrair clientes, a fim de superar a concorrência e expandir o negócio continuamente. Aqueles princípios atribuídos ao bolo inicialmente, ser “macio e gostoso”, se tornam meios para o fim do lucro, não o fim em si, são apenas uma medida para contribuir para o lucro e a competitividade.

Perceba que, na lógica capitalista, a finalidade do bolo muda. Não é mais sobre satisfazer uma necessidade da fome ou comer um bolo, mas uma possibilidade para a acumulação de capital. Desta forma são produzidas relações de produção que realizam esta lógica. Outro elemento que contribui para o funcionamento e perpetua a lógica do lucro privado sobre a produção que não se sustenta, está na divisão entre aqueles que possuem os meios de produção capitalistas e aqueles que não possuem e, portanto, coagidos pela necessidade de sobrevivência tem sua força de trabalho explorada, mediada pela relação de propriedade privada dos meios de produção.

Esta relação, cria e define a principal relação de produção do capitalismo do trabalho assalariado e mais-valia, gerada e apropriada pelo capitalista, concretizando o objetivo de lucro. Ao obter o controle dos meios de produção, determinar a forma que o trabalho deve ser organizado e expropriar excedentes, reinvestidos para ampliar o ciclo de produção, aprofunda as relações de dependência moldando a estrutura fundamental sobre a qual o capitalismo se ergue e se perpetua. Ou seja, os mecanismos utilizados, a técnica e a maquinaria são submetidos a esses interesses de produção, contaminados pela exploração e obtenção do lucro à medida que consome tempo de vida.

O objetivo deste capítulo não está em citar uma lista de emergência de novos artefatos tecnológicos no atual desenvolvimento produtivo de modo que, a maquinaria enquanto uma categoria analítica não recaia em anacronismo, a não ser que compare tecnologias de modo a classificá-las e determiná-las, uma vez que não é o estágio digital, ou o dispositivo, como por exemplo o celular que possui o aplicativo para o labor ou o computador com o *software* de gestão que explora o proletariado, estes são apenas os meios apropriados constantemente para satisfazer esta lógica produtiva cada vez mais voraz e destrutiva.

3.1.3. Quando as TICs encontram o capitalismo dependente

Até o momento houve um esforço em relacionar e expressar, por meio do cotidiano das notícias nos diferentes meios de comunicação, as manifestações da realidade, associadas às leis que padronizam e fundamentam o modo sistemático que opera a vida. Entre os objetivos que perpassam os princípios de satisfação do sistema, as nossas vidas enquanto classe trabalhadora são condicionadas a mera engrenagem, submetidas a contradição destes princípios dos interesses do capital e da própria produção do viver no sistema. A incessante busca pela valorização do valor, tornando-o em mais valor (DD'), não se trata simplesmente de “vender produtos” no sentido de oferecer um serviço que satisfaça uma necessidade humana ou garanta a reprodução da força de trabalho...

Na ordem capitalista, o valor produzido deve ser trocado por algo equivalente na relação de mercadoria por mercadoria. Quando a capacidade de trabalho é tratada como mercadoria, isso significa que a força de trabalho não corresponde ao trabalho em si, mas sim à capacidade de trabalhar – ou seja, à energia física e mental que o indivíduo pode empregar. Como qualquer outra mercadoria, esta capacidade de produzir bens e serviços envolve um valor de troca, sendo o preço pelo qual ela é vendida no mercado, ou seja, o salário.

O valor da força de trabalho é determinado, como o valor de qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e reproduzi-la. Isso significa o custo dos meios de subsistência que são os alimentos, moradia, vestuário etc. que o trabalhador precisa para se manter apto a trabalhar e para reproduzir sua força de trabalho, criar filhos que se tornarão futuros trabalhadores. Porém a particularidade compreendida por Marx está na capacidade desta mercadoria de produzir mais valor do que o seu próprio valor, seu valor de uso, a capacidade de produzir, é maior do que seu valor de troca, o salário pago por ela.

Nas leis gerais apontadas por Marx isso é expresso ao refletir no cotidiano de uma jornada comum na cultura do trabalho corporativo de 8 horas diária, pensando que durante esse período, o trabalhador continua produzindo valor, mas esse valor não é pago a ele. Esse valor adicional, produzido gratuitamente, é o que Marx (2013) chama de mais-valia a fonte do lucro do capitalista e a base da acumulação de capital. A categoria de exploração se manifesta nesta relação quando ocorre pelo aumento da jornada de trabalho sem um aumento proporcional do salário. Ou seja, quanto mais tempo o trabalhador trabalha além do tempo necessário para cobrir seu salário, maior a mais-valia extraída absoluta.

Isto é o objetivo é transformar dinheiro em mais dinheiro. O dinheiro (D) é investido para comprar mercadorias (M) meios de produção e força de trabalho. Essas mercadorias são combinadas no processo produtivo para criar novas mercadorias (M'), que são então vendidas por uma quantidade maior de dinheiro (D'). Se a mercadoria não puder ser vendida com lucro desejado para o detentor de capital, ela pode ser destruída, descartada, demitida, ou sua produção pode ser interrompida, mesmo que haja uma imensa necessidade social por ela. O sistema não está projetado para o uso ou a satisfação da necessidade, o tal “valor de uso”, mas para a valorização do capital, o “valor de troca” e, mais precisamente, o “mais-valor”.

O que a lei geral descreve é que o movimento expansivo da acumulação tende a aperfeiçoar a exploração, obviamente, em favor do capital e em detrimento dos trabalhadores. Assim, tendencialmente, o desenvolvimento do capitalismo permite com que o capital se aproprie de partes cada vez maiores da massa total de valor produzida pelos trabalhadores. Havendo um “conflito distributivo” na sociedade, os mecanismos cada vez mais eficazes de extração do mais-valor pauperizam os trabalhadores e enriquecem o capital.

Tendo em vista a contemporaneidade profundamente marcada pela lógica das forças produtivas capitalistas e o avanço das relações reificadas, a capacidade crítica de analisar os fenômenos históricos e condições sociais dos sujeitos são comprometidas e se entrelaçam com o domínio técnico-tecnológico na criação de novas subjetividades alienadas, transformações culturais e reconfigurações no modo de apropriação da produção.

Ou seja, o domínio técnico-tecnológico, ao estabelecer-se como uma esfera autônoma e autossuficiente, tende a mascarar as relações de poder e as contradições inerentes ao sistema capitalista, dificultando a percepção das estruturas de exploração e alienação pelo sujeito cada vez mais imerso em um universo de mercadorias e informações, vê-se distanciado de sua própria capacidade de agência e de compreensão do mundo que o cerca (Feenberg, 2002). Nesse contexto, as formas de apropriação da produção também se reconfiguram, com a

emergência de novas modalidades de trabalho, como o trabalho imaterial e o trabalho em plataformas digitais (Antunes, 2020).

Essas transformações, por sua vez, impactam diretamente a constituição da subjetividade do trabalhador e sua percepção das relações de produção, como as contradições e as estruturas de dominação que permeiam a sociedade contemporânea. Sob o domínio do capitalismo tardio — conceito que marca a intensificação das dinâmicas de mercado, globalização e dependência tecnológica, se apresenta como um fenômeno marcado, conforme argumenta Mandel (1982), pela interação entre estagnação e crescimento desigual, fetichismo da mercadoria, “globalização”, avanço tecnológico e transformações nas relações de classe. Ou seja, essa fase atribui a sociabilidade capitalista, características de uma crescente concentração e centralização do capital, com a ascensão de grandes conglomerados multinacionais que dominam setores produtivos com alta influência na esfera econômica. Essa concentração de poder econômico está intimamente relacionada a uma maior intervenção do Estado na economia, enquanto mediador da estabilidade e a acumulação de capital (Mandel, 1982)

Outro aspecto fundamental do capitalismo tardio-dependente é a financeirização da economia, com a ascensão do capital financeiro e a predominância das transações especulativas sobre a produção de bens e serviços (Chesnais, 1996). Essa dinâmica da inserção subordinada no comércio internacional até a dominação tecnológica e cultural, leva a uma dissociação entre a esfera financeira e a esfera real da economia, aumentando a instabilidade e a vulnerabilidade nos países de capitalismo periférico.

Isto é caracterizado na luta de classes em uma dinâmica de intensificação da exploração da força de trabalho, com a adoção de técnicas de gestão e organização da produção, tais como o fordismo e o toyotismo, que visam aumentar a produtividade e a flexibilidade do trabalho. Assim, as bases produtivas ao serem associadas à lógica da financeirização, resultam em uma concentração da renda e da riqueza intensa, aprofundando as expressões da questão social, como também, invade as esferas simbólicas, reconfigurando as formas como as pessoas pensam, sentem e agem (Harvey, 1989).

Os elementos acima, elucidam na crise contemporânea do capital, com um complexo conjunto de miséria no complexo social que afetam de maneira profunda a vida dos indivíduos e comunidades, impactando diversos aspectos, desde o acesso a recursos básicos até a realização plena de seus direitos. A questão social pode ser definida como o conjunto de expressões políticas, sociais e econômicas que surgem a partir da industrialização e da

urbanização, caracterizados pela desigualdade na distribuição de renda e de riqueza, pelas precárias condições de vida da classe trabalhadora e pela falta de acesso a bens e serviços essenciais (Iamamoto, 2008).

Esse fenômeno tem suas raízes no processo de desenvolvimento do capitalismo, que gerou profundas transformações sociais, como a separação entre os meios de produção e a força de trabalho, a exploração do trabalhador e a centralização e concentração de riqueza. Esses efeitos, se manifestam em altos índices de pobreza, desemprego, violência, problemas de saúde pública, baixa escolaridade, entre outros (Iamamoto, 2008).

A partir dessas instâncias particulares ao analisar acontecimentos concretos pode-se compreender, efetivamente, a relevância da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que surgiu na década de 1960, caminha para a apreensão da lei geral da acumulação capitalista e as suas especificidades dentro dos países dependentes. Assim, a partir das categorias da economia política da dependência, é preciso entender como o geral se particulariza e determina a natureza subjacente aos fenômenos singulares que ocorrem nos contextos dependentes (Almeida, 2022).

Nessa altura seria conveniente falar da estrutura do projeto que tem como base a violência estrutural e subjetiva de diferentes povos, o colonialismo que continha em seus objetivos a proletarização intrinsecamente ligado à gênese e à reprodução ininterrupta do capitalismo. Afinal, as bases deste processo histórico violento e os resultados das condições para fecundar o modo de produção capitalista, é forjado pela separação produtores diretos de seus meios de produção e subsistência e compelindo-os a se tornarem trabalhadores assalariados, por meio da expulsão violenta do campesinato de terras comunais através de cercamentos.

Sabe-se que o Estado por meio das “leis dos pobres” (1834), disciplinando a recém-criada força de trabalho assalariada e garantindo a dominação econômica de classe burguesa e a transformação em mercadorias para o mercado mundial, envolvendo o racismo e os métodos brutais de escravização, roubo e pilhagem (Castelo *et. al* 2016). Também outros mecanismos respaldados pelo Estado, como o sistema da dívida pública, a tributação regressiva e o protecionismo, também foram apontados como formas de usurpar o trabalho excedente e capitalizar os meios de produção, persistindo até o ciclo contemporâneo (Castelo *et. al* 2016).

Isso significa que os valores do capitalismo são continuamente reproduzidos em novas formas, perpetuando a criação e recriação das condições para a acumulação expandida por

meios violentos, incluindo o colonialismo e suas interações no estado vigente. Se a mundialização capitalista, a globalização, atua como uma forma de ocultação ideológica do imperialismo contínuo, então os fenômenos como as cadeias de suprimentos globais e o comércio internacional, devem ser interpretados como instrumentos de expansão imperialista (Oliveira, 2015), isto é, a exploração colonialista está no passado?

Um simples chocolate nos dá a resposta? Existem prêmios, várias competições, como a *International Chocolate Awards* e formas de consumir o chocolate, inúmeras marcas e sabores ao lidar com sua matéria-prima, o cacau, fruto nativo da Amazônia. Segundo Gattuso (2022) o consumo do fruto originário da América Latina, é marcado historicamente em civilizações como os Maias e Astecas que cultivavam e consumiam o cacau na forma de bebida em rituais e na vida cotidiana a mais de 5000 anos.

A incorporação e consumo na Europa levou à criação de vastas plantações de cacau e cana-de-açúcar nos territórios latino-americanos e caribenhos pelos invasores espanhóis, franceses, britânicos e holandeses (Gattuso, 2022). Conforme Filová e Hrdá (2018) 70% do cacau produzido no mundo vem de 4 países no oeste do continente africano. Este sistema de plantações foi construído sobre o comércio sanguíneo transatlântico por meio do sequestro de pessoas do continente africano, forçadas a trabalhar nas lavouras. No início do século XIX, com os movimentos de resistência contra a dominação colonial e a luta pela libertação de pessoas escravizadas nas Américas, fez com que os produtores europeus realocassem a violenta espoliação produtiva para a África Ocidental, uma região que estava sob intenso e brutal controle colonial europeu (Gattuso, 2022).

Entre os primeiros grandes fornecedores para a demanda imperialista figuraram o Brasil, Trinidad e Tobago (Gattuso, 2022). A reconfiguração geográfica da exploração, como observado na transição do cultivo de cacau das Américas para a África Ocidental, deu-se como resposta estratégica do capital imperialista às mudanças nas condições de exploração e a reinvenção das condições de exploração da lógica global de acumulação do capital.

O tráfico de pessoas da África para as Américas durou mais de três séculos. O Brasil foi um dos principais destinos, recebendo mais de 2 milhões de pessoas traficadas entre 1800 e 1850, totalizando mais de 4,8 milhões de pessoas ao longo de quatro séculos, segundo o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (Mori, 2020). Submeter estas vidas a essas condições era um negócio de alta lucratividade e o envolvimento britânico manifestou-se por meio de empréstimos, compra de títulos do Tesouro, como também

envolvia instituições e indivíduos que forneciam apoio financeiro, garantias para o tráfico de escravizados ou para fazendas que aprisionavam estas pessoas (Mori, 2020).

Na contemporaneidade, pensar no cacau como *commodity* expressa o conjunto do esforço intelectual em formulações teóricas no âmbito da economia política, investigadas de modo a compreender a dominação econômica do imperialismo. Um fruto, enquanto uma cadeia de valor global da produção de commodities, é marcado por relações de classe altamente assimétricas e uma concentração desproporcional de capital nas etapas de processamento, manufatura e varejo (Noble, 2017). Filová e Hrdá (2018) afirmam que os principais produtores são os países africanos, especialmente Costa do Marfim e Gana. Nos países da América Latina, destacam-se o Brasil, Equador, México, Peru e nos países da Oceania, este posto produtivo está na Indonésia e Papua-Nova Guiné. Por outro lado, os principais consumidores de cacau são os países europeus, especialmente Holanda, Alemanha e Bélgica.

De acordo com Noble (2017) nove empresas controlam o processamento e a manufatura de chocolate, mundialmente a distribuição do valor ao longo da cadeia, como esperado, é profundamente desigual como aponta Prazeres *et al.* (2021, p. 41-42), nos seguintes termos:

As atividades de produção nos países de origem do cacau recebem uma parcela mínima do valor total, correspondendo a apenas 6,6%. Em contraste, o transporte e marketing ficam com 6,3%, o processamento com 7,6%, a manufatura com 35,2% e o varejo com 44,2%. [...] A participação dos pequenos agricultores no preço final de uma barra de chocolate varia de 7% a 11%, enquanto os produtores de chocolate e varejistas capturam 70% do valor total e 90% do lucro gerado na cadeia de valor.

Essa disparidade é uma manifestação direta e quantificável do que Marini (2018) trata como intercâmbio desigual, onde o valor é sistematicamente drenado da periferia para o centro capitalista. Marini (2018) definiu essa inserção compulsória na divisão internacional do trabalho do processo concentrador e vulnerável, como a dependência forjada nesta relação de subordinação entre nações formalmente independentes.

De acordo com o relatório da Oxfam Internacional (2023) “*Towards a Living Income for Cocoa Farmers in Ghana*” as grandes corporações de chocolate *Hershey, Lindt, Mondelēz e Nestlé*, obtiveram juntas US\$ 15 bilhões em lucros somente com suas divisões de confeitaria desde o início da pandemia, um aumento médio de 16% desde 2020. Das quatro corporações, apenas uma não aumentou significativamente seus lucros em comparação com 2020.

Em contrapartida, muitos agricultores de cacau na África Ocidental ganham menos de US\$1 por dia, espelho da transferência de mais-valia através da cadeia de valor (Oxfam, 2023). Isso demonstra que o consumo de chocolate no Norte Global está intrinsecamente ligado à exploração no Sul Global, historicamente, por meio de mecanismos de mercado contemporâneos que perpetuam a transferência de valor (Marini, 2018).

Inclusive, de acordo com as pesquisas do relatório da Oxfam Internacional e do Departamento do Trabalho dos EUA, Escritório de Trabalho Infantil, Trabalho Forçado e Tráfico de Pessoas (2024), estima-se que 1,56 milhão de crianças estejam envolvidas em trabalho infantil perigoso em fazendas de cacau, frequentemente associada ao tráfico de crianças para trabalhar em condições análogas à escravidão, em Gana e Costa do Marfim, países que, juntos, respondem por mais de 60% da produção mundial de cacau.

Os baixos preços do cacau no mercado internacional tornam o uso do trabalho infantil uma moeda de troca para compensar a perda de lucratividade e a transferência de valor para os centros capitalistas, as margens de lucro das grandes corporações que dominam as etapas de manufatura e varejo em detrimento a sobrevivência e geração das famílias ameaçadas pela pobreza imposta a base da cadeia de produção, intrinsecamente ligada à macro-estrutura da acumulação de capital (Oxfam, 2023).

Como demonstrado anteriormente, Filová e Hrdá (2018), os principais mercados consumidores de produtos de chocolate estão concentrados na União Europeia e nos Estados Unidos, com países europeus como Suíça, Irlanda, Áustria, Alemanha e Reino Unido apresentando o maior consumo per capita. A concentração das maiores empresas de chocolate e, conseqüentemente, dos maiores lucros no Norte Global, e o fato de que os principais países consumidores também estão no Norte Global, enquanto a produção de cacau se concentra predominantemente no Sul Global, é uma expressão de séculos de políticas coloniais e imperialistas que moldaram a especialização produtiva e a distribuição de riqueza em escala global (Marini, 2018).

O cacau como parte de uma cadeia da superexploração do trabalho com base em *commodities* globais, revela a natureza sistêmica dos padrões de exploração e dependência a função atribuída ao país, tais como por exemplo, análises de exploração de minerais, café, açúcar, óleo de palma, banana, soja, desta forma “a divisão internacional do trabalho que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (Marini, 2018, p.171). O fator que as assemelha, é permeado pela análise da TMD de que o "desenvolvimento" do norte

global está intrinsecamente ligado ao "subdesenvolvimento" do sul global, através de uma relação dialética de dependência (Marini, 2018).

A inserção histórica da América Latina no mercado mundial a partir do século XVI, como fonte de metais preciosos e matérias-primas para a Europa em industrialização, estabeleceu esse papel periférico e dependente, ou seja, a independência política no século XIX, as economias latino-americanas foram estruturadas para servir às necessidades dos centros industriais, como a Inglaterra, trocando bens primários por produtos manufaturados e capital estrangeiro (Marini, 2018, p. 172).

Marini (2018, p. 182) trata nesta gama de “mecanismos que permitem realizar a transferência do valor” do intercâmbio desigual de mercadorias incluem a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes, como bens primários e produtos de baixo valor agregado, em relação aos bens industriais importados dos países centrais, resultando em uma “perda nos termos de troca” ou transferência de valor (Moraes e Almeida, 2021). Também ocorre a remessa de excedentes, como lucros, juros, amortizações, dividendos e royalties, dos países dependentes para os avançados devido à importação de capital estrangeiro (Moraes; Almeida, 2023).

De acordo com Moraes e Almeida (2021) ao analisar a superexploração do trabalho em Marini (2000) apontam a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, implica altas taxas de juros para o crédito aos países periféricos, os deixa vulneráveis aos ciclos de liquidez internacional. Além disso, a disparidade na produtividade e no poder de monopólio das economias centrais, que controlam bens de alto valor agregado, permite-lhes vender seus produtos a preços mais altos, forçando as nações periféricas a ceder parte do valor que produzem. Isto é:

[...] os países periféricos não conseguem ter uma circulação de capital autônoma em virtude do desligamento do aparelho produtivo e a esfera da circulação, reproduzindo um capitalismo dependente e contraditório. O capitalismo dos países periféricos, neste caso América Latina, obedeceu a outro processo de amadurecimento e de reprodução de capital em razão de suas modalidades de integração ao mercado mundial capitalista.

Os “mecanismos que permitem realizar a transferência do valor” (Marini, 2018, p. 182) do intercâmbio desigual de mercadorias incluem a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes, como bens primários e produtos de baixo valor agregado, em relação aos bens industriais importados dos países centrais, resultando em uma "perda nos termos de troca" ou transferência de valor (Marini, 2018, p. 183).

Com base na superexploração, utilizada para compensar a perda de mais-valia devido ao intercâmbio desigual, as economias dependentes, também ocorre a remessa de excedentes, como lucros, juros, amortizações, dividendos e royalties, dos países dependentes devido a limitações impostas ao crescimento interno do mercado à medida que importa capital estrangeiro, dificultando ciclos de investimento dinâmicos (Moraes; Almeida, 2021).

A industrialização na América Latina, segundo Marini (2018, p. 208), envolveu a transferência de estágios inferiores da produção industrial para os países dependentes, enquanto os estágios avançados e os monopólios tecnológicos permaneceram com os centros imperialistas, gerando uma contradição entre a produção em larga escala e um mercado interno limitado devido à superexploração.

Seja como for, quando as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumental tecnológico que lhes permita acelerar seu crescimento, elevando a produtividade do trabalho, é aquele também em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital que se direcionam para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida (Marini, 2018, p. 209).

Isto é, o progresso tecnológico sob ótica apresentada anteriormente da base de acumulação e a maquinaria, associado ao capitalismo dependente caracterizam-se como parte de uma dinâmica global de acumulação capitalista, localizando os países explorados internacionalmente na incapacidade de desenvolver um processo autônomo e dinâmico de inovação tecnológica, sendo essa “a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração do trabalho, mas não há forma geral do desenvolvimento tecnológico” (Marini, 2018, p.210)

Isso significa que as nações periféricas ficam permanentemente dependentes da importação de máquinas e processos, em vez de desenvolver os seus próprios, à medida que implica que a dependência tecnológica como um resultado direto e um perpetuador dessa relação imperialista integrada garantindo a realização da grande indústria (Marini, 2018).

Desta forma, a busca por progresso da técnica-tecnologia pelos países dependentes é um processo ligado aos fluxos de capital dos países centrais, Marini (2018) aponta que o acreditar que o progresso tecnológico está em prol da manutenção de empregos é equivocado, pois ignoram a dinâmica global do capital e confundem “os efeitos sociais do capitalismo com a própria natureza do avanço tecnológico”. À medida que a dependência tecnológica limita as vias para a acumulação de capital, tornando a superexploração o mecanismo compensatório necessário, embora brutal, perpetuando assim o subdesenvolvimento. Afirma o autor que:

É por isso que as recomendações que se têm feito para os países dependentes, onde se verifica uma grande disponibilidade de mão de obra, no sentido de que adotem tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com o objetivo de defender os níveis de emprego, representam um duplo engano: levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si. Além disso, essas recomendações ignoram as condições concretas em que se dá a introdução do progresso técnico nos países dependentes. Essa introdução depende, como assinalamos, menos das preferências que eles tenham e mais da dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial. Ela foi a que impulsionou a divisão internacional do trabalho a assumir uma configuração em cujo marco foram abertos novos rumos para a difusão do progresso técnico e deu-se a esta um ritmo mais acelerado (Marini, 2018, p.210).

Desta forma o progresso tecnocientífico se enquadra como uma ferramenta de penetração imperialista e homogeneização cultural, conforme o controle da tecnologia pelos países centrais significa que sua adoção na periferia, vem com normas, práticas e até padrões de consumo embutidos que refletem os interesses e valores culturais dos centros dominantes (Mejías e Couldry, 2019). Mejías e Couldry (2019) apontam isto como a “sociabilidade calculada” na atual fase desta dinâmica com o que chamam de colonialismo de dados e a imposição violenta de “modos de ser, pensar e sentir”(Mejías e Couldry, 2019).

Tratar da dependência tecnológica na contemporaneidade não se refere somente à exploração econômica, mas também a uma forma sutil de penetração cultural e social, onde as próprias “soluções” oferecidas pela “tecnologia” reforçam a colonialidade do poder e impedem o desenvolvimento de caminhos tecnológicos alternativos, enraizados, aprofundados na dependência material (Mejías e Couldry, 2019). Trata-se do colonialismo digital, compreendido como uma nova forma de exploração de capital na complexificação dos meios no ciclo de acumulação capitalista.

3.1.4. Sobre Razão, Racionalidade e a Técnica

A razão, para além da mera cognição humana, como uma capacidade intelectual que emerge nas múltiplas dimensões da atividade humana, na ética, arte e ciência, unidas pelo propósito de transcender a teleologia, objetivando o ser social por meio do trabalho. Pensando a razão como algo que orienta os atos de trabalho, de construir e criar, entrelaçando corpo, intelecto e sociedade, revela que somos moldados por essa relação, ao mesmo tempo em que a construímos, dando forma à sociabilidade. Ela nos permite superar instintos e mitos, questionando o mundo para transformá-lo de maneira consciente (Guerra, 2014).

Trata-se de compor as bases teóricas do fio que liga o debate entre as racionalidades e a técnica na discussão das TICs, para delinear os fundamentos de uma construção histórica e

ideológica que precisa ser desmistificada para melhor aproximação ao conhecimento da realidade objetiva (Guerra, 2014). Quando dizemos que a razão neoliberal como a norma de condução da percepção dos meios e fins (Dardot; Laval, 2016) trata-se de compreender o resultado da racionalização das esferas da vida social, como a aparência dos dispositivos tecnológicos define o que é tecnologia, como ela é instrumentalizada e inserida sob o discurso de “facilitador da vida moderna”, supostamente destinadas a liberar mais tempo para o labor — remunerado ou não.

Conforme destaca Guerra (2014), a racionalidade deve ser entendida como o modo concreto pelo qual a razão se organiza em determinado contexto histórico, cultural e econômico, sempre mediada pelas condições materiais da vida social. Isso significa que cada sociedade constrói formas específicas de pensar e agir, que podem se limitar à racionalidade formal-abstrata ou instrumental, desconsiderando possibilidades de abrir caminhos para novos projetos e sociabilidades de classe. Nesse sentido, a racionalidade é como a razão se expressa, e sua compreensão exige situá-la nas contradições sociais que estruturam a prática profissional e a vida coletiva (Guerra, 2014).

No contexto da sociedade do capital, a racionalidade se manifesta como reificação. Para Lukács, a filosofia kantiana é, simultânea e paradoxalmente, a expressão mais acabada da racionalidade moderna no âmbito do pensamento burguês (Musse, 2018). Lukács (1923) evidencia que a filosofia moderna estabelece a matemática como modelo privilegiado de conhecimento, promovendo a formalização do saber por meio de sistemas racionais capazes de traduzir qualquer fenômeno em cálculo exato, independentemente de sua materialidade (Musse, 2018). Essa centralidade do princípio matemático está na base das contradições kantianas, pois conduz a uma concepção contemplativa do conhecimento: o objeto é definido formalmente, e as leis da natureza são tomadas como ideais, transformando o ato de conhecer em mera apreensão metódica de estruturas formais, sem participação ativa do sujeito (Musse, 2018). A leitura de Lukács sobre Kant, especialmente na *Crítica da razão pura*, articula-se tanto com a crítica hegeliana ao formalismo kantiano quanto com a tese de Max Weber acerca da predominância da racionalização formal sobre a substantiva na modernidade (Musse, 2018).

Musse (2018) destaca que as limitações do racionalismo moderno encontram sua expressão máxima na noção kantiana de “coisa em si”. Esse conceito sintetiza tanto o problema da articulação dos sistemas parciais em uma totalidade quanto a questão do estatuto do conteúdo material das formas do entendimento. Embora reconheça essas duas dimensões,

Lukács (2003) as vincula a uma raiz comum: a dificuldade de constituir um sistema universal. Nesse sentido, a “coisa em si” revela simultaneamente a impossibilidade de apreender a totalidade a partir de sistemas fragmentados e a irracionalidade dos conteúdos singulares. Para ele, o racionalismo, ao exigir sistematicidade, expõe ao mesmo tempo a impossibilidade de satisfazer tal exigência. De acordo com Musse (2018) essas contradições, herdadas do racionalismo moderno, não foram resolvidas por Kant, mas levadas ao seu ápice, repercutidas também na ética kantiana.

Isto se expressa no âmbito da concepção instrumentalista da razão que orienta a tecnologia, identificam-se definições altamente técnico-burocráticas. A seguir vejamos um exemplo onde TICs são definidas nesta razão como:

[...] o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas [...] “em todas as possíveis aplicações de TICs, o principal objetivo é proporcionar o acesso à automação da informação e comunicação” (Rodrigues, 2016, p. 15-16).

Como vimos, essa é a abordagem da racionalidade instrumental, que isola a técnica das relações sociais que a engendram, não se restringe aos marcos da E-digital, torna-se sobre o uso, sobre a automação para otimização. Essa forma ideológica perpassa documentos institucionais, estratégias de governo e orientações para a intervenção técnica, consolidando um discurso tecno-burocrático que esvazia a tecnologia de sua historicidade e a transforma em fetiche – uma forma contemporânea do fetichismo da mercadoria aplicado ao universo digital.

Como observa Lins (2024), ao revisar os documentos da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-digital), nota-se uma operação discursiva recorrente: a exaltação das potencialidades do *big data*, da computação em nuvem e da inteligência artificial como se estas, por si mesmas, fossem as agentes centrais da “transformação” contemporânea. Nessa narrativa institucional, atribui-se à internet e às tecnologias digitais um protagonismo quase autônomo, sugerindo que as inovações técnicas seriam capazes de, sozinhas, reconfigurar a realidade social.

É precisamente essa perspectiva que encontra expressão cristalizada na definição de Rodrigues (2016), quando este reduz as Tecnologias da Informação e Comunicação ao “acesso à automação da informação e comunicação”. Tal definição, ao naturalizar a automação como um fim em si mesmo, alinha-se organicamente aos “princípios e métodos de gerência científica”, dos quais Guerra (2014, p. 182) demonstra que, sob tal lógica, “a questão

social passa a ser objeto de intervenção técnica para a qual algumas profissões devem se preparar”, como é o caso do Serviço Social. Nesse substrato da superfície tecno-burocrática, o uso de dispositivos digitais apresentados como fim em si mesmo situa o debate sobre as raízes históricas da técnica e sua relação com o “fetiche tecnológico” de matriz determinista no capitalismo.

Mota e Filho (2024) discutem essa categoria ao argumentar que, assim como a alienação capitalista na relação de produção da mercadoria oculta o trabalho humano que a produziu, também se produz a ilusão de que a tecnologia é mera aplicação da lógica e da ciência – algo “puro” e objetivo, que existiria fora do mundo das relações sociais. Essa disputa em torno do conceito de tecnologia é historicamente analisada por Mueller (2011), que percorre desde o irracionalismo fatalista de Heidegger, passando pelas limitações do pessimismo tecnológico de Marcuse e pela apologia da racionalidade formal-abstrata de Habermas, até a proposta de desvelamento dialético proporcionado por Vieira Pinto (2005). Conforme afirma Mueller (2011), pensar a “técnica ou racionalidade científico-tecnológica” implica reconhecer suas influências como forma histórica de organização da vida social, indissociável do desenvolvimento da ciência moderna e do capitalismo.

Tal racionalidade, permeia ilusões da técnica como ciência, eficiência, a lógica dos números compartilhadas como as verdades naturalmente válidas, anulando o debate político, ético e social que as atravessa e principalmente, apontam as limitações desta racionalidade (Mueller, 2011). Posicionando a relação intrínseca entre trabalho e tecnologia configura-se como um processo histórico complexo, no qual o labor humano emerge como substrato ontológico para o desenvolvimento e a consolidação das chamadas tecnologias por meio da técnica. Essa interconexão pressupõe que o trabalho constitua o fundamento essencial da substância das TICs.

Mota e Filho (2024) discutem essa categoria ao argumentar que, assim como a alienação capitalista na relação de produção da mercadoria oculta o trabalho humano que a produziu, também se produz a ilusão de que a tecnologia é mera aplicação da lógica e da ciência – algo “puro” e objetivo, que existiria fora do mundo das relações sociais. Essa disputa em torno do conceito de tecnologia é historicamente analisada por Mueller (2011), que percorre desde o irracionalismo fatalista de Heidegger, passando pelas limitações do pessimismo tecnológico de Marcuse e pela apologia da racionalidade formal-abstrata de Habermas, até a proposta de desvelamento dialético proporcionado por Vieira Pinto (2005). Conforme afirma Mueller (2011), pensar a “técnica ou racionalidade científico-tecnológica”

implica reconhecer suas influências como forma histórica de organização da vida social, indissociável do desenvolvimento da ciência moderna e do capitalismo.

Tal racionalidade, permeada pelas ilusões de que a técnica opera como ciência pura, eficiência neutra e verdade numérica autoevidente, anula o debate político, ético e social que a atravessa, ocultando suas próprias limitações. É nesse terreno que se inscreve a posição contraditória do Serviço Social. Como profissão constituída nas condições históricas e sociais do trabalho e na complexa reprodução das relações sociais sob o modo de produção capitalista, sua gênese e desenvolvimento estão enraizados no enfrentamento das expressões multifacetadas das contradições inerentes ao capital – mesmo que, em sua origem, a intervenção estivesse mediada por uma racionalidade técnico-burocrática alinhada aos princípios da gerência científica.

Amplamente reconhecido na teoria social crítica, esse movimento confere à profissão um papel crucial, mas também contraditório, na estrutura socioeconômica vigente: ao mesmo tempo em que capta a realidade social em sua totalidade e particularidade por meio de uma investigação rigorosa, informada pelo conhecimento teórico acumulado, o assistente social atua em espaços institucionais – estatais, não-governamentais ou empresariais – que exigem um constante jogo de forças, tensionando entre a manutenção e a transformação da ordem estabelecida. É a racionalidade que mede o projeto profissional, é a instrumentalidade que articula fundamentos teóricos, valores éticos e procedimentos teórico-metodológicos na intervenção, expressando um tipo de racionalidade que orienta a prática e representa o horizonte de intencionalidade da profissão.

Nos serviços governamentais, espaços sócio-ocupacionais privilegiados do assistente social, essa tensão se torna ainda mais explícita. Organizados segundo critérios de eficiência, eficácia e controle, tais espaços obedecem à racionalização própria do Estado burguês e dos monopólios (Guerra, 2014). Nas políticas sociais, isso se traduz na crença de que dispositivos digitais e sistemas informatizados remodelam a gestão, ocultando que sua inserção é regida pela lógica de racionalização orientada à reprodução do capital. Assim como o fetichismo da mercadoria oculta o trabalho humano, o determinismo tecnológico oculta as contradições que atravessam o uso das TICs – marcado pela busca de maior previsibilidade, racionalização de recursos e padronização de procedimentos. Ao serem mistificadas, as tecnologias passam a ser vistas como solução em si mesmas, desconsiderando que sua aplicação está condicionada pelas contradições da sociedade capitalista (Vieira Pinto, 2005).

3.1.5. Considerações sobre o Serviço social e a racionalidade gerencialista na administração pública

Essa racionalidade instrumental, que se expressa na gestão tecnocrática dos serviços públicos e na naturalização das TICs como soluções autossuficientes, não se suspende da dinâmica da realidade, ela é materializada por um Estado que, historicamente, atua como agente central na reprodução das relações capitalistas. Como demonstrado anteriormente, o Estado desempenhou um papel crucial no processo de acumulação primitiva, utilizando violência extra econômica – expropriação de terras, leis contra a vadiagem, monopólio da violência – para criar e disciplinar a força de trabalho assalariada e proteger a propriedade privada (Narciso, 2016). Na contemporaneidade, o Estado mantém-se como produto de contradições irreconciliáveis, cumprindo funções de gestor e defensor dos interesses da classe dominante, a burguesia capitalista (Marx e Engels, 2010).

Nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, o Estado atua sob a influência de uma burguesia que, embora autoritária internamente, é subordinada externamente aos centros hegemônicos do capitalismo. Essa burguesia dependente domina de forma parasitária o Estado, impedindo a construção de um projeto nacional autônomo que responda radicalmente às expressões da questão social (Moraes *et al.*, 2021). O papel do Estado evolui conforme os diferentes estágios do capitalismo – de facilitador da acumulação primitiva a apoiador do capitalismo competitivo e, depois, do capitalismo monopolista – adaptando-se à dinâmica global e ao imperialismo (Castelo *et al.*, 2016). Nesse percurso, a estrutura das instituições estatais brasileiras incorpora distintos modelos de administração e gestão pública, frequentemente sob uma roupagem tecnocrática que esvazia o debate político e naturaliza a razão gerencialista, neoliberal, como única via possível.

É precisamente nesse horizonte que se inscreve a relação entre Serviço Social e gestão. Pensar as formas de administração pública no capitalismo é, antes de mais nada, reconhecer que elas traduzem o projeto do Estado e seu doloroso impacto na vida cotidiana. No Brasil, a administração pública se constitui por uma simbiose de modelos de gestão – em que traços de diferentes períodos se sobrepõem e se influenciam mutuamente – incidindo diretamente sobre as condições de vida da população. A centralidade da violência colonial-imperialista na formação social brasileira e na constituição das classes sociais, conforme os objetivos produtivos exigidos pelo modo de produzir, é inescapável para a compreensão desse processo. Como sintetiza Fernandes ([1975] 2020, p. 53): “O estatuto

colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”.

Isto é, a condição de dominação e administração colonial, embora rejeitada do ponto de vista legal e político nos pós-independência, transcende o estatuto institucional de colônia: ela permeia as bases que estruturam a sociabilidade brasileira e constitui a memória coletiva sob o véu do “fetichismo da cor” (Ianni, 2004, p. 44). Dessa forma, a persistência do latifúndio e do passado escravagista indica que as relações de produção e as contradições de classe no Brasil são moldadas por uma inserção periférica e subalterna. O legado colonial, portanto, não é um mero “passado”, mas uma força ativa que continua a estruturar as relações sociais contemporâneas, coexistindo com as formas de apropriação e concentração do valor produzido.

Essa herança colonial manifesta-se também nos modelos de administração pública que marcaram a história do país. Conforme Campelo (2010, p. 298), “verifica-se a existência de pelo menos três modelos: administração pública patrimonialista, o clientelismo; a burocrática e gerencial, onde o estado é uma empresa e o cidadão que tem fome é o cliente”. O patrimonialismo – conceito weberiano aplicado ao modelo inicial da administração pública brasileira – não pode ser compreendido apenas como uma fase histórica superada, mas como uma matriz cultural e institucional persistente. No contexto brasileiro, isso se traduziu na confusão entre o “patrimônio do príncipe” e o “patrimônio do Estado”, gerando práticas de clientelismo, nepotismo e apropriação privada do bem público (Campelo, 2010), como extensão do poder pessoal das oligarquias agrárias.

A manutenção dessas estruturas de dominação não se dá sem violência. Pelo contrário, o racismo e as opressões de gênero constituem condições concretas e centrais para a produção e reprodução do capital, sendo também por ele produzidos por meio da divisão de classes, sexual e racial do trabalho. A expansão histórica das fronteiras do capital dependeu da objetificação e anulação de corpos (Ferreira, 2020). Em resposta a essa violência colonialista, inúmeros movimentos de luta e resistência pipocaram por todo o país: comunidades se organizavam para viver de forma autônoma, formando quilombos, redes de apoio e outras formas de associação que posteriormente integrariam a classe trabalhadora sob as amarras do assalariamento.

Vale ressaltar que, se o pauperismo emerge na realidade dos trabalhadores do capitalismo central com a industrialização e a formação de um proletariado urbano, no Brasil

a condição de miséria e pobreza extrema é importada pela violência (Behring e Boschetti, 2011). Ferreira (2020, p. 255) aponta que, no início do século XX, o Brasil era um caldeirão de tensões políticas, sociais e econômicas, alimentado pelo racismo científico e pela eugenia que dominavam o “substrato material” (Fernandes, [1975] 2020, p. 44). Ao mesmo tempo, o país incentivava, com subvenção privada e estatal, a vinda de trabalhadores europeus para ocupar as frentes de trabalho, baseado no mito do progresso e da democracia racial.

Esse quadro inscreve-se em uma reconfiguração mais ampla do colonialismo diante do capitalismo industrial. A transição global do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, ocorrida a partir do século XVIII e intensificada no século XIX, provocou uma profunda reconfiguração do cenário econômico mundial (Behring e Boschetti, 2011). Nesse novo contexto, o colonialismo tradicional – baseado na exploração direta de recursos e no mercantilismo – tornou-se insustentável em seus moldes anteriores, não pela barbárie, mas pela própria expansão do capitalismo. Em contraste, as inovações técnico-científicas impulsionaram um aumento sem precedentes na capacidade produtiva, exigindo a remoção de barreiras ao livre comércio e ao acesso irrestrito aos mercados globais. Dessa forma, as potências industriais buscavam garantir o fornecimento de matérias-primas e ampliar o consumo de seus produtos manufaturados, tornando o modelo colonial predatório e exclusivo menos eficiente do que a expansão de mercados abertos e a consolidação de novas formas de dominação econômica – o que resultou na formação tardia e dependente do capitalismo no Brasil.

Os efeitos desse processo manifestaram-se na estrutura fundiária concentrada, na ausência de uma reforma agrária significativa e na urbanização acelerada e desordenada, sem o devido planejamento e investimento em infraestrutura social, contribuindo para a formação de grandes massas de trabalhadores sem acesso a direitos e em condições precárias de vida (Behring e Boschetti, 2011). Isto é, o lugar ocupado pela dependência econômica – característica central das economias periféricas – operava de forma análoga a um sistema de agiotagem no que tange à produção de commodities para a Europa. Para atender à demanda europeia, o Brasil e outros países da América Latina viam-se compelidos a importar capital e tecnologia, o que aprofundava sua subordinação.

As consequências dessa dependência histórica podem ser desnudadas em dados recentes. Conforme levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre a indústria brasileira em 2023, apenas 2% das empresas pesquisadas possuem máquinas com até 2,5 anos de uso, enquanto a maior parte (28%) utiliza equipamentos com idade entre 10 e

15 anos – no caso dos biocombustíveis, a idade média chega a 20 anos. A CNI (2023) ressalta que, mesmo equipamentos dentro de seu ciclo de vida útil ideal, podem não ser tecnologicamente atuais diante dos rápidos avanços da Indústria 4.0, impactando diretamente “a produtividade, aumentando os custos de manutenção e elevando o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa”. Essa dinâmica resulta em uma fragilidade intrínseca do parque industrial local, que não consegue se desenvolver de forma autônoma e competitiva em relação às potências industrializadas (Behring e Boschetti, 2011).

Retomando a análise de Ferreira (2020), embora os imigrantes europeus também enfrentassem condições de trabalho precárias e a miséria da fome que assolava o Brasil, eles eram vistos como a esperança da nação. Torna-se crucial entender que essas condições precárias de vida e moradia nos centros urbanos eram resultado direto das prioridades na agenda governamental, baseada em projetos políticos de violência do “embranquecimento nacional”, que usava o trabalho como um meio para racializar a sociedade (Ferreira, 2020). Os sujeitos e descendentes espoliados que sobreviveram à brutalidade sistêmica do modo de produção escravista foram largamente deixados à própria sorte, enfrentando a marginalização no mercado de trabalho formal, a discriminação pela cor e a constante luta pela humanidade.

É nessa ausência de políticas de proteção que, como aponta Ferreira (2020), os trabalhadores negros se organizaram. As práticas e tradições culturais afrodiaspóricas de proteção e solidariedade social – sociedades de resistência, sindicatos e outras formas de sobrevivência política – surgem como uma resposta à ausência do Estado. O patronato, por sua vez, logo acionou o Estado para “incorporar esse método como estratégia de desmobilização de pautas mais abrangentes dos trabalhadores assalariados, a exemplo do que ocorreu entre portuários negros do Rio de Janeiro” (Ferreira, 2020, p. 256). Ferreira (2020) aponta ainda que, sob os olhos do Estado, a apropriação das práticas históricas desses trabalhadores por meio da Lei Eloy Chaves converteu a proteção social em um mecanismo de supervisão e restrição da subjetividade desses trabalhadores, conforme a própria autora:

Podemos dizer que em países latino-americanos, como o Brasil, a política social surgiu como um dos métodos de regeneração dos degenerados³³⁵! Como parte de uma proposta de aperfeiçoamento gradativo da nação, encampada pelas elites. Existia uma preocupação com a criação de uma unidade nacional. Unidade racial dos trabalhadores do Brasil! (Ferreira, 2020, p.256).

Essa racionalidade instrumental, que perpassa os diferentes modelos de administração pública – do patrimonialismo à burocracia weberiana, até a atual hegemonia gerencialista – não se apresenta como mera técnica neutra. Pelo contrário, ela carrega em si uma determinada

concepção de mundo e de sujeito: o indivíduo reduzido a suas funções, o trabalho esvaziado de sentido, a política convertida em gestão de recursos, e a questão social transformada em problema técnico a ser solucionado por dispositivos digitais, algoritmos e métricas de eficiência.

A emergência do modelo burocrático na administração pública brasileira, a partir da década de 1930, representou uma tentativa de racionalização e profissionalização do aparelho estatal, inspirada nas ideias weberianas de dominação racional-legal e na administração científica de Taylor (Filho e Gurgel, 2016). Foi nesse cenário econômico, político e social que se tornou necessária a institucionalização de profissões como o Serviço Social no Brasil. Contudo, a implementação da burocracia se deu em uma realidade profundamente permeada pelo patrimonialismo, o que resultou em uma burocracia muitas vezes formalista em excesso, autorreferente e pouco voltada para as necessidades reais dos sujeitos.

Behring e Boschetti (2011) apontam que a formação do Estado brasileiro se traduz na ambiguidade entre o liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes no país. As autoras destacam a heteronomia como marca estrutural do capitalismo brasileiro e enfatizam que o movimento operário no Brasil nasceu fadado a articular-se estrutural e dinamicamente ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo imposto pela sociedade existente – como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo.

A partir da Constituição de 1988, o Estado brasileiro passou a ter em perspectiva a proteção social para a implementação dos direitos sociais (Behring e Boschetti, 2011). O processo para compreender a construção do enfrentamento público universal dos direitos sociais, assegurados pelo Estado em sua forma de defesa reacionária, caracteriza um modelo isolado, que desenvolve tardiamente sua proteção social, dada sua construção social, contexto histórico e a própria construção dos direitos sociais da pessoa humana por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal, os direitos sociais conformam avanços importantes na luta pela política social brasileira e sua configuração, mesmo que tardia, essencial para a reprodução da vida neste sistema de valor material que coloca o dinheiro acima da vida.

A partir dos anos 1990, o modelo gerencial emerge como uma resposta às críticas à rigidez da burocracia. Influenciado pela Nova Gestão Pública (NGP), este modelo preconiza a orientação para resultados, a eficiência, a efetividade e a satisfação do cidadão como foco principal da gestão pública (Campelo, 2010). No Brasil, a reforma gerencial encontrou um

terreno fértil nas críticas à burocracia e na busca por soldar o discurso do “Estado eficiente” para o capital. Sua implementação, contudo, também se deu em um contexto de persistência patrimonialista e de uma burocracia previamente estabelecida, alterando a racionalidade enquanto aspecto reflexivo reificado pela lógica do capital individualizada. Campelo (2010) afirma que esta reforma resultou em uma simbiose dos chamados modelos de administração pública, onde as práticas gerenciais muitas vezes se sobrepõem, mas não eliminam, as lógicas burocráticas instrumentalizadas pela lógica patrimonialista. Sob a perspectiva gerencialista, a flexibilização de normas e a autonomia concedida às organizações sociais e ao terceiro setor – embora o discurso seja de que impulsionaram a eficiência – abrem margem para a influência de interesses privados e a perpetuação de práticas clientelistas, caso os mecanismos de controle e transparência não sejam robustos. Nesta perspectiva, o Estado torna-se um mero instrumento dinâmico, reconfigurando instituições e práticas para servir aos interesses de classe em novos contextos históricos (Narciso, 2016).

Percebe-se que essa abordagem classificatória dos “modelos de administração pública” reduz o Estado a mera técnica administrativa. Conforme Pessoa (2023), esta concepção se deu na medida em que, para conter suas próprias contradições e manter a hegemonia reacionária, o desenvolvimento capitalista exige um mecanismo ideológico central com funções cada vez mais intervencionistas e um aparato administrativo e burocrático em constante expansão. Segundo o autor, isso contribui para uma periodização fetichizada que mascara a continuidade da subordinação estatal ao capital, apresentando a racionalidade instrumental como mutações administrativas do “progresso técnico” – adaptações à acumulação. Trata-se dos resultados do processo de reestruturação do capital sob o neoliberalismo: o Estado continua responsável por manter a coesão social e utiliza ativamente a violência para defender os interesses das classes dominantes e facilitar a acumulação, inclusive por meio da acumulação por despossessão ou espoliação (Castelo *et al.*, 2016).

Paralelamente a esse aparato coercitivo, desenvolveu-se uma máquina administrativa de crescente sofisticação, caracterizada pela descentralização funcional, especialização técnica e fragmentação organizacional (Pessoa, 2023). O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, necessita de um rigoroso embasamento teórico-metodológico para a apreensão da realidade social e a intervenção qualificada nas expressões da questão social. Ao atuar na linha de frente das políticas públicas de assistência social, enfrenta os desafios complexos da realidade social em contexto destas constantes transformações administrativas e instrumentais (Raichelis, 2010). Essas transformações

buscam redefinir o papel do Estado, inserindo-se em uma dinâmica contraditória inerente à natureza do Estado para reprodução da ordem burguesa, especialmente no contexto do capitalismo dependente e financeirizado do Brasil (Raichelis, 2010).

Diante desse quadro, impõe-se a necessidade de recuperar uma perspectiva que não se esgote na crítica da racionalidade instrumental, mas que aponte para um horizonte alternativo: a racionalidade ontológica. Se a racionalidade instrumental – tal como analisada por Mueller (2011), Mota e Filho (2024) e Barroco (2009) – isola a técnica das relações sociais que a engendram, fetichiza a tecnologia e reduz o sujeito a sua função operacional, a racionalidade ontológica parte do princípio de que o trabalho, a técnica e a própria ação humana são indissociáveis do ser social que as produz. Em Marx, essa dimensão ontológica remete ao *Gattungswesen* (“ser genérico”): a capacidade humana de produzir livre e conscientemente, em contraste com a alienação imposta pelo capital.

Nesse sentido, pensar a administração pública, as políticas sociais e o trabalho profissional sob o signo da racionalidade ontológica implica recolocar o humano como medida, não como recurso. Implica compreender que a técnica, os dispositivos digitais e os modelos de gestão não são fins em si mesmos, mas meios que devem estar subordinados à reprodução ampliada da vida – e não do valor. Para o Serviço Social, isso significa um duplo movimento: por um lado, desmascarar o discurso tecno-burocrático que esvazia a profissão e a reduz à gerência de programas; por outro, afirmar o projeto ético-político que, ao recuperar a tradição crítica, situa o trabalho profissional no horizonte da emancipação humana, da defesa intransigente dos direitos e da construção de uma nova sociabilidade.

Assim, o que se apresentou ao longo deste capítulo foi a tentativa de apreender a estrutura de valores que recai sobre o Estado e a formação social brasileira, bem como os elementos que o Serviço Social mobiliza como leitura da realidade social – particularmente na proteção social básica, onde se trava a disputa contra a implementação da lógica empresarial de gestão sobre a organização da vida. Trata-se, em última instância, de compreender os movimentos contemporâneos dessa relação, para que a profissão possa, ancorada em sua dimensão ontológica, resistir à captura pela racionalidade instrumental e reafirmar seu compromisso com a transformação estrutural.

CAPÍTULO IV

COMO O SERVIÇO SOCIAL ESTÁ DISCUTINDO “TECNOLOGIA”?

A reflexão desenvolvida no capítulo III, centrada na relação entre tecnologia, trabalho e dependência, forneceu a base teórica necessária para compreender a dinâmica estrutural das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas relações de trabalho contemporâneas. Ao evidenciar como a incorporação da racionalidade neoliberal que rege a técnica, e como se articula com processos de precarização laboral, com formas de dependência econômica e política, o Capítulo III delineou o pano de fundo crítico que sustenta a análise a seguir. Neste Capítulo IV, deslocamos o olhar para os dados específicos das pesquisas em políticas sociais, buscando identificar como o Serviço Social vem problematizando as TICs em seus periódicos e produções acadêmicas. Trata-se de compreender os sentidos atribuídos à “tecnologia” no debate profissional, revelando tensões entre a racionalidade técnica e os compromissos ético-políticos da profissão.

Essa análise ganha densidade quando articulada ao contexto da realidade imposta pela financeirização, a reestruturação produtiva e a emergência do capitalismo de plataforma consolidaram a informação como ativo central no modo de produção contemporâneo (Magro; Faquin, 2023; Pereira; Pereira, 2021; Faria, 2024; Silva, 2024; Figueiredo et al., 2024; Caetano et al., 2021). Uma vez que grandes corporações do setor digital detêm poder estratégico, enquanto países de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil, assumem o papel de consumidores e testadores de aplicações digitais, perpetuando o que autores denominam colonialismo digital. A pandemia acelerou a digitalização das políticas sociais, com programas como o Auxílio Emergencial sendo centralizados em aplicativos que, embora tenham alcançado milhões de pessoas, excluíram cerca de 3 mil famílias devido a barreiras tecnológicas (Carnelossi, 2022; Cetic.br, 2020).

No Brasil, em 2019, 41,3% dos trabalhadores encontravam-se na informalidade, e mais de 5 milhões vivenciavam o fenômeno da uberização (Andrade et al., 2023). O desemprego atingiu 13,8% em 2020, e as desigualdades de gênero e raça permaneceram acentuadas: mulheres e trabalhadores negros recebiam salários respectivamente 40% e 50% inferiores aos de homens brancos (Raichelis; Arregui, 2021). A concentração de riqueza alcançou níveis extremos, com seis pessoas detendo patrimônio equivalente ao de 100 milhões de brasileiros (Oxfam Brasil, 2017). Os assistentes sociais, predominantemente mulheres (92,9%), sendo 50,3% autodeclaradas pardas ou negras, enfrentam vínculos

precários, jornadas exaustivas, sobrecarga, baixos salários e múltiplas funções (Andrade et al., 2023; Cfess, 2022; Faleiros et al., 2019). O adoecimento mental, manifestado em ansiedade, burnout e doenças psicossomáticas, agravou-se no contexto pandêmico, evidenciando a relação direta entre precarização do trabalho e sofrimento psíquico entre os profissionais da assistência social.

Observou-se que a pandemia acelerou a racionalização instrumental no setor público por meio da governança algorítmica, tendência analisada por autores como Lins (2024), Carnelossi (2022), Chaves e Camargo (2022) e Rizzotti e Nalesso (2022). De acordo com Lins (2024), com base na pesquisa Cetic.br (2020), 133,8 milhões de brasileiros utilizaram a internet em 2019, majoritariamente via celular. Contudo, o acesso a serviços públicos digitais permanecia limitado: apenas 36% utilizavam a rede para acessar direitos trabalhistas e previdenciários, e 28% para emissão de documentos pessoais (Cavalcante; Prédés, 2022).

A automatização de processos como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a partir da Lei nº 14.176/2021, introduziu critérios de “miserabilidade” mediados por modelos matemáticos, operando com baixa transparência quanto aos dados e algoritmos utilizados. A lógica algorítmica, analisada como “destruição em massa” (Slee, 2017), penaliza os mais vulneráveis ao aplicar avaliações que desconsideram contextos subjetivos e sociais, retirando o protagonismo dos profissionais e aprofundando a exclusão social. Autores e autoras analisados convergem que a incorporação das TICs ao trabalho na assistência social tem servido como ferramenta de intensificação, padronização e controle, conforme evidenciado por diversos estudos (Lauri, 2019; Lopes; Bento, 2024; Skillmark; Oscarsson, 2020).

As desigualdades regionais no acesso à internet reforçam esse quadro. Conforme Figueiredo *et al.* (2024), nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a proporção de pessoas sem acesso à internet é significativamente maior, em consonância com os índices de pobreza. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) do IBGE, em 2021, as taxas de pobreza eram de 47,4% no Nordeste, 36,9% no Norte e 17,6% no Centro-Oeste, enquanto nas regiões Sudeste e Sul eram de 19,8% e 14,9%, respectivamente. Em 2022, na amostra de 23.292 entrevistados, 6.405 pessoas não tinham acesso à internet, o que equivale a 27,57% do total, com as maiores porcentagens permanecendo no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Este dado também expressa um fenômeno em desenvolvimento na contemporaneidade, que possui raízes históricas na formação do capital industrial, no qual os países localizados à periferia da concentração de capital vivenciam a continuidade do

colonialismo via grandes corporações tecnológicas, as *Big Techs*, que buscam digitalizar todas as dimensões da vida social globalmente para apropriação (Tello, 2023). Essas grandes corporações estão localizadas em estados historicamente imperialistas, e seu crescimento baseia-se na sobreposição de todas as dimensões da vida humana por meio da expansão de novos territórios digitais, cuja exploração lucrativa reconfigura a lógica de extração da acumulação.

O colonialismo digital intensifica o regime capitalista de acumulação e exploração, liderado pelas Big Techs, e consolida-se como uma nova variante da acumulação por despossessão do capital de dados massivos. Os dados pessoais são tratados como um “recurso natural” à disposição para ser apropriado (Mejías; Couldry, 2019). O “fluxo da vida cotidiana” é reconfigurado e apresentado de forma que permite sua captura como dados. Esse processo, denominado “colonialismo de dados”, converte a vida diária em um fluxo de dados digitais, resultando em uma nova ordem social baseada na vigilância contínua e criando oportunidades para discriminação social e influência comportamental. Grandes volumes de dados pessoais são transferidos por canais obscuros para corporações que os utilizam para gerar lucro, sendo esse “excedente comportamental” usado como insumo para sistemas avançados de IA e comercializado lucrativamente (Lins, 2024).

Pesquisa de Lopes e Bento (2024) no Rio Grande do Norte revelou que 93,3% dos assistentes sociais utilizam TICs como *WhatsApp* e *Google Meet*, predominantemente para cursos, formações e capacitações; 86,7% para reuniões de equipe e com órgãos da rede intersetorial; 70% para atendimento ou contato com usuários; 56,7% para participação em audiências; e percentuais menores para divulgação de serviços e planejamento de ações. Constatou-se que 63,3% relataram impactos na saúde mental decorrentes do uso prolongado de tecnologias — ansiedade, insônia e dores físicas, sendo que 10% dedicavam mais de 10 horas diárias a atividades profissionais mediadas por recursos digitais.

A análise das supracitadas autoras indica que a instrumentalidade no Serviço Social vem sendo modificada à medida que a tecnologia molda o exercício profissional dos assistentes sociais, e não o contrário. O conjunto de instrumentos e técnicas de trabalho articulado nas políticas sociais passa pela dinâmica da racionalização do atendimento. Deste modo, a digitalização, que já era um processo vivenciado na gestão pública dadas as características do gerencialismo público (Lins, 2024), sofreu intensificação do uso das TICs. Essa intensificação transferiu custos como equipamentos, internet e mobiliário ao trabalhador, aumentou a pressão por produtividade e aboliu fronteiras entre trabalho e vida pessoal,

reduzindo a autonomia profissional — características também observadas em países centrais (Skillmark; Oscarsson, 2020; Lopes; Bento, 2024).

A gestão algorítmica das políticas sociais automatiza decisões sobre acesso a benefícios (Chaves; Camargo, 2022). Cavalcante e Prêdes (2022), Lopes e Bento (2024), Lins (2024), Silva (2024) e Figueiredo et al. (2024) apontam dificuldades dos usuários no acesso a serviços socioassistenciais. Com base nos dados da Cetic.br, no ano de 2020, somente 36% dos usuários de internet acessaram direitos trabalhistas ou previdenciários, e 28% acessaram documentos via plataformas digitais. Nas “classes D e E”¹⁵, 28% não conseguiram utilizar aplicativos para solicitar auxílio emergencial. Ademais, o uso de algoritmos desconhecidos reforça o que Pereira e Pereira (2021) denominam “austericídio algorítmico”, afastando a mediação humana e marginalizando populações vulneráveis (Carnelossi, 2022).

A difusão de ferramentas e formulários padronizados, sob justificativa de eficiência e segurança jurídica, impõe desafios à instrumentalidade e à autonomia crítica do assistente social. Experiências internacionais, como o sistema BBIC sueco (Barns Behov I Centrum – Necessidades da Criança no Centro), evidenciam que a rigidez dos sistemas, decisões exógenas e falta de fóruns consultivos levam profissionais a estratégias de desvio ou adaptação pragmática para garantir atenção qualificada, mesmo sob risco de responsabilização (Skillmark; Oscarsson, 2020).

É possível reconhecer, no conjunto de dados e resultados dos 22 artigos selecionados, a condução para um referencial teórico específico sobre o capital-informação, a maquinaria e a instrumentalidade no Serviço Social, mesmo que não citados diretamente. Como demonstrado no capítulo III, a partir da década de 1990, o Brasil implementou vários mecanismos sob uma lógica neoliberal para dismantlar os serviços públicos e reduzir a responsabilidade do Estado na garantia e expansão dos direitos sociais. Esse processo culpou o Estado pela crise e justificou ajustes fiscais (Mandua; Azevedo, 2024).

Veloso e Sierra (2024) discutem, a partir desse contexto das reformas neoliberais brasileiras, a expansão da privatização e mercadorização dos serviços públicos, transformando políticas sociais em “nichos de rentabilidade” e usuários em consumidores. Lopes e Bento

¹⁵ A classificação em “classes D e E”, amplamente utilizada por institutos de pesquisa e pelo IBGE, organiza a população brasileira a partir de faixas de renda familiar, reduzindo as expressões da questão social a um dado estatístico e econômico. Essa nomenclatura, de caráter tecnocrático, cumpre a função de segmentar consumidores e orientar políticas públicas, mas acaba por esvaziar a dimensão política da questão social. Ao transformar trabalhadores precarizados em “classe D” ou “classe E”, desloca-se o debate da esfera das relações de exploração e poder para uma lógica de mobilidade social aparente, em que ascender de uma classe a outra seria apenas uma questão de renda.

(2024) demonstram isso ao investigar que o uso das TICs tende a intensificar controles, métricas e a transformação do usuário em cliente, com 93,3% dos profissionais usando TICs para comunicação institucional e 70% para contato individualizado com usuários, apontando para o risco de distanciamento institucional. No contexto da pandemia, o uso intensivo de plataformas, associado à precarização da infraestrutura de trabalho, reforçou a automação e a impessoalidade nas relações com a população.

Paralelamente, às medidas de austeridade fiscal no Brasil aprofundam o desfinanciamento das políticas sociais. Mandua e Azevedo (2024) analisam como as metas de superávit primário emergem como instrumento central dos ajustes fiscais, resultando na reorientação de recursos originalmente alocados às políticas sociais para o custeio do serviço da dívida pública. Essa prática tem contribuído para a intensificação da precariedade do setor público social. As autoras analisam a Desvinculação de Receitas da União (DRU), instituída com o propósito de redirecionar verbas do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal — notadamente para o pagamento da dívida pública. A DRU teve sua alíquota inicial de 20%, estabelecida em 2000, elevada para 30% em 2016, com projeção de vigência até 2032. Dessa forma, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95) em 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal da União, impôs um congelamento dos “gastos públicos” primários por um período de 20 anos, até 2036.

Ou seja, essa medida restritiva impacta diretamente as políticas sociais, com particular gravidade para a assistência social, pois a crise estrutural do capitalismo, coloca o fundo público como mecanismo de reprodução do capital, canalizando riqueza para o capital fictício via dívida pública (Salvador, 2010). Estudo do IPEA realizado em 2016 projetou que a política de assistência social sofrerá uma redução de 54% de seus recursos até 2036 em decorrência da EC/95, comprometendo a sustentabilidade de programas de transferência de renda a partir de 2026 (Mandua; Azevedo, 2024). As autoras demonstram um avanço do capital sobre o fundo público, reforçando a concentração de renda, com os pagamentos da dívida pública consumindo aproximadamente 40% do orçamento da União, impactando fortemente serviços de assistência social e atenção primária à saúde, com reduções significativas ao nível municipal.

Conforme Mandua e Azevedo (2024), o governo Bolsonaro, a partir de 2019, intensificou o desfinanciamento do SUAS e atrasou as transferências. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, exacerbou a situação, aumentando o desemprego e a miséria no Brasil e levando o país de volta ao Mapa da Fome da ONU, em um contexto em que a

assistência social perdia recursos. As autoras apontam que o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), introduzido em 2023, substituiu a EC/95, mas não aborda os problemas estruturais da disputa política pelo financiamento público das políticas sociais.

De acordo com Salvador (2012) essa discussão de orçamento representa um instrumento analítico para compreender os processos de constituição, administração e apropriação de recursos estatais no contexto do capitalismo contemporâneo em crise, o chamado fundo público enquanto espaço de disputa política. O fundo público é constituído por um conjunto de recursos financeiros mobilizados pelo Estado brasileiro, abrangendo receitas tributárias, como os impostos e contribuições sociais, e não tributárias, as patrimoniais e de transferências, doações e alíquotas de tributos, tal como previsto no art. 165 da Constituição Federal de 1988, que estrutura o orçamento público e as finanças estatais. Conforme o autor, configura-se como um instrumento analítico para investigar os processos de constituição, administração e apropriação desses recursos no capitalismo contemporâneo em crise (Salvador, 2012)

Ao afirmar que o fundo público atua como fonte essencial à reprodução do capital contemporâneo de múltiplas formas, de acordo com Salvador (2012, p.4): ao fornecer subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais e redução da base tributária da renda do capital, viabilizando o financiamento parcial ou integral dos meios de produção; ao reduzir os custos de aquisição da força de trabalho por meio dos salários indiretos; ao garantir vultosos recursos orçamentários para investimentos em transporte, infraestrutura, pesquisa e inovação, além de subsídios e renúncias fiscais às empresas; e, por fim, ao promover a transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, especialmente para as classes rentistas. Desse modo, o fundo público, compreendido como toda a capacidade estatal de mobilização de recursos via empresas públicas, políticas monetária e fiscal e, sobretudo, o orçamento público, revela-se elemento estrutural do capitalismo, articulando políticas sociais e a reprodução ampliada do capital.

Portanto, a análise de Mandua e Azevedo (2024) sobre a austeridade como um mecanismo de transferência de interesse de classe revela que as medidas de austeridade, seja a DRU, a EC/95 ou o NAF, ao priorizar o pagamento da dívida pública em detrimento do setor social, trata-se de uma “estratégia político-ideológica que visa dismantelar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” e transferir recursos da política pública social para o capital financeiro (Mandua; Azevedo, 2024, p. 14). O reflexo para os que requerem acesso aos

programas e benefícios da assistência social é a mudança de critérios, que passa pela estigmatização e pela violação da dignidade da pessoa pobre.

Exigências como a comprovação de pobreza e a focalização restringem a questão social ao domínio exclusivo da política social, deslocando o debate de uma perspectiva de direitos para uma de “gastos sociais”, priorizando argumentos financeiros. O desfinanciamento das políticas sociais também impacta as condições de trabalho dos assistentes sociais, levando à precarização, relações de trabalho frágeis, contratos temporários, intensificação do trabalho e menos concursos públicos. Tal cenário é agravado pela razão neoliberal, por meio da racionalidade gerencial do *new public management*, que transformam usuários em “cidadãos-consumidores”, externalizam serviços, burocratizam e individualizam decisões — inclusive em áreas que requerem vínculo, escuta e mediação (Faleiros et al., 2019; Veloso; Sierra, 2022; Lopes; Bento, 2024). Como afirma Macial (2009, p.1):

A implantação da hegemonia neoliberal no Brasil, ao longo dos anos 90, exigiu não só a ascensão ao governo de uma orientação política afinada com os princípios doutrinários do livre-mercado e do antiestatismo, princípios ligados aos interesses do grande capital estrangeiro e nacional, particularmente o de caráter financeiro, mas a realização de uma série de reformas institucionais, muitas delas de caráter constitucional, que redefiniram a ossatura do aparelho de Estado, reforçando seu caráter autocrático-burguês.

Neste cenário de estratégias políticas de concessão de direitos sociais como forma de subordinação, a cooptação emerge como um pilar central da transição para uma autocracia burguesa velada, na qual reformas estruturais dos anos 1990 — como privatizações, agências reguladoras e a Lei de Responsabilidade Fiscal — incorporam aparências democráticas para desmobilizar as classes subalternas, neutralizando seu ascenso político expresso na Constituição de 1988 sem conceder transformações materiais substantivas (Macial, 2009). De acordo com Macial (2009) essa cooptação é como uma “hegemonia às avessas”, onde mecanismos oligárquicos e fascistas herdados da ditadura militar são atualizados na ordem democrática, passivando o movimento operário ao limitar sua inserção institucional a instâncias inoperantes, perpetuando assim uma dominação que prescinde de populismo ou coronelismo para se estabilizar na blindagem econômica do capital.

Desta forma configura-se, no Brasil, uma forma de hegemonia burguesa marcada pela regressividade, em que o consenso político não decorre da concessão de direitos ou benefícios materiais, mas da desmobilização social e da produção de passividade e descrença coletiva (Macial, 2009). Porém, historicamente na América Latina, o Estado passou por um processo estrutural de reorientação dos modelos a serviço da lógica da modernização conservadora, em

direção à liberalização econômica e à reforma do Estado (Lins, 2024). Isso foi impulsionado por restrições na intervenção estatal e da estrutura produtiva oligopolizada, alta dívida, desemprego, estagnação econômica e inflação crônica, o colapso da ordem bipolar, a redefinição do poder econômico mundial e a pobreza extrema aos que detêm somente a força de trabalho (Magro; Faquin, 2023).

No cenário interno, isso se expressou na perda de autonomia para os estados nacionais na política econômica e no controle sobre os sistemas financeiros e produtivos. Os países localizados à periferia da concentração de capital vivenciam a continuidade do colonialismo via grandes corporações tecnológicas, as Big Techs, que buscam digitalizar todas as dimensões da vida social globalmente para apropriação (Tello, 2023). Essas grandes corporações estão localizadas em estados historicamente imperialistas, e seu crescimento baseia-se na sobreposição de todas as dimensões da vida humana por meio da expansão de novos territórios digitais, cuja exploração lucrativa reconfigura a lógica de extração da acumulação.

O colonialismo digital, perpétua as principais bases de exploração e a desigualdade intrínseca ao seu modelo de inspiração violenta, posicionando a digitalização não como “criadora” de novas desigualdades, mas como aprofundador das iniquidades historicamente geradas e naturalizadas na matriz moderna da “colonialidade do poder” (Tello, 2023). Esse conceito se refere a um modo geral de dominação baseado nas classes sociais e vieses comportamentais, que perpetuam mecanismos de violência da materialidade baseados em raça, classe e origem geográfica.

Os chamados “países em desenvolvimento” pelos relatórios internacionais produzidos pelo FMI, ONU e Banco Mundial, são aqueles países que não se desenvolvem sem a permissão do seu algoz, são posicionados como fornecedores de recursos, agora, dados, enquanto países centrais monopolizam e exploram recursos de dados globais para seu próprio enriquecimento. Essa rastreabilidade contínua da vida através de dados como uma forma de “desposseção”, levando ao que chamam de “capitalização ilimitada da vida”, representa as bases da essência sistemática à medida que a existência é transformada em mercadoria (Mejías; Couldry, 2019).

Precursos do conceito “colonialismo digital”, Mejías e Couldry (2019) afirmam que os dados como uma nova forma de “capital fictício” e suas implicações para a teoria do valor é uma questão emergente. A natureza do “excedente comportamental” e seu uso em sistemas preditivos de IA levantam questões sobre como o valor é criado e extraído na economia

digital, sugerindo uma nova fronteira onde o capital busca extrair valor do trabalho na produção somado à totalidade da interação social humana, transformando a própria vida em fonte de acumulação de capital.

Lins (2024) conduziu este debate sobre o colonialismo de dados para o cenário da datificação do sistema público brasileiro, analisando como o Brasil tem buscado implementar uma gestão pública descentralizada, flexível, eficiente e orientada para o alcance de objetivos e resultados. Essa diretriz, em evidente alinhamento com as orientações de organismos internacionais para a reestruturação da burocracia e dos procedimentos estatais na América Latina, pressupõe uma profunda transformação do arcabouço institucional e financeiro das políticas públicas de modo geral.

Lins (2024) conduz a reflexão sobre os interesses de organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE, agentes da hegemonia do capital financeiro e globalizado, no uso desses dados pessoais e suas implicações ético-políticas. Isso é visto em afirmações da OCDE:

[...] os sistemas baseados em dados impulsionam o crescimento da produtividade e reduzem os riscos econômicos e sociais, potencializando a eficiência dos recursos e proporcionando modificações na economia, nas indústrias e empresas de baixa tecnologia. (Lins, 2024, p. 38).

A referida autora ainda apresenta as seis dimensões da “transformação digital” do setor público propostas pela OCDE — da administração centrada no usuário para “conduzida pelo usuário”, do reativo ao “proativo”, do centrado na informação ao “orientado por dados”, etc. Trata-se de um reflexo de uma lógica gerencialista e empresarial transposta para a esfera estatal, na busca por eficiência e resultados. Esses termos funcionam como um mantra do setor privado que, quando aplicado irrefletidamente ao serviço público, representa um imperativo de ajustamento estrutural. Esse modelo visa adequar os Estados nacionais às exigências do capitalismo neoliberal contemporâneo de transferência de responsabilidades, permitindo adaptação às flutuações do mercado e às demandas do capital (Lins, 2024, p. 38), movimento este de maior precarização do serviço público, terceirização e introdução de lógicas empresariais que priorizam o custo-benefício em detrimento do direito social e da universalidade.

Hillesheim e Molardi (2024, p. 157) apontam que o histórico do arcabouço teórico do Serviço Social apresenta debates sobre como as mudanças tecnológicas afetam a vida das pessoas, as relações sociais e, conseqüentemente, a própria atuação dos assistentes sociais, mesmo que de modo indireto. Nas palavras dos autores, um dos fundamentos da profissão é,

ou precisa ser, seu apoio na crítica da economia política, que oferece um arcabouço teórico profícuo para a análise de seu próprio ser, enquanto serviço social, e do contexto em que ele se insere — sua instrumentalidade (Guerra, 2014). Além de pensar a sociedade burguesa em sua totalidade e pensar as tecnologias desde esse momento do real, a universalidade, o serviço social também reflete sobre as tecnologias na medida em que é coetânea à profissão a discussão acerca dos métodos e metodologias interventivas, instrumentos e ferramentas técnicas das quais lança mão para a realização de seus fundamentos.

Vale ressaltar uma atenção central e contínua para a profissão ao resistir à redução da categoria instrumentalidade ao mero uso de instrumentos tecnológicos. Essa redução arrisca separar as ferramentas de seu propósito subjacente e de suas implicações éticas. Conforme Guerra (2014), a instrumentalidade deve ser ativamente recorrida e guiada pela “razão dialética crítica”, implicando um engajamento consciente e teórico com as ferramentas, garantindo que elas sirvam a um propósito transformador. Compreender a tecnologia como uma mediação significa empregá-la como um caminho entre a relação trabalho e a natureza, para alcançar objetivos específicos e conscientemente definidos e para implementar intervenções intencionais no mundo. Posicionar o uso das TICs é, portanto, inerentemente condicionado pelas ideias, valores e objetivos projetados que orientam a ação profissional, enfatizando assim a importância crítica de manter uma perspectiva teleológica orientada a propósitos claros na prática do Serviço Social.

Neste lugar, encontra-se a produção de conhecimento em Serviço Social e o trabalho do assistente social. Construída como uma profissão na esfera social, o Serviço Social no Brasil, ao longo de suas décadas de existência, percorre um caminho marcado por avanços significativos em seus pilares ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais. No entanto, essa jornada não está isenta de complexidades, tensões e discontinuidades, especialmente no que se refere ao enfrentamento de perspectivas e posicionamentos que ferem o projeto ético-político da profissão. O viés conservador, proeminente desde a origem da profissão, influenciou profundamente seu processo de institucionalização e ainda se manifesta, em diferentes graus, nos espaços de formação e atuação profissional contemporâneos.

Nesse contexto, a produção de conhecimento no Serviço Social assume um papel crucial, pois se configura como espaço vital para a consolidação da análise crítica da realidade social e para a afirmação do projeto ético-político que norteia a profissão, sendo indissociáveis as dimensões investigativa e interventiva no Serviço Social (Pinheiro, 2024).

Para Pinheiro (2024), a produção de conhecimento no Serviço Social demonstra um progresso notável nas últimas décadas, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Conforme Sposati (2007), após o processo de reconceituação do Serviço Social que questionou sua base científica europeu-americana, é possível definir a implementação dos cursos de pós-graduação na década de 70 como propulsora e fortalecedora desse movimento, representando um compromisso com bases sólidas para construção do conhecimento por meio da produção teórico-metodológica.

A pós-graduação *stricto sensu* brasileira, apesar de sua relativa juventude em comparação com outras áreas do saber (Pinheiro, 2024), demonstra acúmulo teórico-metodológico alinhado à teoria social crítica. Essa construção, edificada de forma gradual e democrática desde a década de 70, fundamenta o projeto profissional hegemônico atualmente em vigor. Netto (1991) sistematiza as construções desses intensos debates para pensar na práxis do Serviço Social, em suas diferentes discussões teóricas: a funcionalista, considerada as fases “modernizadoras”; o contato com a fenomenologia, da “reatualização do conservadorismo”; e, então, a de orientação marxiana, com a “intenção de ruptura”.

Pensar na consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil é rever o árduo processo de transformação dos grupos de normas vigentes, especialmente quando a pesquisa assume um viés ainda mais determinante no Serviço Social, possibilitando a formação com capacitação. Esta expansão da pesquisa e da produção de conhecimento impulsiona a reflexão crítica sobre as expressões da questão social e da elaboração de estratégias de intervenção qualificadas.

Neste processo, o assistente social torna-se sujeito dotado de uma objetividade parcial instrumentalizada. Dessa parcialidade, dedica-se a se organizar ao lado da classe trabalhadora, tendo como propósito o enfrentamento da barbárie social que afeta as classes subalternas à acumulação capitalista. Segundo Guerra (2009), interpretar a realidade e os fenômenos presentes na sociabilidade capitalista é imprescindível para a realização de uma pesquisa. A materialidade social deve ser analisada com rigor teórico para além da intuição, do empirismo e do senso comum. Ademais, compreende-se que a construção do conhecimento está interligada ao processo de investigação.

É importante ressaltar que o Serviço Social não se configura como uma ciência com teoria própria, mas sim como uma área de conhecimento que, por meio das pesquisas, estudos e investigações desenvolvidas por seus profissionais, produz conhecimento de natureza teórica incorporado pelas ciências sociais e humanas (Pinheiro, 2024). É nesse movimento

dialético que o Serviço Social é reconhecido como uma área de produção de conhecimento relevante e indispensável para a compreensão da realidade social. Integrada às Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social é reconhecido pelas agências de regulação como um campo de conhecimento fundamental (Pinheiro, 2024). O uso da teoria social crítica, que visa à superação da dicotomia teoria-prática, reflete o imediatismo como sendo a essência da realidade, possibilitando a desnaturalização dos valores sociais e culturais moralizantes da aparência do cotidiano (Araújo *et al.*, 2019).

Neste lugar, as assistentes sociais rompem com as armadilhas do chamado senso comum, presente nas aparências do cotidiano, e constroem mecanismos de aproximação da realidade vivida pelos usuários da política de proteção e assistência social, considerando estratégias profissionais de enfrentamento e reconhecimento das dimensões da sociabilidade capitalista. Isso também contribui para a observação da realidade sem distorções, subvertendo a percepção social da imagem profissional, como bem colocado por Silva (2007, p. 293):

O que servia de motivo para rebaixar, subalternizar e reforçar preconceitos em relação à profissão (“o Serviço Social é uma profissão prática”, “qualquer um pode ser assistente social”, “o assistente social não precisa estudar muito”, entre outras afirmações generalizadas sem qualquer cuidado), é um trunfo importante como ponto de partida e de chegada da práxis profissional.

Com isto, é possível afirmar que a produção de conhecimento em Serviço Social é um fator determinante na construção do saber dentro e fora do campo de atuação do assistente social, à medida que contribui para uma melhor compreensão da questão social e da realidade que a cerca. Deste modo, a produção de conhecimento no Serviço Social, impulsionada pelo desenvolvimento da pós-graduação e alinhada à teoria social crítica, desempenha um papel crucial no enfrentamento ao conservadorismo e na consolidação do projeto ético-político profissional.

Apesar dos limites impostos pelo neoliberalismo e pela plataformização, a literatura destaca que as tecnologias são produtos históricos e “eticamente neutros”, devendo sua direção ao projeto societal que as aciona (Hillesheim; Molardi, 2024; Veloso; Sierra, 2022). Iniciativas de organização coletiva, fóruns profissionais, formação política e apropriação crítica das TICs mostram-se essenciais para resistir à subsunção do trabalho ao capital, potencializar a democratização do conhecimento, ampliar o acesso a direitos e fortalecer a defesa do projeto ético-político profissional.

O avanço das TICs e das formas de gestão neoliberal nas políticas sociais impõe desafios inéditos ao Serviço Social: precarização, adoecimento, ampliação das desigualdades

e esvaziamento da autonomia profissional. A digitalização não é neutra; pode tanto intensificar a exploração, quando subordinada aos interesses do capital, quanto servir como ferramenta estratégica de ampliação de direitos, participação e fiscalização social. O desafio ético-político do Serviço Social é duplo: resistir à colonização digital e à racionalização tecnocrática, e construir, de forma crítica, coletiva e situada, outras formas de apropriação das tecnologias, reafirmando sua função social na defesa da dignidade, justiça e direitos sociais.

O cenário do trabalho brasileiro tem sido dramaticamente impactado por diversos fatores estruturais, especialmente a partir das últimas décadas. O crescimento da informalidade, com 41,3% dos trabalhadores brasileiros em situação de informalidade em 2019, a intensificação da chamada “uberização” do trabalho, com aumento de 29,2% no número de trabalhadores em aplicativos e plataformas digitais entre 2017 e 2018, ultrapassando a marca de 5 milhões de trabalhadores “uberizados” em 2019, e o elevado desemprego e subutilização da força de trabalho, com taxa de desemprego atingindo 13,8% em julho de 2020, correspondente a 13,1 milhões de pessoas, compõem um quadro de precarização que se agrava diante dos recortes de gênero e raça, com o salário das mulheres 40% inferior ao dos homens que exercem a mesma função e a renda média da população preta ou parda 50% menor que a da população branca (Raichelis; Arregui, 2021; Andrade et al., 2023).

As políticas públicas, por sua vez, experimentam um estrangulamento imposto pelas regras do ajuste fiscal. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 em 2016, o teto de gastos públicos foi congelado por 20 anos, restringindo investimentos em áreas sociais e aprofundando as desigualdades (Raichelis; Arregui, 2021). Refletindo essa lógica, em 2017, as despesas federais com a área social representaram 16% do total gasto com juros e amortização da dívida pública federal, e os gastos com saúde corresponderam a 19,8% desse total (Andrade et al., 2023).

Sabendo dos contextos investigados, voltamos a pergunta que orienta esta investigação é, portanto, central para a compreensão do estágio atual do debate: “quais perspectivas teórico-metodológicas subjazem à discussão e orientam a inserção das TICs no Serviço Social, conforme evidenciado na produção intelectual veiculada nos periódicos de referência da área?”. Já sabemos que a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aos mais diversos domínios da vida social impõe desafios teóricos e práticos inescapáveis ao Serviço Social.

Se, por um lado, a digitalização dos serviços públicos, a plataformização do trabalho e a dataficação das relações sociais reconfiguram o cotidiano profissional de assistentes sociais, por outro, tais fenômenos dependem da produção intelectual da área um esforço de apreensão crítica que não se limite à descrição de impactos imediatos, mas alcance as determinações estruturais que conformam a tecnologia na sociabilidade capitalista.

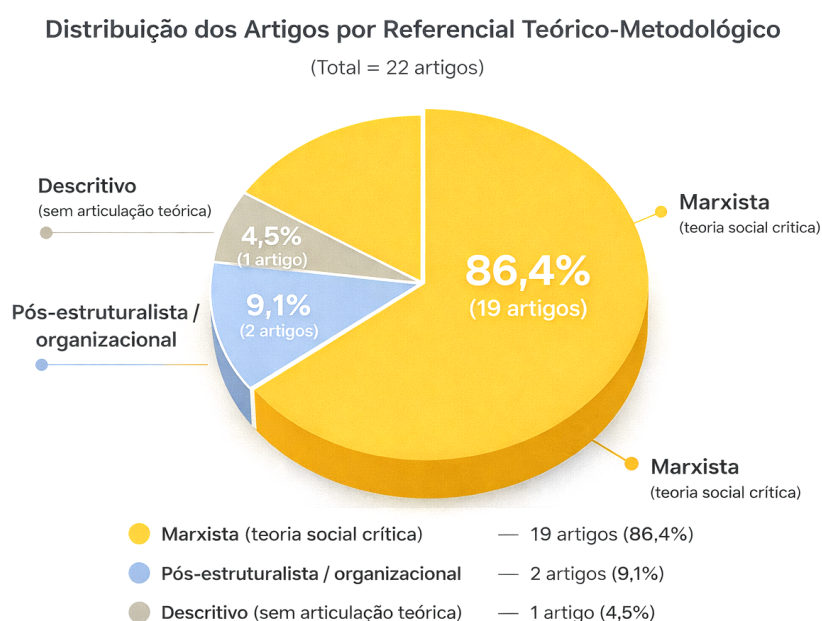
Para respondê-la, após selecionarmos conforme demonstrado no capítulo II, encontramos e analisamos 22 artigos publicados em periódicos de Serviço Social, combinando o mapeamento de referências, categorização das perspectivas teóricas e a análise do tratamento conceitual dispensado à tecnologia. O percurso investigativo permitiu não apenas identificar a hegemonia de determinada matriz teórica, mas também desvelar tensões, contradições e lacunas que demarcam os limites e as possibilidades do conhecimento produzido. A hipótese central que fundamenta a análise é que, embora o método da teoria social crítica esteja sendo mediado nas publicações, ainda persiste uma dificuldade em teorizar a tecnologia em sua especificidade, em incorporar a particularidade latino-americana com a crítica da racionalidade instrumental. Tais limitações, se não enfrentadas, podem conduzir a análises que, mesmo utilizando categorias marxistas, reduzem a tecnologia à sua dimensão técnico-operativa, perdendo de vista sua natureza contraditória e sua inscrição em projetos societários em disputa.

Ao analisar as referências das publicações selecionadas, ao todo os 22 artigos somam 489 referências bibliográficas, Ricardo Antunes é o protagonista do debate, com 25 menções (5,11% do total de 489 referências), é o autor mais citado, seguido por Karl Marx, David Harvey e István Mészáros. Este predomínio acompanha também os artigos que mobilizam um conjunto de categorias que articulam a tecnologia ao movimento contraditório do capital: “subsunção do trabalho ao capital, mais-valia relativa e absoluta, reestruturação produtiva, precarização estrutural, nova morfologia do trabalho”. Tais categorias permitem situar as TICs como expressão das estratégias capitalistas de enfrentamento de suas crises crônicas.

A análise da produção intelectual veiculada em periódicos de referência do Serviço Social brasileiro evidencia um campo em disputa internacional, no qual diferentes matrizes teórico-metodológicas orientam a compreensão da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O exame de 22 artigos revela não apenas a distribuição teórica das abordagens, mas também os sentidos que cada uma atribui à tecnologia e à racionalidade. Dos 22 artigos analisados, 19 (86,4%) utilizam categorias marxistas – como subsunção do trabalho ao capital, mais-valia, reestruturação produtiva, precarização e maquinaria – para discutir o

uso das TICs. Essa predominância confirma a vinculação histórica do Serviço Social brasileiro à teoria social crítica, especialmente após o Movimento de Reconceituação.

Os outros 3 artigos, 2 internacionais e 1 nacional, não se filiam ao método de análise da teoria social crítica. Dos internacionais, um deles, de referencial pós-estruturalista, analisa a neoliberalização do Estado de bem-estar social. O outro, ancorado na sociologia das organizações, problematiza os efeitos da padronização sobre a autonomia profissional. O terceiro, é nacional, de caráter descritivo, examina a gestão municipal do SUAS a partir do Censo SUAS, sem articular categorias teóricas consistentes, nem sobre tecnologia, nem sobre a realidade social investigada. Vale ressaltar que a análise que se faz aqui, não se trata do maniqueísmo em relativizar “o que é bom ou o que é ruim” para o fortalecimento teórico, e sim, sobre as disputas por projetos que atravessam essa dinâmica para além do “tecnosolucionismo”.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela.

Tratando-se dos 19 artigos que localizam a teoria social crítica, a apropriação do marxismo no debate sobre tecnologia não é homogênea. Enquanto 16 artigos (84,2% dos marxistas) tratam a tecnologia como processo social, articulando-a às contradições estruturais do capitalismo, 3 artigos (15,8%) embora utilizem a teoria social crítica reduzem a tecnologia à dimensão técnico-operativa, abordando-a como mero contexto, ilustração ou recurso ausente. Essa redução revela uma apropriação parcial e limitada. Além disso, 6 artigos ao

todo, todos do grupo que trata a tecnologia como um processo social, embora utilizem categorias ontológicas sobre o trabalho para contextualizar o uso das TICs, ao analisar os dados em relação a ela, reduzem a tecnologia à dimensão técnico-operativa, abordando-a como mero contexto, ilustração ou recurso ausente.

Outra redução, é apresentada também em 3 artigos, eles adotam uma perspectiva dualista, seja nas conclusões, seja nas análises, reproduzem a narrativa dos discursos da tecnofilia (encantamento acrítico) e da tecnofobia (rejeição simplista). Isto revela que ao recair no dualismo de avaliação técnica a tecnologia permanece com uma abordagem que moraliza a técnica, e a Tecnologia continua a não ser investigada em sua especificidade teórica-metodológica, em sua dimensão econômica-filosófica.

Apropriação do Marxismo no Debate sobre Tecnologia (n=19)

19 artigos classificados como marxistas sobre tecnologia



● Grupo majoritário: 16 artigos (84,2%) tratam a tecnologia como processo social, articulando-a às contradições estruturais do capitalismo.

Porém, 6 desses artigos limitam a análise ao reducionismo técnico (TICs meros contextos) →

Reduzidos: 3 artigos (15,8%) abordam tecnologia como mero

● Dualistas: 3 artigos (15,8%) reproduzem discursos dualistas entre tecnofilia e tecnofobia

Reproduzem discursos dualistas de encantamento ou rejeição da tecnologia, moralizando a técnica.

Em 6 artigos ao todo (31,6%), a análise limita-se a uma visão técnica-operativa da tecnologia

Fonte: Elaboração própria

Portanto, a diferença teórica entre os artigos reside, portanto, no arcabouço analítico mobilizado: 19 artigos dialogam com categorias marxistas (subsunção, mais-valia, exploração) para compreender a tecnologia na totalidade social; 2 artigos recorrem a referenciais pós-estruturalistas e organizacionais (governamentalidade, discricionariedade, burocracia de nível de rua), enfatizando a tecnologia como dispositivo de poder e governança; 1 artigo, de cunho descritivo, limita-se a analisar dados censitários sem articular categorias

teóricas, o que chama atenção para o risco de abordagens puramente tecnocráticas na avaliação da realidade social.

A análise das 489 referências bibliográficas utilizadas pelos 22 artigos permite identificar os principais interlocutores teóricos da área. Ricardo Antunes é o autor mais citado, com 25 menções (5,11% do total), confirmando a centralidade de sua obra para a compreensão da “nova morfologia do trabalho” e da emergência do “proletariado de serviços na era digital”. Karl Marx aparece em 24 referências (4,91%), seguido por David Harvey e István Mészáros, ambos com 13 menções (2,66%). Marilda Iamamoto (7 menções; 1,43%) e Raquel Raichelis (6 menções; 1,23%) destacam-se como as principais interlocutoras do Serviço Social no debate sobre trabalho e política social.

Autores contemporâneos dedicados à crítica da tecnologia também ganham espaço: Sérgio Amadeu da Silveira (8 menções; 1,64%) é referência fundamental para as discussões sobre colonialismo de dados, dataficação e algocracia, enquanto Cathy O’Neil (4 menções; 0,82%) é citada por sua crítica aos “algoritmos de destruição em massa”. A filosofia da técnica, especialmente a obra de Álvaro Vieira Pinto, é subutilizada no debate. Apenas 3 artigos (13,6% do total) incorporam, direta ou indiretamente, o legado do autor. Hillesheim e Molardi (2024), Faria (2024) e Lins (2024) realizam a apropriação direta de Vieira Pinto, utilizando sua obra para fundamentar ontologicamente a compreensão da técnica.

Os autores recorrem a filosofia da técnica e o conceito de tecnologia como “produto histórico do processo de humanização”, situam as TICs na linha de “descendência histórica da maquinaria precedente” e defendem a não neutralidade ética da técnica a partir do uso social que dela se faz. Como afirmam: “nos filiamos à concepção de que a técnica, em si mesma eticamente neutra, jamais poderia converter-se em devoradora do ser social. Se tal acontece, não se deve acusá-la, mas explicar essa observação pelo uso social dela” (Hillesheim; Molardi, 2024, p. 11).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida por Ruy Mauro Marini, aparece de forma central em apenas dois artigos (9,1% do total). Lins (2024) e Magro e Faquin (2023) utilizam a TMD para analisar, respectivamente, a dataficação como expressão do colonialismo de dados e a política de assistência social no capitalismo dependente. Lins (2024) articula as categorias da TMD, tais como intercâmbio desigual, superexploração da força de trabalho, cisão no ciclo do capital, à crítica da dataficação, demonstrando como os dados produzidos pela população brasileira são extraídos, processados e valorizados por empresas estrangeiras, num processo que configura um colonialismo de dados. A

transferência de valor via intercâmbio desigual, que Marini (2018) identificou no comércio internacional de mercadorias, opera agora também no plano digital: os dados brutos (matéria-prima) são exportados para os países centrais, onde são transformados em inteligência artificial e vendidos de volta como produtos de alto valor agregado.

Os Principais Interlocutores Teóricos Citados nos 22 Artigos

Análise das 489 referências bibliográficas utilizadas pelos 22 artigos



Fonte: Elaboração própria

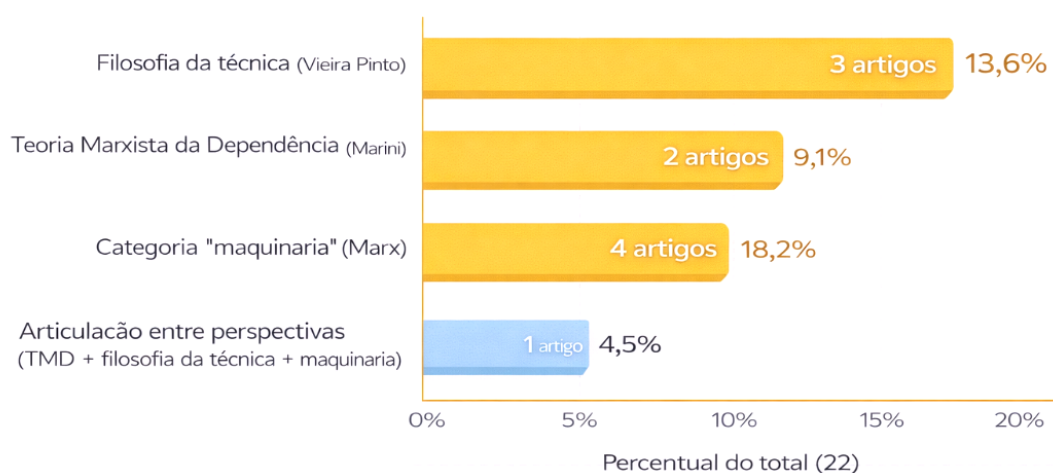
Magro e Faquin (2023), por sua vez, oferecem o pano de fundo estrutural para pensar a racionalidade das políticas sociais no capitalismo dependente. A superexploração da força de trabalho, a disputa do fundo público e o papel do Estado como garantidor da acumulação conformam um padrão de políticas sociais restrito, seletivo e subfinanciado, no qual a “transformação digital” se inscreve como mais uma estratégia de expropriação. A presença tímida da TMD revela um descompasso entre a produção crítica do Serviço Social e a realidade concreta do país.

A categoria “maquinaria” é mobilizada por quatro artigos (18,2% do total). Rizzotti e Nalesso (2022) discutem a introdução da maquinaria a partir da Revolução Industrial, articulando com Engels e a situação da classe trabalhadora. Hillesheim e Molardi (2024) utilizam Vieira Pinto para situar as TICs como “linha de descendência histórica da maquinaria precedente”. Veloso e Sierra (2024) articulam “maquinaria com racionalização e reificação” lukacsiana, discutindo a “jaula de aço” weberiana. Botão *et al.* (2024) discutem a maquinaria no contexto da subsunção real do trabalho ao capital e da lei geral de acumulação.

A articulação entre estas abordagens “filosofia da técnica, TMD, maquinaria” é ainda incipiente. Apenas três artigos (13,6%) realizam algum tipo de articulação consistente. Lins (2024) é a única que articula TMD, filosofia da técnica e crítica à dataficação de forma consistente, construindo uma análise de referência sobre a dependência digital na periferia do capitalismo. Hillesheim e Molardi (2024) articulam filosofia da técnica (Vieira Pinto) com a categoria maquinaria e com a tradição marxista, estabelecendo a historicidade da técnica e sua relação com o capital. Faria (2024) articula filosofia da técnica com a crítica à racionalidade algorítmica e à algocracia. A ausência de articulações mais robustas entre a TMD e a filosofia da técnica – duas tradições latino-americanas por excelência – é uma lacuna significativa. O colonialismo de dados, como fenômeno típico da periferia, exige uma análise que combine a crítica da dependência com a compreensão ontológica da técnica e da racionalidade tecnológica.

Incorporação de Referenciais Específicos

Análise das 489 referências bibliográficas utilizadas pelos 22 artigos



Fonte: Elaboração própria

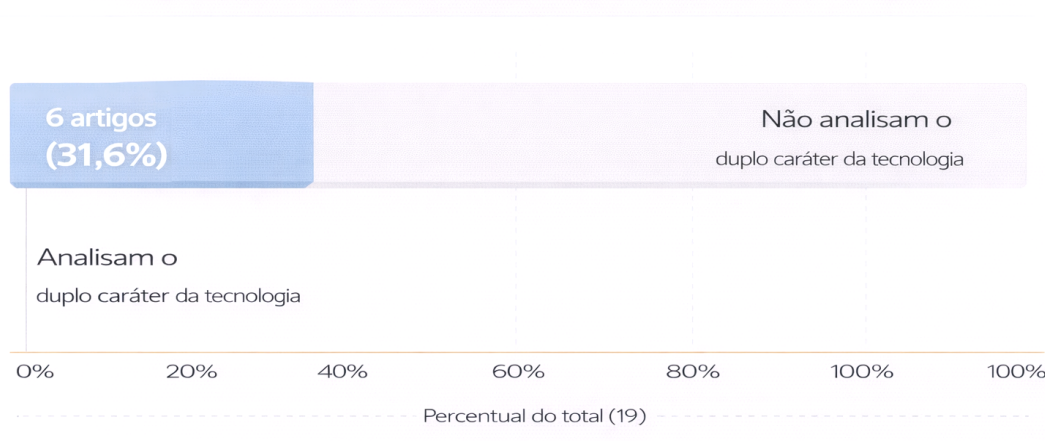
Dos 6 artigos (27,3% do total) abordam explicitamente o duplo caráter ou as consequências positivas e negativas da tecnologia. Todos eles pertencem ao grupo que trata a tecnologia como processo social, o que indica que a percepção da contradição inerente à tecnologia está associada a uma análise mais aprofundada e crítica. Rizzotti e Nalesso (2022) discutem a “dupla face” das transformações tecnológicas: desenvolvimento e modernização versus alienação e exclusão. Lopes e Bento (2024) observam que as TICs produzem

resultados contraditórios, possibilitando celeridade nos atendimentos, mas intensificando mecanismos de precarização.

Figueiredo et al. (2024) analisam as TICs como elemento contraditório, instrumentalizadas pelo capital (fetichismo tecnológico), mas passíveis de uso a favor da práxis emancipadora. Coelho et al. (2023) definem explicitamente o “duplo caráter” das TDICs, articulando-o à teoria do valor. Veloso e Sierra (2024) discutem a tecnologia como instrumento contraditório e campo de disputa entre projetos societários antagônicos. Botão et al. (2024) enfatizam o caráter contraditório da tecnologia e sua inscrição em projetos em disputa.

Análise do Duplo Caráter da Tecnologia

6 artigos (31,6% do total) abordam explicitamente aspectos positivos e negativos



Fonte: Elaboração própria

Portanto, os números e a análise qualitativa apresentados permitem extrair algumas conclusões significativas sobre o estado da arte da produção intelectual do Serviço Social sobre TICs. Primeiro, a perspectiva marxista (86,4%) demonstra que a área não sucumbiu ao canto da sereia do tecnosolucionismo, que atribui às tecnologias o poder de resolver problemas sociais complexos. A maioria dos artigos insere as TICs na crítica ao capitalismo, vinculando-as à reestruturação produtiva, à precarização do trabalho e à expropriação de direitos. O tratamento da tecnologia como processo social, predominante em 72,7% dos textos, indica um patamar teórico consistente, que recusa tanto o fetichismo quanto a

demonização. Segundo, no entanto, a heterogeneidade na apropriação da filosofia da tecnologia revela desafios teórico-metodológicos importantes.

Na amostra selecionada, foi observado que 15,8% de artigos que recorrem a teoria social crítica reduzem a tecnologia à dimensão técnico-operativa indicam que não basta citar Marx ou autores marxistas, é preciso aplicar consistentemente as categorias da crítica da economia política à análise da tecnologia em sua especificidade. O que reforça que a tecnologia precisa ser investigada em sua materialidade, em sua racionalidade e em suas determinações estruturais. Terceiro, a subutilização da filosofia da técnica (apenas 13,6% dos artigos dialogam com Vieira Pinto, direta ou indiretamente) é uma lacuna significativa. A obra de Vieira Pinto (2005), por exemplo, oferece instrumentos conceituais fundamentais para compreender a técnica como produto histórico do trabalho humano e para desmontar as ideologias que naturalizam ou fetichizam a tecnologia. Sua incorporação mais sistemática ao debate poderia enriquecer as análises e evitar apropriações parciais, assim como outros autores, dentre eles Lukács e Horkheimer que debatem a filosofia da técnica. Quarto, a presença tímida da Teoria Marxista da Dependência (9,1%) revela um descompasso entre a produção crítica e a realidade concreta na percepção das TICs como .

O debate sobre tecnologia no Brasil não pode ignorar que somos um país na condição de dependente, inserido de forma subordinada na divisão internacional do trabalho e, agora, na divisão internacional do trabalho digital. A TMD oferece categorias fundamentais – intercâmbio desigual, superexploração, cisão no ciclo do capital – para analisar a dependência digital e o colonialismo de dados. Quinto, a articulação entre perspectivas (filosofia da técnica + TMD + maquinaria) é ainda incipiente, restrita a poucos artigos. O colonialismo de dados, como fenômeno típico da periferia, exige uma análise que combine a crítica da dependência com a compreensão ontológica da técnica e da racionalidade tecnológica. Lins (2024) oferece um modelo promissor nessa direção. Sexto, a abordagem do duplo caráter da tecnologia, presente em 27,3% dos artigos, representa um avanço em relação a visões maniqueístas. Ao situar a tecnologia como campo de disputa, esses artigos abrem perspectivas para pensar uma apropriação crítica das TICs pelo Serviço Social, subordinando-as ao projeto ético-político da profissão.

O desafio, como vimos, não é a redução ao técnico-operativo, mas a dificuldade em avançar para além da crítica da precarização, possível de avançar incorporando a filosofia da técnica, a análise da racionalidade e a perspectiva latino-americana. Em outras palavras, o desafio teórico-metodológico que se coloca não é o de “aplicar” categorias marxistas à

tecnologia – isso já está sendo feito, mas não significa que a crítica está sendo feita, já que a totalidade é condição primordial para a análise da teoria social crítica. O desafio é aprofundar a crítica, tornando-a mais afinada com as particularidades do fenômeno tecnológico na periferia do capitalismo.

As tendências no trato da tecnologia, no entanto, são igualmente significativas. A dificuldade em teorizar a tecnologia em sua especificidade, a quase ausência da perspectiva latino-americana, o debate incipiente sobre a racionalidade tecnológica e a subutilização do conceito de instrumentalidade demarcam os limites do conhecimento produzido sobre o uso das TICs pelos assistentes sociais no âmbito da política social. Tais limites, expressam as dificuldades reais de uma área que, historicamente voltada para a análise das políticas sociais e do trabalho, se vê desafiada por um fenômeno que exige diálogo com outros campos do conhecimento, da filosofia da técnica, ciência da computação, teoria da dependência e a incorporação de novas categorias analíticas.

O significado mais profundo desses achados é que o debate sobre TICs no Serviço Social ainda está em construção, mas está em uma base sólida. O avanço teórico-metodológico exigirá da área incorporar referenciais teóricos que dialoguem de forma plural, com a especificidade profissional, e de latino-americanização do debate sem cair em nacionalismos estreitos. Por exemplo, apropriar-se da filosofia da técnica, retomar a crítica da racionalidade instrumental em Lukács e nos frankfurtianos, incorporar a Teoria Marxista da Dependência para pensar a particularidade brasileira – eis algumas das direções possíveis para uma agenda de pesquisa que esteja à altura da complexidade do fenômeno tecnológico.

Trata-se, em última instância, de construir uma “crítica da tecnologia na periferia do capitalismo” que articule, dialeticamente, a análise das determinações universais do capital com a investigação das particularidades da formação social brasileira (a dependência, a superexploração, o papel do Estado). Uma crítica que não se limite a denunciar os efeitos, mas que aprofunde o conhecimento das causalidades. A presente investigação pretende ser uma contribuição nessa direção, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de que outras pesquisas venham a aprofundar e complexificar as análises aqui esboçadas.

Quando os autores recaem apenas nos efeitos, a causalidade em sua totalidade ficam suprimidas a lógica instrumental, da tecnoburocracia, onde a lógica da racionalidade que a rege, coloca a tecnologia tratada como recurso, como “mudanças administrativas e gerenciais”, mas não se investiga como ela é produzida, a quem serve ou qual racionalidade a orienta. O foco recai sobre os efeitos (sofrimento, precarização). Isto é para não perder de

vista a complexidade do fenômeno e a necessidade de construir estratégias, para além das profissionais, que articulem teoria, ética e técnica no enfrentamento das novas configurações do trabalho, como parte dos sintomas de um sistema produtivo ruinoso em sua lógica estrutural. A tecnologia é parte de mais uma disputa antagônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu da necessidade de compreender criticamente a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Serviço Social, situando esse processo para além de sua aparência técnica e instrumental. Ao longo da investigação, buscou-se demonstrar que a incorporação dessas tecnologias no âmbito das políticas sociais, especialmente na assistência social, está profundamente articulada às transformações contemporâneas do capitalismo e à reconfiguração do Estado sob a hegemonia da racionalidade neoliberal.

A partir da revisão sistemática de literatura, foi possível identificar que a produção acadêmica do Serviço Social reconhece que as TICs vêm promovendo mudanças significativas no trabalho profissional, sobretudo por meio da ampliação de sistemas informatizados, do monitoramento das ações institucionais e da centralidade dos registros digitais. Essas transformações, contudo, não se limitam ao plano organizacional, estando vinculadas a processos mais amplos de racionalização administrativa, intensificação do trabalho e ampliação de mecanismos de controle.

Nesse movimento, observa-se uma crescente subordinação do trabalho profissional às exigências de sistemas e indicadores operacionais que tensionam o exercício crítico e ético do Serviço Social. No âmbito da assistência social, essas contradições se tornam ainda mais evidentes diante das condições concretas da população usuária. Em um contexto marcado pelo aprofundamento da concentração de renda e das dimensões do acesso, a digitalização dos serviços pode produzir novas barreiras de acesso, reforçando processos de seletividade e dificultando a efetivação de direitos. Nas determinações mais amplas analisadas nesta dissertação, torna-se evidente que a inserção brasileira na chamada sociedade digital não se realiza como expressão autônoma de um desenvolvimento técnico soberano, e sim, como a base de extração de dados.

Ao contrário, o avanço da digitalização no país ocorreu em meio a uma estrutura produtiva incapaz de comandar os núcleos mais avançados da inovação tecnológica, o que fez com que a difusão dessas tecnologias dependesse fortemente de decisões estatais, de

transferência tecnológica externa e de condicionantes impostos pela dinâmica internacional do capital. Longe de significar superação ou reparação histórica, esse processo ocorreu ao lado do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, reforçando a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho e consolidando uma “modernização” dependente, ajustada às necessidades de expansão do capital em sua forma periférica. Por isso, as mudanças na base técnica não podem ser compreendidas como resultado espontâneo do progresso tecnológico em si mesmo, enquanto expressão de disputas sociais e políticas inscritas em relações de classe antagônicas, como vimos ao decorrer da análise.

Essa análise também reafirmou que não há separação substantiva entre a dinâmica de reprodução do capital e as formas assumidas pelo Estado. Nessa direção, os processos de governo digital, administração eletrônica e informatização dos serviços públicos foram compreendidos como parte do movimento de reordenamento estatal em curso no capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, latino-americano, esse reordenamento dialoga diretamente com prescrições formuladas por organismos multilaterais, orientadas para a racionalização administrativa, a contenção de fundo público, a reformulação institucional e a adequação do aparelho estatal às exigências da acumulação. Assim, a digitalização dos serviços públicos não corresponde a tal “inovação técnica”, mas integra o movimento de recomposição das formas de gestão estatais em consonância com o padrão neoliberal de regulação social.

No interior desse processo, a difusão da racionalidade algorítmica adquire centralidade. A dataficação da vida social e a crescente incorporação de sistemas automatizados de classificação, triagem, monitoramento e controle nos serviços públicos tendem a intensificar as desigualdades próprias das formações dependentes. Isso ocorre porque os bancos de dados, os sistemas de informação e os protocolos automatizados são construídos sob a orientação de uma racionalidade comprometida com a eficiência fiscal, com a seletividade das políticas sociais, com a concentração do poder tecnológico e com o alargamento das práticas de vigilância. Nessa direção, o avanço da digitalização produz um cenário favorável à perpetuação de novas expressões da questão social, ao mesmo tempo em que redefine mecanismos de controle sobre a classe trabalhadora. Se as formas de administração e gestão do trabalho se renovam sob o signo da dataficação, também se impõe a necessidade de renovação das formas de resistência, organização e luta coletiva.

A partir da Teoria Marxista da Dependência, foi possível compreender que o padrão de funcionamento das políticas sociais na América Latina, e particularmente no Brasil, está profundamente atravessado pelas determinações do capitalismo dependente. Uma dessas

determinações se expressa na contínua drenagem do fundo público, submetido às exigências do capital financeiro e aos interesses das classes dominantes internas e externas. Tal dinâmica compromete estruturalmente o financiamento das políticas sociais. Quando essa realidade é articulada à superexploração da força de trabalho, aos baixos salários, à precarização crescente e à informalidade, evidencia-se um quadro em que a classe trabalhadora encontra enormes dificuldades para assegurar sua própria reprodução social. Em países nos quais a proteção social sempre foi limitada, seletiva e insuficiente, a combinação entre expropriação do fundo público e superexploração do trabalho faz com que amplos contingentes populacionais sobrevivam em condições muito abaixo de suas necessidades. Nessa realidade, o acesso a direitos sociais torna-se estreito, frágil e permanentemente ameaçado.

No recorte da Política de Assistência Social, a pesquisa demonstrou que permanecem descompassos significativos entre a institucionalidade normativa da política e sua materialização concreta. Não se trata de negar as conquistas da classe trabalhadora, sobretudo no período em que a assistência social avançou na direção de seu reconhecimento na ordem da frágil democracia burguesa como “direito e dever estatal”, diante das inflexões políticas e econômicas mais recentes. A partir de 2016, intensificou-se um movimento de desestruturação da política, de enfraquecimento de seus princípios e de esvaziamento de sua direção protetiva, recolocando-a, em vários aspectos austeros, em patamares regressivos quando comparados às possibilidades abertas pela Constituição de 1988 e pelas normativas dos anos 2000.

Nesse contexto, as respostas dominantes à crise vêm se estruturando sob uma razão neoliberal, produtora da racionalidade que se apresenta de várias formas, como “empresarial, gerencial, neoliberal, instrumental”, ambas buscam definir a subordinação da vida social aos imperativos de gestão, desempenho e redução de custos acionados pelo Estado como instrumentos dessa reconfiguração para atingir os interesses da exploração. No campo da assistência social, isso significa que o discurso da “modernização”, sustentado na expansão de aplicativos, cadastros, plataformas e sistemas informacionais, muitas vezes encobre a reatualização de práticas autoritárias, de formas tradicionais de sujeição da formação social brasileira e de estratégias de controle moralizantes que tensionam a proteção social.

Sob a aparência de “neutralidade” da avaliação quando se é denominada “técnica”, essas ferramentas digitais podem ganhar legitimidade institucional ao mesmo tempo em que obscurecem o projeto que lhes dá direção. É precisamente por isso que a crescente centralidade dos algoritmos na gestão estatal precisa ser examinada com rigor crítico. A

confiança conferida aos sistemas automatizados, frequentemente em detrimento da mediação humana, amplia o cruzamento de dados, intensifica mecanismos de vigilância e consolida formas de responsabilização individual dos sujeitos. Em vez de reconhecer determinações estruturais da pobreza, da precariedade do trabalho ou da exclusão digital, essa racionalidade tende a imputar aos indivíduos a culpa por seu não acesso aos serviços, por atrasos cadastrais, pelo não cumprimento de exigências formais ou pela incapacidade de operar dispositivos tecnológicos.

Nessa chave, a digitalização pode converter-se em vetor de uma modernização conservadora e punitiva, dirigida especialmente aos segmentos mais empobrecidos que constituem o público da assistência social. Sob o discurso da inovação, multiplicam-se protocolos de controle que pouco respondem às necessidades reais dos usuários e que enfraquecem dimensões protetivas, “relacionais e democráticas” da política.

Nesse debate, a contribuição da compreensão da tecnologia como consciência da técnica, da odontologia do trabalho, mostra-se decisiva. Como sustenta o autor Vieira Pinto (2005), a tecnologia deve ser compreendida como expressão do desenvolvimento das capacidades humanas produzidas historicamente, como o trabalho enquanto ação humano-genérica. As TICs, nesse sentido, condensam o olhar para a capacidade humana de conhecer, manipular e transformar a realidade objetiva nas condições concretas do capitalismo. Submetido às exigências da valorização do valor, o trabalho passa a operar como meios de intensificação da dominação sobre aqueles que produzem riqueza social. A técnica, portanto, não pode ser pensada fora das relações sociais em que se insere. Seu sentido histórico não está dado em sua forma aparente, mas na direção social que orienta sua apropriação.

Foi justamente por essa razão que o trabalho apareceu, nesta investigação, como eixo organizador fundamental da análise. O esforço de compreender as TICs no Serviço Social exigiu situá-las no interior do processo de trabalho, de suas mediações e de suas implicações para a formação, para a instrumentalidade e para o exercício profissional. Não surpreende, nesse sentido, que a produção analisada mobilize de modo recorrente autores da tradição marxista. A presença significativa de referências marxianas e de interlocuções com a teoria social crítica indica que a profissão vem buscando enfrentar esse debate a partir de fundamentos coerentes com seu projeto ético-político. Isso não elimina contradições, insuficiências e lacunas, mas revela que a discussão sobre TICs, no interior do Serviço Social, tem encontrado abrigo prioritariamente no campo da crítica social.

É nesse ponto que a atualidade do projeto ético-político profissional se revela com maior força. O risco colocado por esse cenário é o de uma atuação subordinada à tecnicização dos procedimentos e à sobreposição da dimensão técnico-operativa sobre as dimensões teórico-metodológica e ético-política. Diante do percurso analítico desenvolvido, é possível afirmar, de forma mais precisa, que as perspectivas teórico-metodológicas que subjazem ao debate sobre as TICs no Serviço Social não se apresentam de maneira homogênea, mas se organizam em torno de uma tensão constitutiva entre diferentes formas de apreensão da tecnologia, do trabalho e da própria intervenção profissional.

É nesse ponto que a presença, ainda incipiente, da filosofia da técnica para debater o uso das TICs se revela como uma lacuna teórica decisiva. Sem o enfrentamento conceitual rigoroso da tecnologia, o debate corre o risco de permanecer no plano da denúncia empírica, sem alcançar a crítica radical das formas sociais que sustentam a própria racionalidade tecnológica. Essa limitação fragiliza a capacidade da profissão de disputar os sentidos da tecnologia, abrindo espaço para que concepções instrumentais ou fetichizadas se reinstalem, mesmo em produções que se pretendem críticas. Ao mesmo tempo, a análise revela que essa limitação não pode ser compreendida de forma isolada do próprio cotidiano profissional. Isso porque é no cotidiano que as determinações estruturais se apresentam sob a forma de urgência, fragmentação e imediatividade. Nesse plano, a racionalidade instrumental se impõe não apenas como forma de gestão, mas como modo de apreensão da realidade, restringindo o horizonte da prática ao que é operacionalmente possível.

É nesse movimento que se reafirma a centralidade do Serviço Social como área de conhecimento. Como destaca Mota (2013), a constituição da profissão como campo de produção intelectual permite ultrapassar os imperativos imediatos da intervenção, contribuindo para a formação de uma cultura teórica crítica. Essa dimensão não é acessória, mas estruturante à medida em que possibilita a profissão não apenas responder às demandas, mas compreendê-las em sua totalidade e intervir de forma qualificada. Dessa forma, a resposta ao problema de pesquisa permite afirmar que as perspectivas teórico-metodológicas predominantes no debate sobre TICs no Serviço Social estão ancoradas na teoria social crítica, mas ainda carecem de maior densidade filosófica e conceitual para apreender a tecnologia como forma social historicamente determinada.

O debate sobre TICs no Serviço Social não diz respeito apenas à incorporação de novos instrumentos de trabalho, mas à forma pela qual o capitalismo contemporâneo reorganiza o trabalho, o Estado, a proteção social e os mecanismos de controle da vida. O

interior do cotidiano é adverso, as formas contemporâneas de dominação que se atualizam sob o signo da tecnologia, disputam não apenas seus usos, mas, sobretudo, os sentidos e significados que lhes são atribuídos na realidade social. Nesse terreno atravessado por pressões institucionais, limites materiais e exigências contraditórias, as assistentes sociais seguem atuando, cotidianamente, na linha tênue entre a precarização, o controle e a defesa de direitos, disputando a real na medida do que é possível, nos limites da direção social que insiste em nos fazer caminhar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Flávia. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes Visuais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 238 p. ISBN 978-85-7983-118-8. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/mqk8h/pdf/almeida-9788579831188.pdf>
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CAVAINAC, Mônica Duarte; PACHECO, Tereza Nair de Paula; MARTINS, Gilmar Ripardo. Precarização do trabalho e saúde mental dos (as) assistentes sociais. Revista Katálisis, v. 26, n. 2, p. 232–242, ago. 2023.
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91535>
- ANTUNES, Jair. Marx E O Último Engels: O Modo De Produção Asiático. 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/300238>
- ANTUNES, Jair. Marx, Engels e a origem do etapismo na teoria da história marxista. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 1999, Campinas. Anais... Campinas: Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH Unicamp, 1999. Disponível em:
<https://unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c7.pdf>.
- ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0 (org.) .1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp. 2020.
- ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, CEM-Cepid/Fapesp. 2023. (Nota Técnica, 20). Disponível em:
https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf.
- BARALDI, Sandro Adrian. Dewey: A educação como instrumento para a democracia. Dissertação de mestrado - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20062013-141640/>
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Pedro Henrique. História – Bretton Woods. IPEA – Desafios do desenvolvimento. 2009, ano 6. Edição 50, 2009. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2247:catid=28&Itemid=23.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2020. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BEZERRA NETO, L.; NASCIMENTO, M. N. M. Da maquinaria às TICs: um contínuo processo de exploração do trabalhador. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021046, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8664135. Disponível em: <https://bit.ly/3nMwCQ8>

BOOTH, Adam. Marx's Capital: Chapters 15 - The Machine. The Communist, 2014. Disponível em: <https://communist.red/marx-s-capital-chapters-15-the-machine/>

BOTÃO, Márcia; PASTORINI, Alejandra; VELOSO, Renato. Trabalho, Avanços Tecnológicos e Serviço Social. o Social Em Questão, V. 1, N. 58, 4 Jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.282>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/D63rXJCnSStKS9yZDxv8Pqt/?format=html&lang=pt>

BOTTOMORE, Tom (Ed.). Dicionário do pensamento marxista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. Disponível em: <https://share.google/GORm8zFJNHoxAYWpr>

CABEÇA, Paulo. A origem da olaria cerâmica [*The origin of ceramic pottery*]. Centro História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, Portugal. 2022. 10.13140/RG.2.2.12525.46560. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377753048_A_origem_da_olaria_ceramica_The_origin_of_ceramic_pottery

CAETANO, Marina; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; FIOROTTI, Marlene Rosa de Oliveira. Política de Assistência Social: avaliação da gestão municipal a partir do Censo SUAS. Argumentum, v. 13, n. 1, p. 187–198, 30 abr. 2021. DOI: <http://10.47456/argumentum.v13i1.30158>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30158>.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. Ci. & Tróp., Recife, v.34, n. 2, p.297-324, 2010. Disponível em: <https://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/58/2014/03/GPM-Administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-no-Brasil-TUTORES.pdf>

CARNELOSSI, Bruna. Robotização da proteção social: impactos e desafios à atuação profissional do assistente social. Serviço Social & Sociedade, n. 144, p. 129–152, set. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.284>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kmbRg6JmVGWvm7T4rWyg4GK/?lang=pt>

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinícius; LIMA, Ricardo. ESTADO, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E “QUESTÃO SOCIAL”: da acumulação primitiva ao novo imperialismo.

Cress-RJ, II Congresso de assistentes sociais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/008.pdf>

CAVALCANTE, Rita; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 144, p. 110–128, set. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.283>.
https://www.researchgate.net/publication/363187383_Tecnologias_de_informacao_e_de_comunicacao_politicas_sociais_e_o_trabalho_de_assistentes_sociais

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael; POSSAMAI, Ana Júlia. Do Novo Gerencialismo Público à Governança da Era Digital. in: Cepik e Canabarro (orgs.), *Governança de TI—Transformando a Administração Pública no Brasil*. Porto Alegre, WS Editor. 2010. Disponível em:

CETIC.BR. TIC Governo Eletrônico 2023 mostra que 91% das prefeituras disponibilizam ao menos um serviço online aos cidadãos. 17 de junho de 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tic-governo-eletronico-2023-mostra-que-91-das-prefeituras-disponibilizam-ao-menos-um-servico-online-aos-cidadaos/>.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. *SERV. SOC. REV.*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 169-186, jan./jun. 2015. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v17n2p169. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/21954/17692/107821>

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho. Sistemas algorítmicos, lucratividade do capital e implicações nas políticas sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 144, p. 17–32, set. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.278>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/tmxsL3CJx4dcBZRbsK6WcKK/?lang=pt>

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Roberto; FÉLIX, Maria Alice; AMORIM, Milena. Novas tecnologias no trabalho e o serviço social em Mariana-MG pós-pandemia. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 111–125, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p111-125. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46120>.

CONSOLI, Pedro. CEO da Uber dá alerta a motoristas de aplicativo: 'serão substituídos na próxima década'. *Revista EXAME*, 2025. Disponível em: <https://exame.com/carreira/ceo-da-uber-da-alerta-a-motoristas-de-aplicativo-serao-substituido-s-na-proxima-decada/>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DATAREPORTAL; WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. Digital 2023: Global Overview Report. 2023. Disponível em:
<https://wearesocial.com/wp-content/uploads/2023/03/Digital-2023-Global-Overview-Report.pdf>.

DEBONI, Giuliano. Propriedade privada: do caráter absoluto à função social e ambiental. Sistemas jurídicos italiano e brasileiro. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011. Disponível em:
 file:///C:/Downloads/admin,+13.+Propriedade-Privada-do-Car%C3%A1ter-Absoluto-%C3%A0-Fun%C3%A7%C3%A3o-Social-e-Ambiental.pdf

DIESEN, PS; PETTERSEN, L; KARLSEN, F. *The Overlooked and the Overstudied: A Scoping Review of Qualitative Research on Pursuing Sexual, Romantic, and Loving Relationships Through Online Dating*. Behav Sci (Basel). 2025;15(3):247. Published 2025 Feb 21. doi:10.3390/bs1503024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40150142/>

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 5., 2007, Campinas. Anais [do] V Colóquio Internacional Marx Engels. Campinas: Centro de Estudos Marxistas – CEMARX/IFCH/Unicamp, 2007. Disponível em:
https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf.

FALEIRO, Eliane Barros *et al.* Impacto da pandemia de covid-19 no atendimento psicossocial do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): análise no município de Brasil Novo, estado do Pará, Brasil. RevistaFT, [S. l.], v. 28, n. 137, p. 1-15, ago. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/th10249041604. Disponível em:
<https://revistaft.com.br/impacto-da-pandemia-de-covid-19-no-atendimento-psicossocial-do-centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras-analise-no-municipio-de-brasil-novo-estado-do-para-brasil/>

FALEIROS, Vicente de Paula; ARAÚJO, Adelina Almeida Moreira de; HEDLER, Helga Cristina. Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. Revista Katálysis, v. 22, n. 2, p. 383–392, maio 2019.
<http://10.17771/PUCRio.OSQ.65368>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/nCfRrbFmkK5O6vnmmL5TShG/abstract/?lang=pt>

FALEIROS, Vicente. P. O Serviço Social no Cotidiano: fios e desafios. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 120, p. 706-722, out./dez., 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XrdJnS7BXrFDxY4V3mG6yqj/abstract/?lang=pt>

FARIA, Gabriele. A Conveniência da Tecnociência à Burla dos Direitos na Assistência Social. O Social em Questão, V. 1, N. 58, 4 Jan. 2024. <http://10.17771/PUCRio.OSQ.65373>

FÉLIX, Beatriz; SILVA, Beatriz; ANDRADE, Myllena; FILHO, Wolney. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO HOSPITALAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. *Revista Serviço Social Em Perspectiva*, 7(1), 88–109. 2023. <https://doi.org/10.46551/rssp.202305>. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5836>

FIGUEIREDO, Kênia; SANTOS, Julia Mara dos; VALLADÃO, Maria Luiza Almeida; QUEIROZ, Matheus de Almeida. TICs e Política Social: entre o pessimismo da razão e o esperar. *Temporalis*, v. v24n48, 2024. <http://10.17771/PUCRio.OSQ.65334>

FILOVÁ, Alexandra; HRDÁ, Veronika . Cocoa Market in the World and in Slovakia: Example of Supplying Cocoa Powder. Conference: International Scientific Days. 756-765. 10.15414/isd2018.s3.03. (2018). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329667390_Cocoa_Market_in_the_World_and_in_Slovakia_Example_of_Supplying_Cocoa_Powder

FONSECA, Nino. Revisões sistemáticas da literatura: Uma súmula para as ciências sociais. 2019. DOI: 2019. 35. 73-82. 10.18089/DAMeJ.2019.35.5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337876783_Revisoes_sistematicas_da_literatura_Uma_sumula_para_as_ciencias_sociais

GATTUSO, Reina. How Chocolate Reached the Eastern Hemisphere. [S. l.]: Curationist, jun. 2022. Disponível em: <https://www.curationist.org/editorial-features/article/how-chocolate-reached-the-eastern-hemisphere>.

GEORGE, Ed. Capital Volume 1, Chapter 15: Machinery and Large-Scale Industry. 2010. Disponível em: <https://readingmarx.wordpress.com/2010/10/23/capital-volume-1-chapter-15-machinery-and-large-scale-industry/>

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do Serviço Social São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

HILLESHEIM, Jaime; RAMA MOLARDI, Germano. Interlocuções do Serviço Social na Discussão Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (tic). *o Social Em Questão*, V. 1, N. 58, 4 Jan. 2024. <http://10.22422/temporalis.2024v24n48p223-238>

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>.

INPEACE. Sobre a InPeace - Tudo em Paz na Sua Igreja. [S. l.], 2025. Disponível em:

<https://inpeaceapp.com/inpeace/sobre/>.

JESUS, Edivane. As TICs na operacionalização e acesso às políticas sociais: o caso do INSS Digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Brasília. Anais [...]. Brasília: ABEPSS, 2023. Disponível em:

<https://ticpoliticassociais.org/wp-content/uploads/2023/10/EDIVANE.pdf>.

JORNAL OPÇÃO. CAMPOS, Giovanna; Já estamos vivendo o apocalipse; pastor diz que tecnologia vai acelerar volta de Jesus. Felipe Coelho (Entrev.). Jornal Opção, [Goiânia], 09 abril 2024 às 11h41. Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ja-estamos-vivendo-o-apocalipse-pastor-diz-que-tecnologia-vai-acelerar-volta-de-jesus-596739/>.

LAURI, Marcus. Mind your own business: technologies for governing social worker subjects. *European Journal of Social Work*, v. 22, n. 2, p. 338–349, 4 mar. 2019.

<http://10.22422/temporalis.2024v24n48p206-222>

LEMOS, André. Dataficação da vida. *Civitas*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 193-202, maio-ago. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/civitas/a/myyQrGW4s9LnCDJDVRyyF8s/?format=pdf&lang=pt>

LINS, Maria Alcina Terto. A dataficação da vida social sob a regência do capital. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 29–44, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n48p29-44. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46654>.

LOPES, F. A. S. de M.; BARBOSA, M. A. L.; OLIVEIRA, A. F. P.; RIBEIRO, M. B. de O.; MENDES, R. de O.; SANTOS, E. H. M. Digitalização na assistência social: análise crítica dos impactos no cotidiano dos trabalhadores e da população. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e12199, 2024. DOI:

10.55905/revconv.17n.10-487. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12199>. Acesso em: 7 jan. 2026.

LOPES, Juliana; BENTO, Elbênia. O assistente social e o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS): tecendo o fazer profissional na contemporaneidade. *Temporalis*, v. v24n48, p. 223–238, 2024. Disponível em: <http://10.22422/temporalis.2024v24n48p29-44>

LUKÁCS, György. Estética: a peculiaridade do estético. Vol. 1. Tradução: Nélio Schneider e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo, Boitempo, 2023, 532 págs.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.**
Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, [S. l.], v. 4, n. 7, 2004. Disponível em:
<https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>.

MACIAL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 5, p. 195–210, 2009. DOI: 10.20396/cemarx.v0i5.10850. Disponível em:
<https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10850>.

MAGALHÃES, Bruno M.; ARAÚJO, Ângela. Das primeiras ferramentas ao Olduvaiense: “salto” tecnológico ou processo gradual?. **Promontoria Monográfica**, n. 16, p. 15-19, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/305469674_Das_primeiras_ferramentas_ao_Olduvaiense_salto_tecnologico_ou_processo_gradual

MAGRO, Amanda Letícia; FAQUIN, Evelyn Secco. Capitalismo dependente e as políticas sociais brasileiras: política de assistência social em questão. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.341> Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/376437027_Capitalismo_dependente_e_as_politicas_sociais_brasileiras_politica_de_assistencia_social_em_questao

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MANDUA, Janaina Alves Monteiro; AZEVEDO, Nilo Lima de. Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 147, n. 2, e-6628375, 2024. DOI:<https://doi.org/10.1590/0101-6628.375>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/HJkHDvcbxMJZ7FFSfX9cpcr/?format=pdf&lang=pt>

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: "Dialética da dependência" e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Alejandra. Os ossos que revelam a brutalidade do trabalho infantil na Revolução Industrial britânica. *BBC News Brasil*, 2023. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72xw90n9lwo>

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEJÍAS, U.A & COULDRY, N. Colonialismo de datos: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. *Virtualis*, 10 (18), pp. 78 - 97 , ISSN 2007 - 2678. 2019. Formato On-line. Disponível em:
<https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/289>

MENEZES, Viviane de Araújo; MOURA, Eptácio Mazário. A instrumentalidade do processo de trabalho do serviço social: por uma práxis ascendente à razão instrumental. In: VI SEMINÁRIO CETROS: CRISE E MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL, 6., 2018, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: UFU, 2018.

MESQUITA, Kamila. A EVOLUÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DAS TIC NA REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE. *Comunicologia*, v. 12, n. 2, p. 174-195, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/10900>

MORAES, Isaías A. de; ALMEIDA, Hugo M. V. de. Teoria Marxista da Dependência e Superexploração da Força de Trabalho: história e debate atual na América Latina. *Am. Lat. Hist. Econ*, México, v. 28, n. 1, e1111, abr. 2021. Epub 18-Jun-2021. <https://doi.org/10.18232/alhe.1111>. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532021000100001&lng=es&nrm=iso

MORI, Letícia. Como bancos ingleses lucraram com escravidão no Brasil. *BBC News Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53385247>

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>.

MOTTA, FCP. As formas organizacionais do estado. *Rev adm empres* [Internet]. 1988Oct;28(4):15–31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901988000400003>

MUELLER, Rafael. (2011). O fetiche da tecnologia e a teleologização da história: análise crítica do irracionalismo tecnológico DOI:10.5007/1984-8951.2011v12n101p171. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. 12. 10.5007/1984-8951.2011v12n101p171. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273609951_O_fetiche_da_tecnologia_e_a_teleologizacao_da_historia_analise_critica_do_irracionalismo_tecnologico_DOI1050071984-89512011v12n101p171

MUSSE, Ricardo. Racionalismo e reificação em História e consciência de classe. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 5–24, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.145907>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/145907>.

NARCISO, Pedro Felipe. O marxismo e o Estado: uma breve reconstituição teórica. *Revista Em Debate (UFSC)*, Florianópolis, v. 15, p. 23-36, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p23>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2016n15p23/33825>

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. v.1. 8e. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social). São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução aos estudos do método de Marx. Expressão Popular. 2011. Disponível em:

<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: mai. 2025.

NOBLE, Mark. Chocolate and The Consumption of Forests: A Cross-National Examination of Ecologically Unequal Exchange in Cocoa Exports. *Journal of World-Systems Research*. 23. 236-268. 10.5195/JWSR.2017.731. (2017). Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/319072477_Chocolate_and_The_Consumption_of_Forests_A_Cross-National_Examination_of_Ecologically_Unequal_Exchange_in_Cocoa_Exports

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

OLIVEIRA, D. A; POCHMANN, M (Orgs.) A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. Disponível em: <https://share.google/nkIKRPtmmIeII7MTy>

OXFAM INTERNATIONAL. Towards a Living Income for Cocoa Farmers in Ghana: Assessing companies' efforts to date. [S. l.]: Oxfam International, fev. 2023. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621485/rr-ghana-cocoa-farmers-living-income-140223-en.pdf?sequence=1>.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une/>.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. Brain rot named Oxford Word of the Year 2024. *Oxford University Press News*, 2024. Disponível em: <https://corp.oup.com/news/brain-rot-named-oxford-word-of-the-year-2024/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PARANÁ, Edemilson. Economia e racionalidade: a questão da técnica em Karl Marx e Max Weber. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 21, n. 39, p. 21–35, 2018. DOI: 10.23925/ls.v21i39.35875. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/35875>.

PEREIRA, Camila; PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. *Argumentum*, v. 13, n. 1, p. 40–65, 30 abr. 2021. <http://10.47456/argumentum.v13i1.33119>

- PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. (2006). Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide. 10.1002/9780470754887. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280645955_Systematic_Reviews_in_the_Social_Sciences_A_Practical_Guide
- PINHEIRO, Hamida. A produção de conhecimento do Serviço Social e a relação com o projeto ético-político: o enfrentamento da área ao conservadorismo. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e00180>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/7NT7vHtfnX8LTcshShNnmvH/?lang=pt#top>
- PIRES, Sandra Regina de Abreu. Contexto Pandêmico e Serviço Social: alguns impactos para o exercício profissional do assistente social. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 31–54, 2023. DOI: 10.5433/1679-4842.2023v26n1p31. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/45445>.
- PRAZERES, Ibrahim; LUCAS, Maria; MARTA-COSTA, A. Cocoa Markets and Value Chains: Implications For Sao Tome and Principe Organic Smallholders. *International Journal of Innovation and Economic Development*, v. 7, n. 2, p. 64-76, jun. 2021. DOI: 10.18775/ijied.1849-7551-7020.2015.72.2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352682483_Cocoa_Markets_and_Value_Chains_Implications_For_Sao_Tome_and_Principe_Organic_Smallholders
- PRISMA. (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). 2020. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org/>
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30. Disponível em: <https://share.google/KCUWAbw5ngnyKz56Y>
- RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 104, p. 750–772, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/>
- RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 134–152, abr. 2021. <http://10.22422/temporalis.2024v24n48p13-28>
- RAICHELIS, Raquel; DINIZ, Tânia; VICENTE, Damares; RODRIGUES, Terezinha. Serviço Social e a nova morfologia do trabalho: implicações do trabalho subordinado às TICs. *Temporalis*, v. v24n48, p. 13–28, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>
- RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 144, p. 91–109, set. 2022. <http://10.22422/temporalis.2024v24n48p111-125>

RIM, Hyunsoo. Bilionários 2024: conheça os super-ricos que mais ganharam dinheiro em 2024. Forbes Brasil, 5 abr. 2024. Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbes-money/2024/04/bilionarios-2024-conheca-os-super-ricos-que-mais-ganharam-dinheiro-em-2024/>.

RODRIGUES, Ana Carolina. Os impactos do gerencialismo no Brasil. Radar IBEGESP, 18 abr. 2023. Disponível em:

<https://radar.ibegesp.org.br/os-impactos-do-gerencialismo-no-brasil/>.

RODRIGUES, Ricardo Batista. Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação. Recife: IFPE, 2016. Disponível em:

https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_tecnologias_informacao_comunicacao.pdf

ROSÁRIO, Aline. Serviço social no contexto da pandemia da covid-19: uma experiência na alta complexidade. 2023. Disponível em:

<https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/14289/1/Servi%C3%A7o%20social%20no%20contexto%20da%20pandemia%20da%20covid-19%20uma%20experi%C3%Aancia%20na%20alta%20complexidade.pdf>

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. In: I SIMPÓSIO ORÇAMENTO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2012, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 10 abr. 2012. Disponível em:

<https://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/I%20Simposio/Fundo%20Publico%20e%20o%20financiamento.pdf>.

SANTOS, Flávio Reis. Max Weber e a racionalidade burocrática. Revista Espaço Acadêmico, [S. l.], n. 169, jun. 2015. ISSN 1519-6186. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27012>

SANTOS, Vinicius dos. NOTAS SOBRE O CONCEITO DE GATTUNGSWESEN EM MARX. Revista Ideação, Feira de Santana: UEFS, v. __, n. __, p. -, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4525/3903>. A

SILVA, J.F.; ARAUJO, A.P.; PEREIRA D.V.L. Serviço social e pandemia da covid-19: breve análise da saúde mental das assistentes sociais de um hospital-escola na Paraíba. 18° EMPRESS. (2024). Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03106.pdf>

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Estado, aceleração das inovações tecnológicas, restrições de direitos e lucratividade. Argumentum, v. 16, n. 2, p. 285–297, 29 ago. 2024.

<http://10.47456/argumentum.v16i2.44411>

SKILLMARK, Mikael; OSCARSSON, Lars. Applying standardisation tools in social work practice from the perspectives of social workers, managers, and politicians: a Swedish case

study. *European Journal of Social Work*, v. 23, n. 2, p. 265–276, 3 mar. 2020.

<https://doi.org/10.1080/13691457.2018.1540409>

SLEE, Tom. *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA DA SILVA, Bruno Anderson. O “capitalismo como religião” e uma reflexão ética a partir de Agamben. *PERI*, v. 10, n. 01, p. 215-237, 2018. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/2836>

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Cláudio. *Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social.

Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 33-45, 2007. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcROKfjKY9qrgjF/>

STEPHENS, Thomas. Os pioneiros do “renascimento” do chocolate na Suíça. *Swissinfo*, 13 dez. 2017. Disponível em:

https://www.swissinfo.ch/por/economia/reis-do-cacau_os-pioneiros-su%C3%AD%C3%A7os-do-renascimento-do-chocolate/43663394.

TAVARES, Clarice *et al.* *Automatização da Proteção Social: um panorama da digitalização e datificação do CadÚnico*. São Paulo: InternetLab, 2023. Disponível em:

<https://internetlab.org.br/>.

TELLO, Andrés. Sobre el colonialismo digital: Datos, algoritmos y colonialidad tecnológica del poder en el sur global. *Inmediac. Comun* [online]. 2023, vol.18, n.2, pp.89-110. Epub 01-Dic-2023. ISSN 1510-5091. DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2023.18.2.3523>. Disponível em:

UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR. *United States Department of Labor, Bureau of International Labor Affairs, Office of Child Labor, Forced Labor, and Human Trafficking. Assessment Report: Task 5.1.5: Assess Efforts of Governments, Industry, and Workers' Organizations to Address Child Labor and Forced Labor in the Cocoa Sectors in Ghana and Côte d'Ivoire*. Washington, D.C. jun. 2024. Disponível em: <https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/AIR-Cocoa-Task-5-1-5-Ghana-CDI-Assessment-508-ENG.pdf>.

VELOSO, Renato; SIERRA, Vânia. *Serviço Social, Tecnologia e Racionalização: desafios postos ao exercício profissional*. *Temporalis*, p. 64–78, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p64-78>

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de Tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, v.1; v.2. 2005.

WAN, Siqi; QI, Hongyu. *Exploring the Dissolution of Data Colonialism under the “Belt and Road” Initiative from the Perspective of Marxist World History Theory*. In: *Proceedings of the 2024 9th International Conference on Modern Management, Education and Social Sciences (MMET 2024)*. Atlantis Press, 2024. p. 706-717. DOI: 10.2991/978-2-38476-309-2_86. Disponível em: https://doi.org/10.2991/978-2-38476-309-2_86.

WICKHAM, Chris. Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais. *Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx, Niterói*, v. 12, n. 22, p. 44-76, jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.62782/2318-9657> . Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381342017_Como_funcionava_a_economia_feudal_A_logica_economica_das_sociedades_medievais.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. São Paulo: Boitempo, pp. 17–68. 2015. [Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization]. *Journal of Information Technology* 30 (1): 75–89. <https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1057/jit.2015.5>